UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

GABRIEL EIKI ROCHA CAMARGO

PERSPECTIVAS SOBRE A CRISE MIGRATÓRIA VENEZUELANA:
UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE RETERRITORIALIZAÇÃO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM PONTA GROSSA - PR

PONTA GROSSA
2026

GABRIEL EIKI ROCHA CAMARGO

PERSPECTIVAS SOBRE A CRISE MIGRATÓRIA VENEZUELANA: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE RETERRITORIALIZAÇÃO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM PONTA GROSSA - PR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a obtenção do título de Bacharel em Geografia na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de Ciências Exatas e Naturais.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

PONTA GROSSA
2026

GABRIEL EIKI ROCHA CAMARGO

PERSPECTIVAS SOBRE A CRISE MIGRATÓRIA VENEZUELANA: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE RETERRITORIALIZAÇÃO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM PONTA GROSSA - PR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a obtenção do título de bacharel em Geografia na Universidade Estadual de Ponta Grossa Área de Ciências Exatas e Naturais.

Ponta Grossa, 22 de outubro de 2026.

Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha - Orientador
Doutor em Ciências Sociais
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

Prof. Dr. Brendo Francis Carvalho
Doutor em Geografia
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

Prof. Dr Nicolas Floriani
Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

FOLHA DE APROVAÇÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

FOLHA DE APROVAÇÃO
ATA DE DEFESA

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, reuniu-se presencialmente a Banca Examinadora composta pelos(as) professores(as) Luiz Alexandre Gonçalves Cunha (Presidente-Orientador), Nicolas Floriani (Membro) e Brendo Francis Carvalho (Membro), para proceder à análise do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) acadêmico(a) **Gabriel Eiki Rocha Carvalho**, concluinte do Bacharelado em Geografia, intitulado PERSPECTIVAS SOBRE A CRISE MIGRATÓRIA VENEZUELANA: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE RETERRITORIALIZAÇÃO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM PONTA GROSSA - PR. Aberta a sessão, o autor dispôs de vinte minutos para a apresentação de seu trabalho, sendo posteriormente arguida pelos integrantes da banca. Concluídas as etapas de avaliação, verificou-se que a média das notas atribuídas pelos três avaliadores, acrescida da nota referente ao acompanhamento da elaboração do TCC, resultou na nota final de **9,8 (nove vírgula oito)**. Diante do desempenho apresentado, a Banca Examinadora declara o trabalho **APROVADO**. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente sessão, da qual lavrou-se a presente ata que vai assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

Ponta Grossa, 22 de outubro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
LUIZ ALEXANDRE GONCALVES CUNHA
Data: 23/10/2026 17:13:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

1) Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha (presidente)

gov.br Documento assinado digitalmente
NICOLAS FLORIANI
Data: 27/10/2026 16:57:37-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

2) Prof. Dr. Nicolas Floriani (membro)

gov.br Documento assinado digitalmente
BRENDO FRANCIS CARVALHO
Data: 28/10/2026 18:05:11-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

3) Prof. Dr. Brendo Francis Carvalho (membro)

TERMO DE COMPROMISSO ÉTICO

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO

Eu, Gabriel Eiki Rocha Camargo, RA: 23000803, RG: 11.031.625-9, asseguro que o Trabalho de Conclusão de Curso foi por mim elaborado e portanto, responsabilizo-me pelo texto escrito que apresenta os resultados de minha pesquisa científica. Atesto que todo e qualquer texto, que não seja de minha autoria, transcrito em sua íntegra ou parafraseado de outros documentos, estejam eles publicados ou não, estão devidamente referenciados conforme reza a boa conduta ética, o respeito aos direitos autorais e à propriedade intelectual. Tenho conhecimento de que os textos transcritos na íntegra de outras fontes devem apontar a autoria, o ano da obra, a página de onde foi extraído e ainda apresentar a marcação de tal transcrição, conforme as regras da ABNT. No caso de paráfrase, o trecho deve vir com a referência de autoria e ano da obra utilizada. Além disso, declaro ter sido informado pelos responsáveis do Curso de Bacharelado em Geografia das leis que regulam os direitos autorais e das penalidades a serem aplicadas em caso de infração, conforme constam na Lei 10.695 de julho de 2003. Sendo assim, declaro que estou ciente de que, caso infrinja as disposições que constam na Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, serei responsabilizado juridicamente pelos meus atos e terei que arcar com qualquer prejuízo moral e financeiro deles decorrentes.

Ponta Grossa, 19 de outubro de 2026.

Assinatura do(a) Acadêmico(a)

gov.br
Documento assinado digitalmente
GABRIEL EIKI ROCHA CAMARGO
Data: 19/10/2026 09:23:08-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dedico este trabalho à minha mãe Ariane Yumi e ao meu pai Luis Fernando por sempre terem me dado todo o apoio durante a graduação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças e energia durante essa caminhada;

À minha família por ter dado todo o apoio necessário, em especial ao meu pai e a minha mãe;

À Universidade Estadual de Ponta Grossa por ter aberto portas para meu estudo;

Aos meus amigos do curso, por terem feito companhia;

Ao professor Dr. Brendo Francis Carvalho, por ter me incentivado a estudar e participar mais ativamente no meio acadêmico;

Ao professor Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, por toda a orientação durante a elaboração desse trabalho;

A todos os participantes dessa pesquisa, que ajudaram na obtenção dos dados;

A todos os professores que me ensinaram durante a graduação;

Aos professores membros da banca avaliadora desta monografia;

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a pesquisa.

Todas as famílias felizes são parecidas, cada família infeliz é infeliz a seu próprio modo.

(Lev Tolstói)

RESUMO

A Venezuela, ao longo da história, passou por vários períodos de instabilidade interna decorrentes de sua dependência do petróleo. Desde 2013, o país vem passando por uma grave crise econômica que resultou no êxodo em massa de milhões de venezuelanos, em direção aos países vizinhos. Entre as nações que mais receberam, está o Brasil, que até o momento recebeu mais de 582 mil imigrantes. Com o objetivo de investigar o processo de reterritorialização dos venezuelanos na cidade de Ponta Grossa (PR), essa pesquisa adotou uma abordagem quali-quantitativa, combinando a aplicação de um formulário no *Google Forms* com entrevistas semiestruturadas. Por meio do formulário, foram feitas perguntas sobre diversos aspectos, entre eles: o acesso à educação, ao mercado de trabalho e à moradia. Considerando que a crise econômica foi a principal motivação da imigração para o Brasil e que estudos têm demonstrado a precariedade da reterritorialização de migrantes, faz-se necessário investigar as nuances da reterritorialização em Ponta Grossa, a cidade que historicamente recebe imigrantes de diversas regiões do mundo. Assim, a pesquisa teve como objetivo contribuir para as discussões em curso, além de gerar dados para a governança pública desenvolver ações sociais e políticas públicas para essa população.

Palavras-chave: Territorialização Precária; Imigração; Venezuela; Crise Econômica;

ABSTRACT

Throughout its history, Venezuela has experienced several periods of internal instability stemming from its dependence on oil. Since 2013, the country has been enduring a severe economic crisis, which has led to the mass exodus of millions of Venezuelans to neighboring nations. Brazil is among the countries that have received the largest number of these individuals, having taken in over 582,000 immigrants to date. Aiming to investigate the process of reterritorialization among venezuelans in the city of Ponta Grossa (Paraná), this study employed a qualitative-quantitative approach, combining an online questionnaire (via Google Forms) with semi-structured interviews. The questionnaire covered various aspects, including access to education, the labor market, and housing. Given that the economic crisis was the primary driver for migration to Brazil—and considering that existing research has highlighted the precarious nature of migrant reterritorialization—it is essential to examine the specific nuances of this process in Ponta Grossa, a city with a long history of welcoming immigrants from various parts of the world. Consequently, this research sought to contribute to ongoing discussions while also generating data to assist public authorities in developing social initiatives and public policies for this population.

Keywords: Precarious Territorialization; Immigration; Venezuela; Economic Crisis;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Etapas da coleta de dados para a pesquisa……...15

FIGURA 2 - Mapa de localização da Venezuela……..28

FIGURA 3 - Hugo Chávez sendo liberto após o fracasso do golpe……..35

FIGURA 4 - Mapa do trajeto de entrada dos imigrantes venezuelanos……...41

QUADRO 1 - Comparação dos trabalhos realizados na Venezuela e no Brasil…..…74

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Venezuelanos registrados anualmente no Brasil (2013-2025).....44

GRÁFICO 2 - Registro do número de imigrantes por nacionalidade no Paraná em 2026…….44

GRÁFICO 3 - Admissões e desligamentos dos imigrantes venezuelanos (2016-2025).....47

GRÁFICO 4 - O que te motivou a sair do teu país?.....49

GRÁFICO 5 - Há quanto tempo você está morando no Brasil?.....51

GRÁFICO 6 - O que te motivou a escolher a cidade de Ponta Grossa para morar?.....52

GRÁFICO 7 - Qual seu nível de escolaridade?.....54

GRÁFICO 8 - Escolaridade dos brasileiros em 2024……..55

GRÁFICO 9 - Você tem filhos?.....57

GRÁFICO 10 - Se sim, seus filhos também moram no Brasil?.....58

GRÁFICO 11 - Se sim, você sente que eles tiveram alguma dificuldade em se adaptar ao colégio?.....59

GRÁFICO 12 - Quais seriam as dificuldades?.....60

GRÁFICO 13 - No momento você está empregado?.....63

GRÁFICO 14 - Se sim, qual seu formato de trabalho?.....64

GRÁFICO 15 - Crescimento dos trabalhadores formais imigrantes (2010-2025).....67

GRÁFICO 16 - Você sente que seu salário é suficiente para se manter?.....68

GRÁFICO 17 - Você sente ou sentiu alguma dificuldade em conseguir emprego?...70

GRÁFICO 18 - Se sim, quais foram as dificuldades?.....72

GRÁFICO 19 - Vivendo no Brasil, você já mudou para outra cidade em busca de trabalho?.....75

GRÁFICO 20 - Você sentiu dificuldade em conseguir moradia?.....77

GRÁFICO 21 - Qual sua situação de moradia atual?.....80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14
CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 17
1.1 IMIGRAÇÃO 17
1.2 TERRITÓRIO 19
1.3 DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO 22
1.4 TERRITORIALIZAÇÃO PRECÁRIA 26
CAPÍTULO 2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA CRISE MIGRATÓRIA VENEZUELANA 28
2.1 A ERA CHÁVEZ (1999-2013) 32
2.2 O GOVERNO MADURO E A INTENSIFICAÇÃO DA CRISE (2013-2022).....37
2.3 OS IMIGRANTES VENEZUELANOS NO BRASIL 40
2.4 O MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA E OS IMIGRANTES VENEZUELANOS ...45
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS 49
3.1 ACESSO À EDUCAÇÃO 56
3.2 ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO 63
3.3 ACESSO À MORADIA 76
CONSIDERAÇÕES FINAIS 84
REFERÊNCIAS 88
APÊNDICE A 99
APÊNDICE B 110

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como objetivo investigar o processo de *reterritorialização* dos imigrantes venezuelanos no município de Ponta Grossa (PR). Os imigrantes venezuelanos são o maior grupo de estrangeiros no Brasil, com aproximadamente 582 mil vivendo no país de forma regularizada (Madeiro, 2026), mas ainda há lacunas na investigação do processo de territorialização, principalmente em cidades de pequeno e médio porte, como Ponta Grossa. Considerando que nos últimos anos, houve um aumento significativo no número de venezuelanos residentes no Brasil, a pesquisa tornou-se necessária para verificar as condições de vida e adaptação dessa população, levando em consideração que os imigrantes são pessoas que podem ser suscetíveis a vulnerabilidade social e podem demandar políticas públicas específicas.

Mesmo sendo o maior grupo de imigrantes da cidade (D´Ponta, 2024), não há nenhum censo oficial sobre o número de residentes, e a situação é ainda pior quanto aos estudos acadêmicos. Durante toda a investigação bibliográfica, foram encontrados poucos trabalhos que investigassem os venezuelanos no município, com a maioria deles provenientes do Serviço Social. A Geografia, em si, teve pouca representatividade, com o trabalho de Silva (2023) sendo um dos poucos encontrados, o que evidencia essa escassez.

Desta forma, este trabalho foi desenvolvido também para suprir essa lacuna de produção de dados. No que tange aos objetivos, o objetivo geral consiste em analisar o processo de reterritorialização dos imigrantes venezuelanos no município de Ponta Grossa. Já com relação aos objetivos específicos, são: 1º Discutir as imigrações a partir da perspectiva da desterritorialização e da reterritorialização; 2º Caracterizar o processo relacionado à crise imigratória venezuelana; e 3º Compreender os elementos fundamentais da dinâmica de reterritorialização dos imigrantes venezuelanos em Ponta Grossa. Com base neles, esse trabalho foi desenvolvido ao longo do ano letivo de 2026.

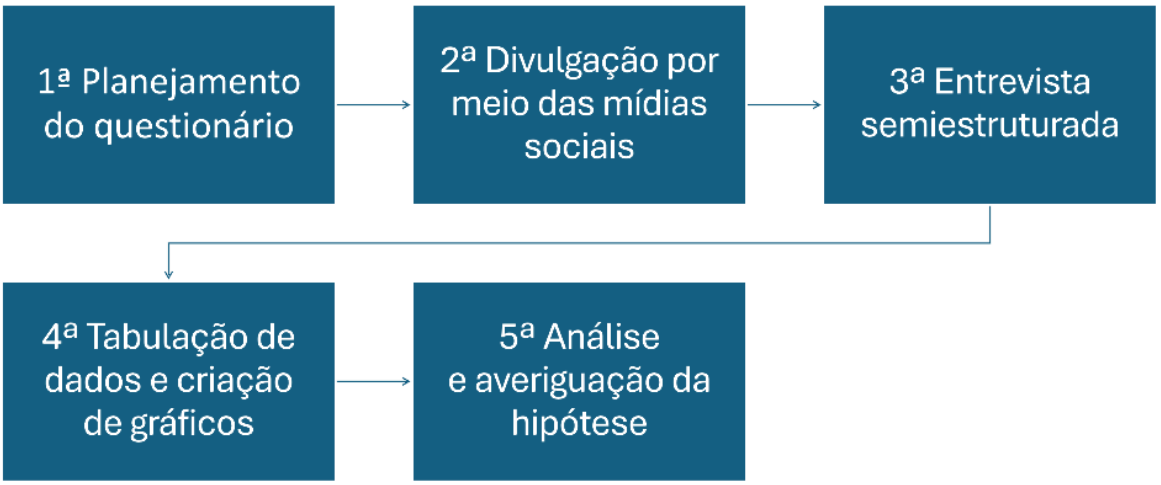
Para isso, a pesquisa foi dividida em três partes. No capítulo 1, foram apresentadas discussões teóricas sobre os conceitos utilizados na pesquisa, sendo eles: imigração, território, desterritorialização, reterritorialização e, territorialização precária. Por meio de livros e artigos científicos, cada um deles foi discutido a fim de possibilitar sua posterior aplicação no trabalho. No capítulo 2, foi realizada a

contextualização do objeto de estudo, dividida em quatro subtópicos: “A Era Chávez (1999-2013)”, “O governo Maduro e a intensificação da crise”, “Os imigrantes venezuelanos no Brasil” e “O município de Ponta Grossa e os imigrantes venezuelanos”. Para isso, foi utilizada uma ampla bibliografia, principalmente de artigos científicos, selecionados por meio do *Google Acadêmico*, do *ResearchGate*, e do Repositório CAPES, e, em menor medida, de livros. Por fim, no capítulo 3, é feita a análise dos resultados obtidos por meio do formulário aplicado durante a pesquisa, que foram apresentados a seguir.

A metodologia baseou-se em uma abordagem mista, com técnicas quantitativas e qualitativas (Figura 1). Primeiramente, houve a coleta de dados por meio de um questionário aplicado no *Google Forms* e distribuído por intermédio da Cáritas Diocesana, com o compartilhamento no grupo de imigrantes de Ponta Grossa. De acordo com Gil (2019), a técnica do questionário possibilita atingir um número maior de pessoas, ao mesmo tempo em que garante o anonimato e permite que as pessoas respondam de forma independente.

Além disso, foi utilizada a técnica de amostragem não probabilística *bola de neve*, na qual os participantes eram solicitados a compartilhar com outros conhecidos na cidade, para ampliar o alcance do trabalho. Para Vinuto (2014), essa técnica é útil para pesquisas em que não há precisão sobre o grupo a ser estudado, como os imigrantes venezuelanos em Ponta Grossa, para os quais não existe um censo oficial sobre a quantidade que reside na cidade.

Figura 1 - Etapas da coleta de dados para a pesquisa



Fonte: o autor

Ao todo, foram obtidas 45 respostas no formulário, 17 questões que abrangem desde aspectos gerais, como a causa da imigração, o tempo de residência no Brasil e a motivação para a escolha da cidade, até os temas centrais investigados pelo trabalho: acesso à educação, ao mercado de trabalho e à moradia. Levando em conta que a dificuldade de acesso ao trabalho formal, à moradia e, em menor medida, à educação impacta a reterritorialização dos imigrantes, podendo o indivíduo ser forçado a se territorializar em locais impróprios (Molina, 2022), faz-se necessário investigar esses tópicos.

Em seguida, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a Professora Doutora Lenir Aparecida Mainardes da Silva (UEPG)[1], coordenadora do projeto extensionista *Processos Migratórios e Intercâmbio: inclusão social e diversidade cultural* (PROMIGRA). Com o objetivo de enriquecer o trabalho, foram feitas, ao todo, sete perguntas voltadas principalmente ao entendimento das condições de vida dos imigrantes venezuelanos em Ponta Grossa, como demonstrado no Apêndice A. Tendo em mente que a professora está há anos trabalhando com grupos de imigrantes, incluindo os venezuelanos, sua percepção contribui para a análise. Para a gravação de voz entrevista foi utilizado o aplicativo *Voice Memos*, com o áudio sendo posteriormente transcrito por meio do site *PDF Guru*.

Nesse sentido, tendo como hipótese central que a maioria dos imigrantes venezuelanos que imigraram para Ponta Grossa enfrentam um processo de territorialização precária. Essa pesquisa, de caráter quali-quantitativo, tem como objetivo responder à pergunta: “Como ocorre o processo de reterritorialização dos imigrantes venezuelanos em Ponta Grossa?”. Para isso, os conceitos de desterritorialização-reterritorialização e de territorialização precária, propostos por Haesbaert (2021), foram utilizados.

Assim, o trabalho apresenta uma contribuição significativa para as discussões teóricas sobre o processo de reterritorialização dos imigrantes venezuelanos. Por meio dos questionários aplicados, vários aspectos do processo foram esclarecidos, com boa participação dos imigrantes residentes em Ponta Grossa. Ao longo do trabalho, observou-se que vários fatores anteriormente levantados não se confirmaram, o que indica que os resultados atualizaram pesquisas anteriores, em especial as de Rosa (2022) e Silva (2023), também realizadas na cidade de Ponta Grossa. Inclusive, permitindo que a hipótese inicial pudesse ser revista.

[1] Professora do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para o estudo do processo de reterritorialização dos imigrantes venezuelanos na cidade de Ponta Grossa (PR), foram utilizados os seguintes conceitos: *Imigração, Território, Desterritorialização, Reterritorialização e Territorialização Precária*. Servindo de arcabouço teórico-metodológico, esses conceitos possibilitam reflexões e análises sobre o fenômeno.

1.1 IMIGRAÇÃO

Antes de adentrar no conceito, é necessário fazer algumas considerações epistemológicas. Os termos *migração* e *migrante* são conceitos ambíguos, cujos significados variam conforme o autor. Para o Museu da Imigração (2019), o termo migrante refere-se a deslocamentos internos de pessoas no mesmo país. Para a *International Organization for Migration (*IOM,s/d), a migração: “[...] é o movimento de pessoas para longe de seu local habitual de residência para um novo local de residência, seja através de uma fronteira internacional ou dentro de um Estado.” E, no trabalho de Gonçalves e Dias (2007), o termo é frequentemente empregado para se referir a imigrantes. Há falta de clareza no uso dos conceitos, que são constantemente empregados de forma genérica para se referir a qualquer deslocamento humano de um local a outro, seja no mesmo país ou em outro. Assim, tendo em mente a temática do trabalho, o conceito de imigração será mais adequado.

Etimologicamente, a palavra imigrar é formada pela junção de duas palavras distintas: *migrare* (mudar de local/residência) e *in* (para dentro). Ao longo da história, esse conceito foi amplamente utilizado no Brasil devido à grande influência da imigração no desenvolvimento do país (Museu da Imigração, 2019). Reconhecido internacionalmente por sua formação populacional multiétnica, o Brasil tem a imigração como um elemento constituinte das raízes de sua população.

No que diz respeito ao conceito de imigração, de acordo com Garcia, Frattari e Rezende (2020), trata-se de um processo de deslocamento de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos de um país para outro, por meio do atravessamento das fronteiras nacionais, podendo ocorrer de forma regular ou irregular. Dentre as diferentes motivações para os movimentos migratórios, está a busca por melhores

condições de vida, que motivam a migração a partir de seu país de origem. Reforçando esse ponto, segundo as ideias de Dias e Gonçalves (2007), a imigração acaba servindo como recurso para que os imigrantes fujam de situações de pobreza ou de catástrofes, sejam elas naturais ou humanas (guerras, perseguições étnico-religiosas etc.). Desta maneira, identificam-se uma gama de motivações e tipologias para caracterização de *movimentos migratórios voluntários*, com diferentes contextos e particularidades.

Contudo, há também casos em que essa locomoção ocorre em desacordo com o interesse do imigrante, decorrente de pressões políticas, sociais e econômicas (*migração involuntária*). Nestas circunstâncias, o imigrante recebe o estatuto de *refugiado*. Um exemplo disso foi o fluxo imigratório sírio, no qual milhões de habitantes fugiram da Síria por causa da guerra. Atualmente, a imigração ocorre com frequência devido ao deslocamento de populações de países em desenvolvimento para países mais estáveis (Garcia; Frattari ; Rezende, 2020).

Já do ponto de vista de Custódio (2016), a imigração é a entrada de estrangeiros em um novo país, com o objetivo de estabelecer residência. Percebe-se que essa definição vai de encontro ao conceito de migrante de longo período do Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais (DESA), agência da Organização das Nações Unidas (ONU) responsável pela promoção do desenvolvimento social e econômico.

No documento intitulado *Recommendations on Statistics of International Migration: Revision 1* (United Nations, 1998, p.10), o *migrante de longo período* é definido como: “Uma pessoa que se muda para um país diferente do seu habitat habitual por um período de pelo menos um ano (12 meses), de modo que o país de destino se torne efetivamente seu país de residência habitual”. Ao contrário dos imigrantes que passam menos tempo, para essa instituição, os migrantes de longo período, ao se fixarem, fazem do novo local sua nação.

Sobre as etapas do processo imigratório, Ferreira, Lodetti e Borges (2021, p. 142) afirmam que ela pode ser dividida ao todo em três etapas, sendo elas:

> [...] 1) a pré-migração, ou seja, o período anterior ao deslocamento, 2) a partida, referindo-se ao deslocamento efetuado entre a saída do país de onde emigra e a chegada ao país de acolhimento, e 3) a pós-migração, que corresponde ao período após a chegada no país de acolhimento (Ferreira; Lodetti ; Borges, 2021, p. 142).

Isto posto, verifica-se que essa pesquisa se concentra principalmente nos efeitos da pós-migração e os processos de integração social desses migrantes.

No Brasil, a principal legislação sobre imigração é a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, conhecida como Lei de Migração. Essa diretriz regulamenta os direitos e deveres de migrantes e visitantes e serve de base para a elaboração de políticas públicas sobre o tema. Com base nas definições anteriores de imigração, o imigrante é definido, genericamente, como pessoa de outro país que trabalha ou vive temporariamente ou permanentemente no Brasil.

Entre os principais direitos assegurados aos imigrantes no Brasil, a Lei 13.445, de 24 de maio de 2017, estabelece que:

> Art. 4º Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados:
>
> I - direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos;
>
> III - direito à reunião familiar do migrante com seu cônjuge ou companheiro e seus filhos, familiares e dependentes;
>
> VIII - acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;
>
> X - direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;
>
> XI - garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória (Brasil, 2017).

Em síntese, a imigração pode ser definida como o deslocamento de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos de um país para outro, motivado por diversos fatores. Esse processo pode ser voluntário ou forçado, sendo o segundo caso classificado como refúgio. Portanto, no Brasil, a Lei de Migração (Lei 13.445 de 2017), norma principal sobre a temática, assegura aos imigrantes uma série de direitos, veda qualquer forma de discriminação e estabelece a igualdade entre os indivíduos.

1.2 TERRITÓRIO

Os fluxos migratórios, ao longo da história de diversas civilizações, exerceram grande influência sobre os territórios, trazendo consigo alterações na própria sociedade acolhedora (Santiago ; Alves, 2025). Os imigrantes, através da

mobilidade, ao buscarem um novo território para se estabelecerem, modificam a espacialidade, transformando-a. Pode-se usar como exemplo o processo histórico-geográfico do Brasil, que, desde o “descobrimento” até os dias atuais, tem impactado o território por meio de fluxos imigratórios. Segundo Haesbaert (2021, p. 233): “As migrações são um processo multidimensional, condensando toda a complexidade da des-re-territorialização das sociedades.” Assim, para entender o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização dos imigrantes, é necessário, primeiramente, conceituar o território.

Território, etimologicamente, deriva da palavra latina *territorium*, que significa terra apropriada pelo homem. No contexto do Império Romano, essa palavra, inserida nas jurisdições socio-administrativas, servia para se referir às terras já controladas pelos indivíduos (Haesbaert, 2021). Vale mencionar que, se por um lado o *territorium* fornecia segurança a quem o detinha, por outro gerava insegurança aos excluídos. Demonstrando que, desde o princípio, o território possui um caráter material e imaterial (Haesbaert, 2021).

Segundo Raffestin (1993), o território é fruto da apropriação do espaço pelo homem, podendo essa ação ocorrer de forma simbólica (representação do espaço) ou concreta. Na visão do autor, o espaço é anterior a qualquer ação, existindo de modo semelhante a uma matéria-prima. Apesar do território ser formado a partir do espaço e nele existir, ele não representa o espaço, pois é fruto da transformação humana. Após o processo de apropriação do espaço por um ator interessado em se apropriar, o território é criado. Fortalecendo essa ideia, Raffestin (1993, p.144) afirma: “O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si.” Além disso, para ele, as relações de poder são intrínsecas ao território, pois, mesmo que a apropriação não seja física e se mantenha no campo das ideias e dos conhecimentos, a representação do espaço já demonstra controle sobre ele. Existindo, em um território, diferentes relações de poder (Raffestin, 1993).

Em uma perspectiva semelhante à anterior, para Andrade (2004), o território é um conceito vinculado à ideia de controle de uma área por um agente que se apropria dela e exerce domínio sobre ela. Essa apropriação pode ser realizada por diferentes atores, sem se limitar ao Estado-Nação. Um exemplo é o de imigrantes em busca de um novo local de moradia. Ao se estabelecerem em um imóvel ou em um bairro (no caso em que a maioria de seus moradores é membro da mesma

diáspora), os imigrantes se reterritorializam por meio da construção de uma territorialidade adaptada ao território da nova morada.

Já em Haesbaert (2021), o território é entendido como um conceito extremamente amplo, com diversas formas de utilizá-lo. Para o autor, na Geografia, o território é multidimensional, com três dimensões básicas, o que possibilita a análise através de uma delas ou de uma perspectiva integradora. As três vertentes básicas, de acordo com Haesbaert (2021), são a política, a cultural e a econômica.

Na perspectiva política, o território é um conceito mobilizado pelo viés das disputas de poder, quando é compreendido como um espaço delimitado e controlado por um ator que exerce poder político sobre ele. Apesar de, na maioria das vezes, estar vinculado ao poder do Estado, não se limita a ele, pois em todas as relações entre seres humanos há disputa de poder (Haesbaert, 2021). Já na dimensão cultural/simbólica, ligada à subjetividade do termo, o território é compreendido como produto da apropriação simbólica por um indivíduo ou por um grupo de seu espaço vivido, como o território dos povos originários. Em uma linha totalmente diferente, a visão econômica do território é compreendida sob a dimensão espacial das relações de produção, sendo utilizada para estudar o conflito entre as classes sociais e a relação capital-trabalho. Nesse ponto de vista, o território está ligado aos debates sobre a globalização e a expansão do capital (Haesbaert, 2021).

Ainda de acordo com o autor, os seres humanos não se limitam a um único território e, no dia a dia, vivem a *multiterritorialidade*. Ao sair do seu ambiente de trabalho (território econômico), o indivíduo pode apropriar-se de outro território, sem que esse território deixe de existir. Deve-se mencionar que, na visão dele, há uma desigualdade no acesso aos territórios, já que, enquanto os ricos possuem maior facilidade de circulação, inclusive para além dos limites do Estado-Nação, os pobres enfrentam maiores limitações territoriais (Haesbaert, 2021).

Em resumo, o território é fruto da apropriação do espaço pelo homem, podendo essa ação ocorrer de forma simbólica (representação do espaço) ou concreta. Consequentemente, com a territorialização do espaço pelo indivíduo, ele passa a exercer poder/controle sobre o território. Sendo um conceito multidimensional, a multiterritorialidade é vivida pelos seres humanos no dia a dia, ao se deslocarem de um território a outro.

1.3 DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO

Os conceitos de desterritorialização e reterritorialização receberam grande atenção nas últimas décadas, principalmente devido às mudanças decorrentes da modernização. Em meio à intensificação do processo de globalização, as fronteiras nacionais começaram a se tornar mais frágeis e, junto a isso, novas formas de se relacionar com o espaço surgiram. Sobre esses termos, para Haesbaert (2021), a compreensão dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização é necessária para a compreensão das práticas humanas.

Para compreender esses conceitos, é necessário recorrer à abordagem dos filósofos franceses Deleuze e Guattari (1995). Para os autores, a *desterritorialização* é o processo pelo qual algo se desprende, rompe ou desloca de um território, seja de sua referência ou de sua forma de organização. Na dimensão espacial, a desterritorialização pode ser interpretada como o deslocamento de um indivíduo ou de um grupo de um lugar para outro, através de uma linha de fuga, em que ocorre movimento de abandono/destruição do território. De acordo com as ideias de Damásio Filho (2018), esse processo não se limita à evasão geográfica dos indivíduos de um determinado espaço, podendo a desterritorialização estar relacionada à destruição do território, devido à alteração ou à perda do vínculo com os indivíduos.

Já a *reterritorialização* é o processo pelo qual novas referências, relações e formas de organização são estabelecidas, havendo a recriação de um novo território por meio da apropriação do espaço pelo homem. Consequentemente ao abandono do território antigo, os indivíduos, por meio da territorialização, apropriam-se de um novo espaço, *reterritorializando-se* e criando novos vínculos com o território. Assim, segundo os autores, esses processos são concomitantes, pois as linhas de fuga geradas pela desterritorialização possibilitam a reterritorialização em outros planos (Deleuze ; Guattari, 1995).

Nesse sentido, segundo as ideias de Enes e Bicalho (2014), nos territórios coexistem simultaneamente um vetor de desterritorialização e outro de reterritorialização, razão pela qual os processos estão interligados. Contudo, deve-se mencionar que nem sempre a reterritorialização é inclusiva, pois, em muitos casos, os indivíduos são obrigados a se territorializar em locais impróprios, como os moradores dos guetos (Molina, 2022). Assim, a (re)territorialização não se encerra

nem se inicia no momento da chegada ao novo país, mas acontece continuamente ao longo do cotidiano do migrante

Ainda sobre o conceito de desterritorialização, para Haesbaert (2021), em cada perspectiva territorial há uma forma diferente de interpretar os processos de desterritorialização e reterritorialização, que são intrinsecamente ligados à vertente de *território* escolhida. Assim, considerando que, para o autor, o território possui três dimensões básicas — econômica, política e cultural —, há três processos de desterritorialização distintos.

O primeiro deles é a **desterritorialização econômica**, que, na visão de Haesbaert (2021), está diretamente vinculada à análise da **fragilização e da fragmentação das relações econômicas de produção**. Como mencionado anteriormente, o território, na perspectiva econômica, é analisado sobretudo por meio das relações de produção e da **divisão capital-trabalho**. Esse processo, para o autor, está diretamente ligado à expansão e à acumulação do capital, que, nos últimos séculos, ultrapassaram as fronteiras dos Estados-Nação. Discordando de vieses mais neutros que veem a desterritorialização econômica como ligada apenas à facilitação da circulação do capital em tempo real ou ao deslocamento das multinacionais, o autor apresenta um ponto de vista mais crítico. Parafraseando a crítica apresentada, essas perspectivas servem apenas para ocultar as consequências da desterritorialização econômica, ou seja, a fragilização das condições de trabalho devido à facilitação do deslocamento do capital (Haesbaert, 2021).

No que tange à desterritorialização econômica, para Haesbaert (2021) ainda, há a partição criada pelo capitalismo, em que, de um lado, há os detentores dos meios de produção e, do outro, os operários que vendem sua mão de obra, constitui o primeiro grande exemplo. Após a perda do acesso às terras comunais, os camponeses foram desterritorializados, sendo transformados em proletários pelo capital. Reforçando esse ponto de vista, Latouche (1989, *apud* Haesbaert, 2021) argumenta que o capital, em sua essência, é desterritorializador, buscando a fragilização das regulamentações a fim de favorecer sua acumulação. Para Haesbaert (2021, p.193): “[...] se existe uma desterritorialização do ponto de vista econômico, ela está muito mais ligada a processos de expropriação, precarização e/ou exclusão social na lógica de acumulação capitalista.” Assim, o processo de

desterritorialização econômica está ligado à fragilização e à fragmentação das relações econômicas de produção.

Sobre a **desterritorialização política**, para Haesbaert (2021), ela está relacionada à análise do processo de **perda do poder político** sobre determinado território. Baseando-se na concepção de território político, o conceito é analisado sob a perspectiva das disputas de poder. Vale mencionar que o estudo do território político não se limita à análise do território estatal, pois os guetos e as comunidades também são áreas geograficamente delimitadas, com fronteiras definidas, nas quais há uma liderança que exerce poder, logo, também são exemplos de territórios de caráter político. Existindo, até mesmo em algumas comunidades, legislações próprias para seus moradores, estabelecidas por um poder alternativo desvinculado do poder estatal. Apesar disso, o estudo da desterritorialização política ainda está fortemente relacionado à análise do território estatal.

De acordo com Haesbaert (2021), a desterritorialização política pode ser motivada por fatores internos ou externos ao território. No caso do Estado-Nação, para o autor, a desterritorialização está ligada à rearticulação do território estatal na nova ordem global. Em contradição com as hipóteses que preveem o fim do Estado, decorrentes das mudanças provocadas pela globalização, o autor defende que o poder estatal está se adaptando à nova realidade. Pois, ao mesmo tempo em que o poder público enfraquece seu controle político sobre os fluxos informacionais e de mercadorias, ele fortalece seu controle sobre as fronteiras e a migração. Demonstrando assim que a perda de poder sobre certos aspectos é acompanhada pelo fortalecimento do controle sobre outros (Haesbaert, 2021).

Fora do âmbito estatal, um exemplo de desterritorialização política foi a perda do controle político sobre os territórios palestinos. Após a criação de Israel em 1948, os palestinos foram desterritorializados da maior parte do seu território, forçando-os a se deslocar para países vizinhos. Situação que se mantém até os dias atuais, com diversos grupos políticos palestinos lutando pelo controle de seus territórios. Na visão de Garzon (2026), os palestinos desterritorializados acabam se tornando estrangeiros na própria terra, devido ao aumento da expansão e repressão de Israel. Assim, o processo de desterritorialização política está associado à perda do controle político sobre os territórios.

Por fim, há a **desterritorialização cultural**, que, para Haesbaert (2021), está vinculada à análise do processo de **desenraizamento e do hibridismo cultural**.

Essa perspectiva está ligada ao território cultural, compreendido como produto da apropriação simbólica, por um indivíduo ou por um grupo, de seu espaço vivido. Para Canclini (2010), esse processo se intensificou nos últimos anos devido a dois fatores principais: a urbanização acelerada e a facilitação dos intercâmbios culturais decorrentes da globalização. O primeiro fator explica-se pelo enfraquecimento do vínculo local entre o trabalhador, a terra e a moradia. Na zona rural, os agricultores possuíam maior ligação à terra e à vida em comunidade, motivo pelo qual, até hoje, a presença de festividades locais é mais forte em pequenas cidades rurais do que nas cidades. Então, quando ocorreu o processo do êxodo rural, houve uma diminuição das lealdades culturais locais, possibilitando maior influência de fora (Canclini, 2010).

Junto a isso, nas cidades, locais propícios ao intercâmbio cultural, devido ao processo de globalização, as culturas passaram a receber influências exógenas, principalmente de países desenvolvidos. Assim, enquanto no passado a cultura local era mais limitada em seu território, com o agravamento da globalização, as culturas começaram a se modificar por meio do hibridismo cultural (Haesbaert, 2021). Um exemplo desse processo é a música, uma vez que a globalização permite que indivíduos residentes em diferentes partes do mundo, como o interior do Brasil e a região metropolitana de Tóquio, tenham acesso às mesmas músicas. Isso só é possível devido ao desenraizamento (desterritorialização) e ao posterior hibridismo cultural (reterritorialização). Assim, do ponto de vista do autor, a desterritorialização cultural está ligada ao estudo da destruição dos territórios culturais locais, seguido pelo processo de mescla cultural.

Nesse sentido, o binômio desterritorialização-reterritorialização torna-se uma ferramenta teórica para analisar o processo imigratório, pois o deslocamento de cidadãos de um país para outro, independentemente das razões e circunstâncias, e o posterior estabelecimento nessa nova realidade constituem exemplos desse processo. O imigrante, ao buscar um novo local para viver, desterritorializa-se de seu país de origem e ruma a outra nação com o intuito de se reterritorializar. Podendo ser motivado por razões econômicas, culturais ou políticas. Deve-se mencionar que, em muitos casos, os imigrantes acabam enfrentando dificuldades e se territorializam de forma precária.

1.4 TERRITORIALIZAÇÃO PRECÁRIA

Os imigrantes, ao migrarem de seu país de origem e se deslocarem para outra nação, que possui outra realidade, em muitos casos, acabam tendo dificuldades em se territorializar de forma efetiva. Barreiras linguísticas, racismo, xenofobia e a falta de acesso ao mercado de trabalho são alguns fatores que podem influenciar esse processo, ocasionando a marginalização desses indivíduos. Considerando isso, é necessário conceituar a territorialização precária para ampliar a análise da reterritorialização dos imigrantes venezuelanos em Ponta Grossa (PR).

Criado por Haesbaert (2021) a necessidade de formular o termo *territorialização precária* decorreu da ausência de conceitos que explicassem a territorialização dos grupos precarizados. O conceito de *territorialização precária* está vinculado a um uso mais crítico dos conceitos de território, desterritorialização e reterritorialização. Segundo o autor, há uma carência de estudos territoriais sobre os grupos excluídos, ou, melhor, os precarizados territorialmente, decorrente da concentração dos estudos nos países centrais. Nas nações consideradas desenvolvidas, fatores como a pobreza e a desigualdade social são menos abordados, desta forma, perspectivas territoriais que questionam a sociedade são menos relevantes (Haesbaert, 2021).

Em meio às mudanças causadas pela globalização, como a redução de empregos, a instabilidade das relações produtivas e a instabilidade econômica, houve também um aumento da territorialização precária (Haesbaert, 2021). Iniciando-se nos países em desenvolvimento, essa degradação dos fatores socioeconômicos contribuiu para o aumento da desigualdade socioespacial. Esse fenômeno do aumento da oposição entre pessoas vivendo de forma estável e aquelas precarizadas foi compreendido por Virilio (1994), ao afirmar:

> Assim, depois da oposição campo-cidade do século 19 e a oposição centro-periferia do século 20, assistiremos dentro em breve, se não nos prevenirmos, à oposição entre aqueles que contam com um domicílio e um emprego permanente e os que vivem à deriva, à procura de uma subsistência precária e de um alojamento provisório (Virilio,1994).

A reflexão de Virilio (1994) evidencia que as desigualdades socioespaciais não se restringem às diferenças geográficas, manifestando-se também nas diferentes condições de acesso ao emprego e à moradia dos grupos desfavorecidos. Nesse sentido, para o autor, há grupos mais vulneráveis, sujeitos à insegurança

habitacional e econômica. Percebe-se que essa perspectiva aproxima-se das discussões sobre a *territorialização precária*, proposta por Haesbaert (2021), em que as desigualdades sociais condicionam a apropriação e a vivência no território.

Na perspectiva da *territorialização precária*, para Haesbaert (2021) o território é analisado como um recurso necessário à reprodução da vida, não existindo pessoas absolutamente privadas dele. Contudo, se, por um lado, o ser humano necessita de um território para si, a privação ou a precarização do acesso a esse território é vista como um processo de desterritorialização. Desterritorialização, neste ponto de vista, é compreendida como uma forma de exclusão social.

Assim, a *territorialização precária* refere-se ao processo de territorialização em que os indivíduos, apesar de terem acesso a um território, não exercem controle efetivo sobre ele. Vivendo em uma situação constante de insegurança/instabilidade socioespacial, em meio a esse processo, os atores buscam se reterritorializar de forma efetiva (Haesbaert, 2021).

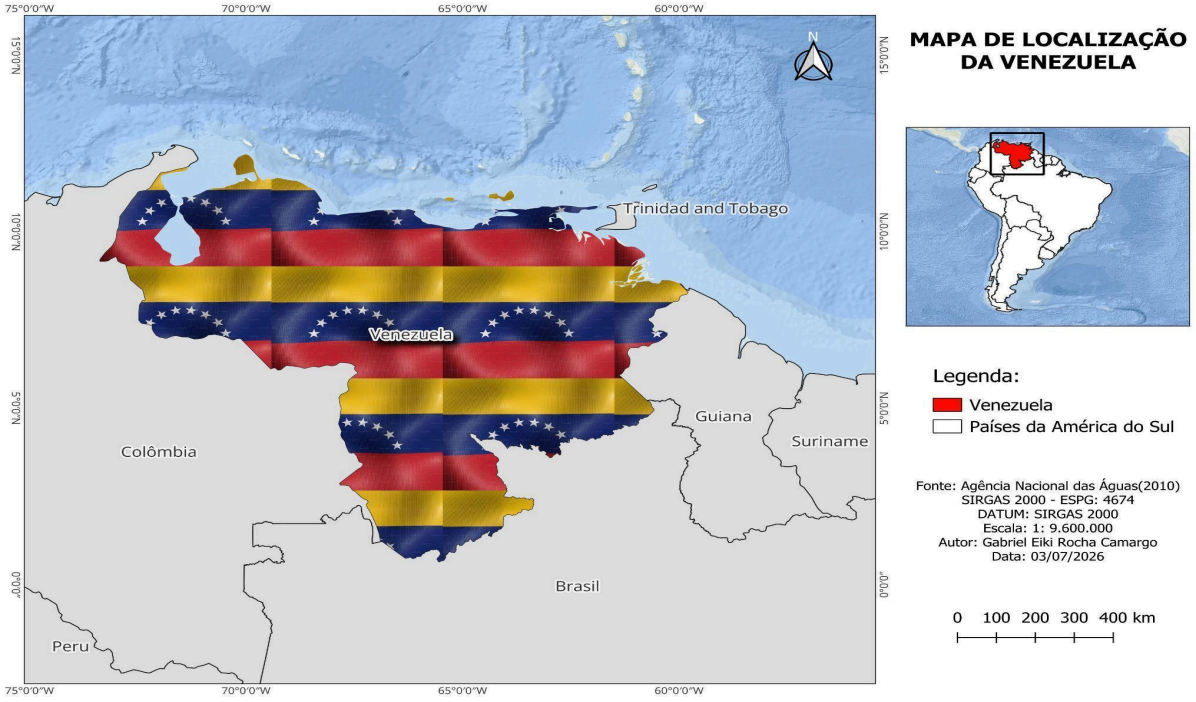
Considerando que, segundo Araújo (2023), os imigrantes venezuelanos no Brasil enfrentam diversas dificuldades, como o aumento da xenofobia, a privação de acesso a serviços públicos, a falta de moradia e violações dos direitos trabalhistas, o conceito de territorialização precária torna-se um termo-chave para a compreensão das possíveis condições de vida dos imigrantes em Ponta Grossa.

CAPÍTULO 2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA CRISE MIGRATÓRIA VENEZUELANA

Nos últimos anos, o Brasil vem recebendo grandes fluxos migratórios de venezuelanos, principalmente após 2021, quando houve um êxodo em massa de imigrantes da Venezuela para os países fronteiriços (Silva ; Baeninger, 2021). Motivados por fatores internos e externos, milhões de cidadãos migraram, tornando-se parte de uma grande diáspora na América do Sul. Nesse sentido, este capítulo investigará as raízes histórico-geográficas da crise migratória venezuelana, averiguando também como ocorreu o processo migratório para o Brasil e para a cidade de Ponta Grossa (PR).

A Venezuela é um dos países com uma das maiores reservas de petróleo e gás natural do planeta, destacando-se principalmente pela exportação de petróleo. O país é um dos membros fundadores da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Localizada na porção norte da América do Sul, a Venezuela faz fronteira ao sul com o Brasil, ao oeste com a Colômbia e ao leste com a Guiana (Figura 2). Apesar de sua subordinação econômica à exportação de petróleo nos dias de hoje, mantendo-se essa dependência mesmo em meio às sanções econômicas e aos ciclos de alta e queda dos preços internacionais do petróleo, o país passou por uma grande transformação na transição do século XIX para o XX.

Figura 2 - Mapa de localização da Venezuela



Fonte: Brasil (2010)

Criada após a dissolução da Grã-Colômbia em 1830, a Venezuela era um país agroexportador, cuja economia se baseava principalmente na comercialização de cacau, café, açúcar e gado. De acordo com Mendes, Silva e Senhoras (2022, p.121), esses produtos eram: “responsáveis por cerca de 80% das exportações totais em 1890.” Contudo, com a descoberta das reservas de petróleo em 1914, o país começou a mudar sua matriz econômica, e o petróleo impulsionou a consolidação do Estado venezuelano nas décadas seguintes, período em que o país passava por instabilidade interna. Para Nogara e Wobeto (2019, p.25): “[...] o país consolidaria seu Estado nacional, com uma administração centralizadora fortalecida pelos ganhos da prospecção petrolífera.” Por isso a Venezuela compartilha um passado colonial e características geopolíticas similares a outros países da América do Sul.

Estimulada pelas receitas do petróleo, a Venezuela passa, a partir de 1926, por um período de mudança econômica, com a agroexportação sendo substituída pela comercialização de petróleo. Consequentemente, o país começou a passar por um processo de urbanização e a economia passou a depender das receitas de hidrocarbonetos. Sobre isso, para Mendes, Silva e Senhoras (2022, p.128): “[...] a Venezuela vê seu povo sendo beneficiado diretamente pelos ganhos sociais financiados e trazidos para o país por meio da venda de petróleo, criando assim certa dependência dessa *commodity*.”

Nesse modelo de desenvolvimento, de acordo com as ideias de Cathcart (2018), o país acaba se tornando desvinculado das fontes de receita, já que as variações do preço internacional do petróleo são as que determinam o lucro. Se, por um lado, o país é beneficiado pela alta do preço do barril de petróleo, aumentando assim o seu superávit e possibilitando a ampliação dos investimentos públicos, quando ocorre a queda, toda a economia e a sociedade são severamente impactadas. Ainda de acordo com o autor, a economia venezuelana é essencialmente rentista, com até mesmo a agricultura dependente do petrodólar (Cathcart, 2018).

Nas décadas seguintes, o país teve uma série de governos centralizadores, como o de Juan Vicente Gómez (1908-1935) e o do General Marcos Pérez Giménez (1950-1958), que se destacou pelo fortalecimento da indústria petrolífera e pela melhoria da infraestrutura urbana (Nogaro ; Wobeto, 2019; Mendes; Silva ; Senhoras, 2022). Com o fim da ditadura de Giménez e a assinatura do Pacto de

Punto Fijo[2], a Venezuela entrou em um período de estabilidade institucional, com o governo alternando entre a Ação Democrática (AD) e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI). Como resultado, nos próximos anos, o país passou por uma fase de abundância, destacando-se entre os países da América Latina. Características como a estabilidade política, a baixa inflação e o grande poder de compra, o maior entre os países da América Latina, tornaram a Venezuela um país-modelo (Pardo, 2019).

Sobre isso, Nogaro e Wobeto (2019, p.25) afirmam: “A incomum estabilidade democrática lograda pela Venezuela e seus enormes ganhos inerentes à produção petrolífera consolidaram uma excepcionalidade num contexto político hemisférico de proliferação de regimes ditatoriais.” Vale mencionar que, a partir de 1960, com a adoção da Doutrina Betancourt, imposta pelo presidente Rómulo Betancourt, a Venezuela passou a romper relações diplomáticas com países não democráticos da região. Demonstrando que o país possuía crença em sua superioridade política (Nogaro ; Wobeto, 2019).

Entretanto, esse *sonho de uma noite de verão* acabaria na década de 1980, quando voltaria a enfrentar crises internas. Não fugindo do destino dos demais países, a Venezuela adota o neoliberalismo no final dos anos 80 (Nogaro ; Wobeto, 2019). No governo de Luiz Herrera Campíns (1979-1983), o país já passava por um momento de desgaste, com as dívidas externas e internas aumentando de forma descontrolada e o preço do barril de petróleo em queda. Em resposta, no dia 18 de fevereiro de 1983, a gestão decide desvalorizar a moeda nacional e ampliar o controle cambial. Logo, ocorre uma escalada da inflação no país e o início de uma crise social e política. Devido ao seu impacto, esse momento ficou conhecido como *Sexta-Feira Negra* (Botelho, 2009; Neves, 2010).

Como resposta à crise, em 1988, o ex-presidente Carlos Andrés Pérez, que havia governado entre 1974 e 1979, foi eleito prometendo trazer de volta a prosperidade da década de 70 (Botelho, 2009). Adotando o receituário neoliberal proposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), fez uma série de ajustes que acabaram por piorar a condição de vida das classes mais pobres, ao mesmo tempo em que aumentou as tensões entre as classes privilegiadas e as empobrecidas

[2] De acordo com as ideias de Uduwanage (2020), o Pacto de Punto Fijo foi um acordo firmado em 1958, pelos dois principais partidos, o Ação Democrática (AD), e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI), que garantiam a alternância de poder entre os partidos. Essa medida serviu para trazer maior estabilidade política ao país, que enfrentava muita instabilidade.

(Squeff ; Weimer, 2020). Sobre isso, de acordo com Neves (2010, p.49): “[...] incluía, entre outras medidas, aumentar os preços públicos, até então subsidiados pelas rendas do petróleo, e suspender várias ações de subsídio, para economizar recursos.”

Por ser um grande produtor de petróleo, o país tinha uma população acostumada a consumir gasolina a preços baixos. Com o corte do subsídio aos combustíveis e o posterior aumento do preço do transporte, os venezuelanos começaram a se revoltar. Somadas a isso, houve também medidas de congelamento de salários e de redução do crédito concedido (Uduwanage, 2020). E, com a iminência de novas medidas neoliberais, no dia 27 de fevereiro de 1989, ocorre o *Caracazo*, em que a população enfurecida vai às ruas e começa a saquear diversas lojas e supermercados em protesto, o que leva a uma resposta policial que resulta em mais de 400 mortos (Nogara ; Wobeto, 2019).

Apesar disso, mesmo com uma série de protestos ocorrendo todos os meses no país, que, de acordo com Neves (2010), somavam mais de 130 manifestações por mês, o presidente não alterou suas medidas e prosseguiu com a privatização de empresas públicas. Com um terreno propício a levantes populares, a Venezuela manteria essa situação por mais alguns anos. Ainda sobre fatores da crise interna, segundo Botelho (2009, p.333):

> A Venezuela também vinha afetada pela desvalorização de sua moeda e pela incapacidade de o Estado sustentar a política de distribuição de benefícios, diante do endividamento externo e da queda dos ingressos petroleiros. Carlos Andrés Pérez não teve ainda o antecedente da hiperinflação para amenizar as reações ao seu pacote nem a possibilidade de culpar o antecessor, pois havia sucedido a um colega de partido (Botelho, 2009, p.233).

Em meio a esse cenário de grande caos e instabilidade interna, no ano de 1992 houve duas tentativas de golpe de Estado por parte dos militares de baixa patente do Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR), capitaneadas pelo tenente-coronel Hugo Chávez (Cathcart, 2018). Apesar de fracassarem em seus objetivos, essas investidas aumentaram a popularidade tanto do Hugo Chávez quanto do movimento, contribuindo para o agravamento da crise. Segundo Nogaro e Wobeto (2019, p.25), o movimento: “[...] conquistou uma profunda vitória política, com a rendição de Chávez condicionada a um anúncio em rede nacional na televisão, ampliando a visibilidade e inclusive o apoio popular ao movimento”. Por

consequência dessa intensa pressão, em 1993, o então presidente Carlos Andrés Pérez sofreu um processo de impeachment proposto pela oposição, o que levou ao fim de seu mandato (Figueira, 2017).

No governo seguinte de Rafael Rodrigues Caldera Rodrigues (1994-1999), a crise se aprofundou devido ao colapso do sistema bancário venezuelano e à queda das exportações de petróleo (Bastos ; Obregón, 2018). Deve-se mencionar também que foi nessa gestão que Hugo Chávez e os demais golpistas receberam o perdão presidencial pela tentativa de golpe de 1992 (Neves, 2010). Além disso, o país sob sua gestão manteve o viés econômico neoliberal, adotando reformas propostas pelo FMI para contornar a crise. Abordando as medidas neoliberais, Botelho (2009, p.334) afirma:

> Foi assim que, por exemplo, se avançou com a política de abertura petrolífera. Entre outras coisas, isso significou: parcerias e concessões de exploração a transnacionais a internacionalização da PDVSA, a estatal do setor, por meio da compra de instalações no exterior; uma maior autonomia da companhia em relação ao Estado, diminuindo seus repasses aos cofres públicos (Botelho, 2009, p.334).

Esses fatores tornaram o caminho propício à ascensão de Hugo Chávez na eleição seguinte, já que ele era uma figura de grande popularidade entre a população que estava cansada de décadas de instabilidade interna e da piora de suas condições de vida. Em 1998, com um discurso contrário ao neoliberalismo e ao imperialismo, propondo a refundação da República Venezuelana com maior autonomia, o combate à corrupção e a maior distribuição de renda, Hugo Chávez é eleito (Figueira, 2017). Sobre a refundação da república, Paiva (2011, p.294) afirma: “Tais propostas foram consideradas por muitos o início de uma divergência do modelo neoliberal ditado pelo Consenso de Washington.”

2.1 A Era Chávez (1999-2013)

A chamada Era Chávez foi um período de grandes transformações ocorridas na Venezuela, sendo um momento que divide muitas opiniões, existindo autores mais críticos ao chavismo (Paiva, 2011; Nascimento, 2025), que culpabilizam o governo pela maior parte dos problemas, ao mesmo tempo, em que há pesquisadores mais céticos (Scheidt, 2019; Leon; Cicero, 2022), que atribuem a responsabilidade das adversidades enfrentados aos fatores externos, como a queda do preço do barril de petróleo, e as sanções impostas pelos EUA e seus aliados. O

fato é que, para entender melhor a crise venezuelana, é necessário aprofundar-se mais nas nuances desse momento histórico.

Assumindo o governo no dia 2 de fevereiro de 1999, Hugo Chávez inicia seu governo propondo uma série de reformas com o intuito de refundar a república venezuelana e combater os problemas existentes, como a pobreza e a alternância de poder entre a oligarquia corrupta. Nesse sentido, a primeira medida tomada pela nova gestão foi a realização de um referendo, com o intuito de convocar uma Assembleia Constituinte que permitisse a alteração da constituição vigente. Com cerca de 88% da população aprovando a convocação em 1999 e com 119 dos 131 assentos da assembleia ocupados por seus aliados, o vitorioso Hugo Chávez consegue moldar a constituição de acordo com seus interesses (Uduwanage, 2020).

Entre as principais mudanças estão a alteração do nome do país, que se tornaria a República Bolivariana da Venezuela, o aumento do mandato presidencial para seis anos, a possibilidade de reeleição e o aumento da representatividade política, com o enfraquecimento do bipartidarismo (Pereira, 2013). Aprovada em plebiscito com 77% dos votos, a nova constituição abriu caminho para o seu governo, que agora voltaria a atenção aos problemas socioeconômicos existentes. Sobre as mudanças constitucionais, Pereira (2013, p.12) afirma: “Isso, naturalmente, afetou relações de poder e interesses particulares [...] que, por sua vez, levaria partidos, organizações e personalidades de oposição ao projeto de iniciar uma estratégia insurrecional para derrubá-lo.”

Já na economia, o governo Chávez adotou inicialmente o *Programa Econômico de Transição 1999-2000*, que tinha como objetivos o crescimento econômico e a redução da inflação e do desemprego. Caracterizada pela maior participação do Estado na economia, com o governo intervindo e agindo de acordo com os interesses da população, a Venezuela então abandonou a concepção da mão invisível do mercado (Barros, 2006). Simultaneamente, Hugo Chávez buscou melhorar as relações entre a Venezuela e os países da OPEP, realizando viagens ao Irã, à Líbia e ao Iraque no início do seu mandato. Exitoso, com o país agora seguindo à risca as cotas de produção determinadas pelo bloco, no mesmo ano, a OPEP começou a limitar a produção, o que acabou elevando os preços internacionais do petróleo. Como consequência dessas medidas, a economia da Venezuela começou a melhorar seus indicadores socioeconômicos (Barros, 2006).

Assim, com o sucesso das medidas adotadas pelo seu governo, Hugo Chávez é validado como presidente por referendo feito em 2000, nos termos da nova constituição, com a aprovação de 59% da população, e seus aliados assumem a maioria das cadeiras da Assembleia Nacional. E então, a partir de 2001, com o chavismo em hegemonia, o governo passa a aprovar uma série de leis polêmicas que visavam às transformações sociais propostas na campanha (Bastos ; Obregón, 2018). Sobre as normas, Squeff e Weimer (2020, p.4) afirmam que eram: “[...] leis que permitiam ao Estado interferir diretamente no mercado privado, impondo restrições ao desenvolvimento da pesca industrial e limitando a propriedade privada com vistas à realização da reforma agrária.”

Porém, deve-se dar maior ênfase à *Lei dos Hidrocarbonetos*, aprovada no mesmo ano. Desde a descoberta do petróleo na Venezuela, a produção de petróleo esteve vinculada ao setor privado, com a presença até mesmo de conglomerados estrangeiros que atuavam na extração no território venezuelano. Com o estado intervindo de forma branda no setor. Então, com a validação desta lei e, consequentemente, o aumento da intervenção sobre a indústria petrolífera, com o governo demonstrando interesse na reversão das privatizações anteriores, e com as demais legislações aprovadas, resultou na consolidação de uma oposição antigovernamental (Schurster ; Araujo, 2015).

Ainda em 2001, com a oposição unificada, o país acabou se dividindo em dois blocos com interesses distintos. O primeiro bloco era o dos apoiadores do governo, composto pelos partidos aliados, por organizações sociais e pela população de origem mais humilde, que se sentia excluída dos governos anteriores (Pereira, 2013). Já o bloco oposicionista, também conhecido como Coordenadoria Democrática (CD), era formado por associações de empresas, meios de comunicação particulares, dirigentes do setor petrolífero, a classe média e partidos da oposição. Juntamente com o apoio dos EUA e dos seus aliados, que almejam a queda do chavismo. E, com o fim das negociações entre os polos, inicia-se o conflito entre os dois lados (Pereira, 2013).

O primeiro grande confronto entre o chavismo e as forças de oposição foi a tentativa de golpe frustrada em 11 de abril de 2002. Nesse dia, com o apoio dos meios de comunicação privados, a oposição convocou uma grande manifestação anti-governo para se dirigir ao Palácio de Miraflores, com a finalidade de tirar Chávez do poder. Ao se aproximarem do local, o então presidente, cercado por seus

apoiadores, mobilizou o exército para protegê-lo da multidão revoltada. E, no meio dessas tensões, ocorre um incidente em que se fazem disparos no meio da confusão. Divulgado em massa pela oposição, esse evento acabou por servir de justificativa para que militares desfavoráveis ao governo declarassem desobediência e, então, prendessem Hugo Chávez, deixando em seu lugar Pedro Carmona, presidente da Federação de Câmaras de Comércio e Produção (Fedemarcas), como novo presidente do país (Maya, 2005).

Frustrado, o golpe durou apenas 48 horas, com a pressão dos militares aliados e, principalmente, a grande mobilização popular nas ruas, servindo de virada de chave (Figura 3). De volta ao poder após esse acontecimento, Hugo Chávez saiu fortalecido, enquanto a oposição perdeu mais espaço. Após isso, com o objetivo de evitar uma nova tentativa de insurreição, o governo passou a realizar uma série de reformas no exército (Nascimento, 2025).

Figura 3 - Hugo Chávez sendo liberto após o fracasso do golpe



Fonte: Mello, 2020

As reformas tiveram início com o expurgo de militares antichavistas, voltado principalmente aos de alto escalão. Em seguida, houve a promoção de oficiais leais ao chavismo. Junto a isso, houve a melhoria nas condições de vida dos militares, com grandes aumentos salariais e maior inserção das Forças Armadas na política, com militares compondo ministérios e atuando na coordenação de empresas

públicas. Dessa forma, como consequência dessas medidas, o exército tornou-se o principal aliado do governo, o que intensifica a militarização da sociedade (Nascimento, 2025).

Posteriormente, ainda haveria novas tentativas de sabotagem do governo pela oposição, como a greve de 2 de dezembro de 2002, em que o setor petrolífero ficou paralisado por nove semanas, impactando a economia, e o referendo de 2004, que buscava revogar o mandato de Hugo Chávez, mas foi rejeitado por 58,9% da população. Contudo, ambas falharam, e de acordo com Uduwanage (2020, p.22):

> Ao término de todos estes acontecimentos houve a fragmentação da CD, e sua posterior dissolução, tendo a oposição, por falta de ambiente político, que abandonar os projetos para tirar Chávez do Palácio de Miraflores. Por outro lado, com a imagem fortalecida pelas tentativas frustradas da oposição, Chávez aumentou ainda mais a propaganda política focada na comunicação de massa, a fim de fazer a sua mensagem de união nacional e desenvolvimento chegar a toda a população (Uduwanage, 2020, p.22).

Com a oposição mais enfraquecida e o governo mantendo um amplo apoio popular, Chávez aproveitou o momento para intensificar o controle governamental sobre a PDVSA (Petróleos de Venezuela S.A.). Apesar de ser uma empresa estatal, sua gerência era composta majoritariamente por membros da oposição, o que levou à participação na greve do setor petrolífero. E, com maior domínio, o governo passou então a direcionar parte das receitas obtidas para uma série de programas sociais voltados às camadas mais pobres da população (Scheidt, 2019). Havendo a construção de residências e o aumento do investimento em saúde e educação em bairros carentes, entre outras ações. Abordando essas medidas, Scheidt (2019, p.48) afirma: “Os programas sociais levaram a substanciais redução da pobreza, das desigualdades sociais e inclusão de amplas camadas populares historicamente excluídas”.

Desse modo, Hugo Chávez aumentou ainda mais sua popularidade entre a população. Entretanto, apesar da melhoria das condições de vida da população, o governo, que, desde 2002, vinha sendo criticado internacionalmente, passou a ter sua credibilidade questionada. Para além do aumento da militarização da sociedade, a partir de 2004, há também a interferência do presidente no Judiciário. Com Chávez aumentando o número de magistrados no Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) com a finalidade de designar aliados e impedir que a oposição conteste o governo na justiça. Assim como instrumentalizar a ameaça contra os opositores políticos. Sobre

isso, de acordo com Nascimento (2025, p.8): “Ou seja, o aparelhamento das instituições militares e de justiça afetaram o seu funcionamento, de forma a beneficiar a elite governista e seus apoiadores, em detrimento de seus adversários”

Ainda sobre o autoritarismo da Era Chávez, de acordo com as ideias de Paiva (2011), embora o presidente recorresse a mecanismos democráticos, como referendos e plebiscitos, para consultar a população, isso não garante um caráter democrático. Apesar de ser popular entre o povo, o governo de Hugo Chávez foi caracterizado por reprimir a oposição, cercear a liberdade de expressão por meio da censura a meios de comunicação desalinhados e centralizar o poder no governo. Para além do intervencionismo no judiciário, abordado anteriormente. Assim, na visão da autora, mesmo tendo sido eleito democraticamente e com amplo apoio popular, o governo de Chávez não pode ser considerado democrático.

Reeleito duas vezes, em 2006 e 2012, Hugo Chávez permaneceu presidente até 5 de março de 2013, data de seu falecimento, devido a um câncer que vinha sendo tratado desde 2011. Deixando para seu sucessor, Nicolás Maduro, manter a continuidade do chavismo. Porém, apesar de ter vencido a eleição de 2012, foi por uma margem de apoio menor, e, nas eleições parlamentares de 2011, a oposição ganhou várias cadeiras, evidenciando que o chavismo estava perdendo força. Eleito por uma margem pequena, Nicolás Maduro assumiu então a presidência e buscou seguir pelo caminho iniciado por Chávez (Bastos ; Obregón, 2018).

2.2 O governo Maduro e a intensificação da crise (2013-2022)

Agora, como presidente da Venezuela, Nicolás Maduro assumiu o governo, como mencionado anteriormente, em meio ao enfraquecimento do chavismo no país, tendo de enfrentar uma série de novas dificuldades que surgiram a partir de 2013. Menos carismático do que o seu antecessor, o governo teve como primeira grande dificuldade a queda do preço do petróleo em 2013, que impactou a economia do país. Apesar de não ser o responsável por essa dependência, por se tratar de um problema endêmico da economia venezuelana, é fato que, de acordo com Cury (2013), o governo Chávez aprofundou essa adversidade. E, com a queda das receitas provenientes da exportação de petróleo, iniciou-se uma crise.

Não parando em 2013, em 2014 o preço do barril de petróleo, que já vinha caindo, despencou novamente, fazendo com que a Venezuela sofresse muito com esse impacto financeiro. Sobre isso, Wendling, Nascimento e Senhoras (2021, p. 6)

afirmam: “Dessa forma, com a crise do petróleo o país perde eficiência em importar [...], e afeta também a manutenção dos programas de investimentos sociais, algo de suma importância para o projeto chavista.” Lembrando que, para além dessa dependência da *commodity*, a Venezuela se habituou a importar insumos, como alimentos, medicamentos, entre outros, afetando diretamente a condição de vida da população (Wendling; Nascimento ; Senhoras, 2021). Resultando também no início do êxodo migratório venezuelano para os países vizinhos.

Paralelamente à crise econômica, a Venezuela também enfrentava uma crise política, com a oposição mobilizada para derrubar o governo em exercício. Assumindo com pouca margem, os adversários do chavismo, que já questionavam a autenticidade das eleições, em 2014 começaram uma série de manifestações antigovernamentais, as chamadas *La Salida*. Escalando de forma violenta, esses protestos acabaram resultando no óbito de dezenas de pessoas, o que intensificou ainda mais a pressão internacional sobre o governo de Maduro. Como resposta a esses eventos, o governo dos EUA, que já via com maus olhos o chavismo desde a sua ascensão, decidiu impor um embargo econômico ao país a partir de 2014, sendo intensificado em 2017, agravando ainda mais a crise política e econômica (Leon; Cicero, 2022; Scheidt, 2019;).

Sobre o embargo, de acordo com as ideias de Leon e Cicero (2022), essa medida tinha como finalidade a retirada de Nicolás Maduro do poder e, para isso, o governo americano inseriu a Venezuela na lista de países que ameaçavam a segurança nacional. Aplicando diversas sanções, classificadas em quatro tipos principais: as *sanções individuai*s, voltadas a pessoas ligadas ao governo; as *sanções financeiras*, direcionadas às cadeias produtivas, com ênfase no setor petrolífero; *as sanções comerciais*, visando bloquear o comércio de bens e serviços; e as *sanções secundárias*, contra países que comercializavam com a Venezuela. Desta forma, a economia venezuelana foi castigada severamente (Leon ; Cicero, 2022).

Assim, a crise econômica venezuelana, que teve início com a queda do preço do barril de petróleo em 2014, foi agravada nos anos seguintes pelo embargo imposto pelos EUA, o que dificultou ainda mais a recuperação econômica. Nesse contexto de recessão econômica, com hiperinflação decorrente da queda das importações de produtos essenciais, que se tornaram escassos, e da piora das condições de vida da população (Wendling; Nascimento ; Senhoras, 2021), em

2015, o governo de Maduro perdeu as eleições parlamentares. Em uma votação em que a oposição, composta pela União Democrática (MUD), obteve dois terços dos assentos, pela primeira vez desde o início do chavismo, o governo perdeu o controle do Congresso. Apesar disso, de forma antidemocrática e com o judiciário alinhado à sua presidência, Nicolás Maduro contestou e impediu a posse de 22 deputados da oposição. Fato que agravou ainda mais os conflitos entre o governo e o campo opositor, que agora acusa o presidente de golpe (Simões ; Vaz, 2023).

Nos próximos anos, os choques entre os dois blocos continuaram, com o governo e a oposição entrando em conflito com frequência. Levando a uma série de novos protestos em 2017, com maior intensidade do que os anteriores. Tendo como causa a tentativa do governo de transferir os poderes da Assembleia Nacional, composta majoritariamente pela oposição, para uma Assembleia Constituinte convocada por Maduro e sem referendo (Uduwanage, 2020). Nesse contexto, as manifestações foram reprimidas violentamente, o que resultou em um aumento da pressão internacional sobre o governo. Abordando a resposta governamental às manifestações, Uduwanage (2020, p.28-29) afirma: “[...] sendo reprimidas com violência pelas forças de segurança do Estado, resultando em centenas de mortos e feridos, e denúncias de que as tropas chavistas estavam executando e prendendo pessoas não alinhadas com o regime”.

Já em 2018, Nicolás Maduro foi reeleito em uma eleição marcada pelo boicote da oposição e pelo comparecimento de apenas 46% dos eleitores. Em 2019, contestado por grande parte da comunidade internacional e pelos adversários do chavismo, Juan Guaidó, presidente do Congresso, declarou-se o novo presidente da Venezuela, contando com o reconhecimento de vários países. Entre eles, os EUA, grande parte da União Europeia e o Grupo de Lima[3]. Contando com apoio internacional, no mesmo ano, Guaidó comanda uma tentativa de golpe de Estado contra Maduro, que é frustrada pelo exército. E com o fracasso, a oposição começa a se reorganizar em novas estratégias (Scheidt, 2019).

Comentando sobre a permanência do Maduro no poder, apesar de todos os problemas enfrentados, seja com relação ao aumento da oposição e ao descrédito internacional, ou, no que tange a continuidade da crise econômica, Scheidt (2019,

[3] Criado no ano de 2017, o Grupo de Lima é composto por 14 países, tendo como objetivo buscar soluções pacíficas para a questão venezuelana. Entre seus membros estão: Argentina, Brasil, Canadá, Colômbia e México (Rossi, 2019).

p.53) afirma: “No caso da Venezuela, embora haja uma intensificação dos movimentos de oposição entre as elites e classes médias, o chavismo ainda conta com apoio significativo entre as camadas populares e os movimentos sociais.” Assim, na visão do autor, por mais que o governo enfrentasse uma grande oposição, seria impossível manter-se no poder sem uma parcela de apoio popular. Já que, mesmo durante essa crise, o chavismo não deixou de prestar apoio às classes populares por meio do exército. Contudo, ao comentar isso, o autor de forma alguma ignora a escalada do autoritarismo do governo Maduro, sobretudo contra a oposição (Scheidt, 2019).

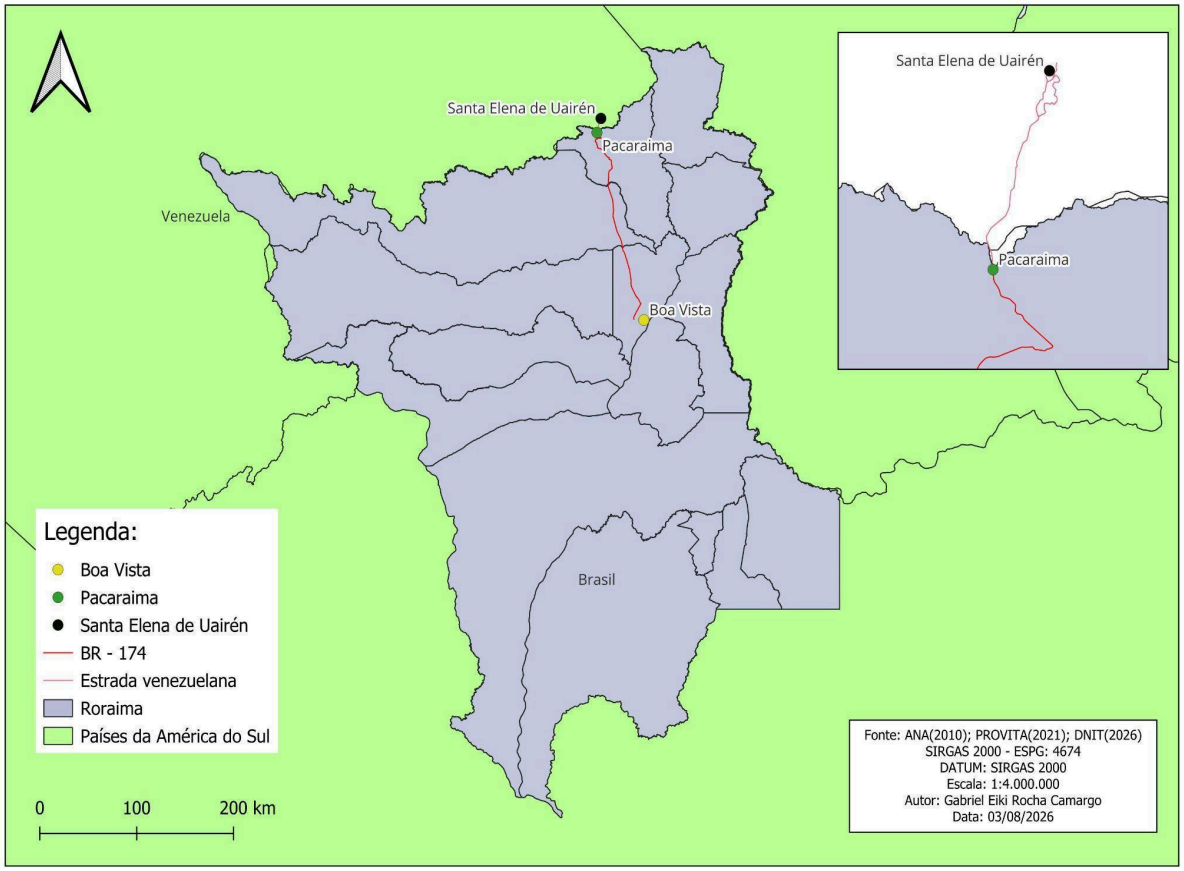
Posteriormente a tentativa fracassada de golpe de Estado em 2019, o governo norte-americano, que já vinha endurecendo o embargo desde 2018, intensificou o bloqueio em 2019 e 2020. Fazendo com que a economia venezuelana diminuísse, em média, 4,8% ao longo dos próximos 20 meses, de forma ininterrupta (Leon ; Cicero, 2022). Somado a isso, com a pandemia da Covid-19, o preço do barril de petróleo caiu novamente, intensificando ainda mais a crise econômica e humanitária (Furno, 2026). Resultando no aumento do êxodo de venezuelanos para outros países, especialmente para as nações vizinhas. De acordo com Silva e Baeninger (2021), até julho de 2021, cerca de 5,6 milhões de venezuelanos já moravam fora do país. Nesse contexto, o Brasil foi um dos principais destinos para eles, recebendo centenas de milhares de imigrantes que buscavam um novo lugar para se reterritorializar.

2.3 Os imigrantes venezuelanos no Brasil

Embora, no presente, o processo migratório seja caracterizado pela entrada de venezuelanos no Brasil, nem sempre foi assim. De acordo com as ideias de Silva e Gomes (2021), no período entre 1970 e os anos 2000, os fluxos eram voltados à saída de brasileiros de Roraima para a Venezuela, em busca de melhores condições de vida. Devido à proximidade entre a cidade de Pacaraima, no estado de Roraima, e o município venezuelano de Santa Elena de Uaíren, Leonello e Moreira (2025) apontam que, por possuir melhor infraestrutura, era comum que muitos brasileiros saíssem de Pacaraima para Santa Elena de Uaíren em busca de melhores condições de vida, o que fazia com que o número de residentes brasileiros fosse significativo.

Todavia, com a crise econômica, humanitária e política da Venezuela, iniciada em 2013 e intensificada em 2021 e 2022, as movimentações se inverteram, havendo a entrada em massa de migrantes oriundos de lá. Assim, ao chegarem no Brasil pela cidade de Pacaraima, em Roraima (Figura 4), estado fronteiriço, dezenas de milhares de imigrantes foram recebidos nos últimos anos, o que tornou necessária a adoção de medidas emergenciais. Já que, de acordo com Silva e Gomes (2021, p.173): “O aumento do fluxo de venezuelanos representou um grande impacto em Roraima, particularmente pelo seu relativo isolamento e por sua baixa projeção populacional.”

Figura 4 - Mapa do trajeto de entrada dos imigrantes venezuelanos



Fonte: Brasil (2010); PROVITA (2021); Brasil (2026)

Por sua vez, o governo brasileiro instituiu em 2018 a Operação Acolhida, voltada ao apoio aos governos locais no acolhimento e no atendimento emergencial aos venezuelanos em situação de grande fragilidade. Juntamente com o suporte à interiorização dos imigrantes nos demais estados do país, já que Roraima não conseguia recebê-los da forma adequada, com carências no acesso à saúde, à educação, entre outros aspectos. Deve-se considerar que, apesar de ser

encabeçada pelo Governo Federal, a Operação Acolhida também recebeu apoio dos governos estaduais e municipais, de organizações não governamentais e de demais entidades humanitárias (Simões ; Vaz, 2023).

Comandadas pelo exército, durante a Operação Acolhida, as Forças Armadas brasileiras tiveram um papel central na cadeia logística, com maior ênfase nas áreas de saúde, transporte, infraestrutura e administração. Caracterizada por três pilares que, de acordo com Simões e Vaz (2023), consistiam no ordenamento da fronteira, no abrigamento e na interiorização, a Operação Acolhida foi bem-sucedida, o que permitiu que centenas de milhares de venezuelanos recebessem o atendimento adequado. Para além disso, houve também apoio permanente aos venezuelanos que permaneciam no estado de Roraima, com abrigos temporários, fornecimento de refeições diárias e atendimento de saúde. Sobre os imigrantes atendidos na Operação Acolhida, Simões e Vaz (2023, p.183) afirmam:

> Em fevereiro de 2021, mais de 890 mil migrantes e refugiados venezuelanos haviam sido recepcionados e atendidos na fronteira com o Brasil, dos quais cerca de 265 mil haviam protocolado a solicitação de regularização migratória. Além disso, nessa mesma data, 48 mil indivíduos já se encontravam interiorizados em outros estados da federação, recebendo o suporte básico para integrarem-se à sociedade local (Simões ; Vaz (2023, p.183).

Ainda sobre a interiorização realizada pela Operação Acolhida, de acordo com Leonello e Moreira (2025), até 2021, cerca de 670 municípios brasileiros haviam participado do processo de acolhida de venezuelanos, e a maioria dos imigrantes era composta por crianças, adolescentes e adultos com até 39 anos. Com relação ao trabalho, esse processo contribuiu muito para a empregabilidade dos imigrantes, já que, antes dele, apenas 7% dos venezuelanos estavam empregados, enquanto, depois, aproximadamente 77% estavam empregados. Porém, Leonello e Moreira (2025, p.18) afirmam: “Apenas os migrantes em situação regular – refúgio ou autorização de residência temporária – e detentores de documentos nacionais podem ser beneficiados pela estratégia.”

Vale ressaltar que, durante todo o processo de interiorização dos venezuelanos no Brasil, as entidades religiosas participaram diretamente do acolhimento dos imigrantes, com destaque para a Cáritas e a Missão da Paz, vinculadas à Igreja Católica, e para a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mórmons). Essas organizações religiosas atuaram desde o acolhimento,

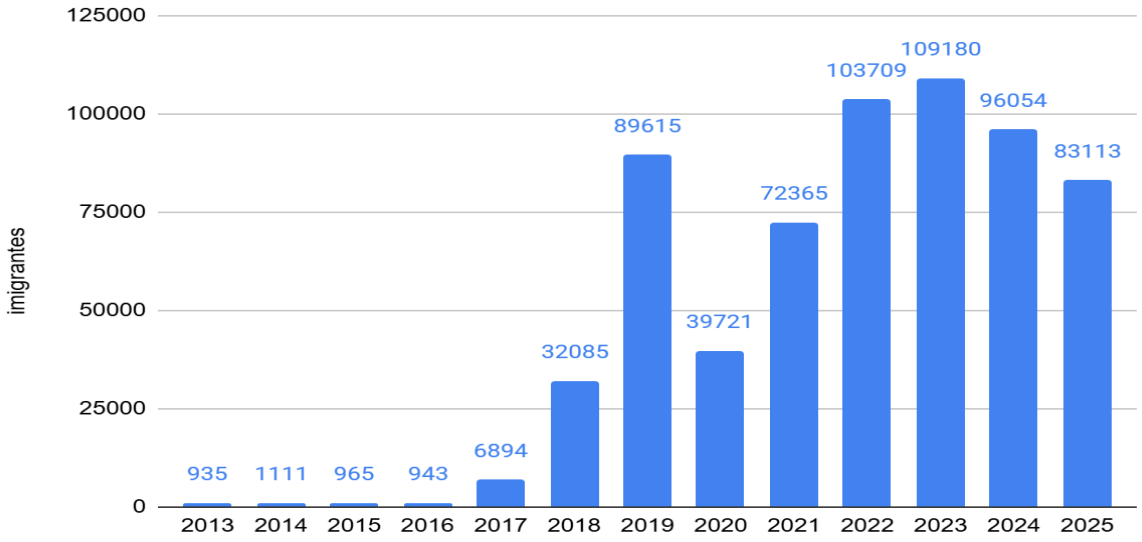
fornecendo apoio às famílias que acabaram de chegar, por meio de auxílios financeiros temporários para moradia, água e luz, bem como ajudando na regularização da documentação e na busca por empregos. Existindo muitos casos em que essas entidades apoiaram desde a saída do imigrante da Venezuela até a reunificação com os familiares já residentes no Brasil (Silva, 2023).

No que se refere ao atendimento durante a pandemia de Covid-19, nesse momento, o exército reforçou a assistência aos imigrantes para reduzir a transmissão do vírus. Entre as medidas tomadas, houve a intensificação da interiorização dos venezuelanos, com o intuito de reduzir a concentração de pessoas vivendo no mesmo local, o aumento da adoção de medidas de higiene e o incremento da verificação das condições de saúde dos imigrantes. Assim, foram criadas Áreas de Proteção e Cuidado (APCs) nas cidades de Pacaraima (Roraima), Boa Vista (Roraima) e Manaus (Amazonas), servindo como áreas de isolamento para contaminados (Araújo ; Sparta, 2020).

Paralelamente a isso, no âmbito legislativo, estava sendo aprovada a nova Lei de Migração, a Lei 13.445 de 2017, que substituía a norma anterior. A antiga legislação que regia o tema, o chamado *Estatuto do Estrangeiro*, era originária da ditadura militar e voltada à segurança nacional. Nessa nova norma, o foco foi o acolhimento dos imigrantes, a fim de garantir a igualdade de direitos e combater os preconceitos. Fazendo com que os imigrantes passassem a ser tratados de acordo com os direitos humanos. Deve-se mencionar que essa mudança legislativa foi fruto da nova conjuntura das migrações internacionais e da pressão da sociedade civil que participava de todas as etapas do processo (Vasco, 2017; OEA, 2017).

Assim, nos últimos anos, o Brasil registrou um grande acréscimo de imigrantes venezuelanos residentes, como demonstrado no Gráfico 1. De acordo com os dados mais recentes, há aproximadamente 582 mil venezuelanos residentes no país. Sem indícios de redução, os fluxos migratórios seguem em 2026. Com os venezuelanos representando cerca de 30% de todos os estrangeiros no Brasil, superando os bolivianos, portugueses, haitianos, entre outros. E sobre a distribuição entre os estados brasileiros, mais da metade deles vive de forma concentrada em Roraima, Santa Catarina e Paraná (Madeiro, 2026)

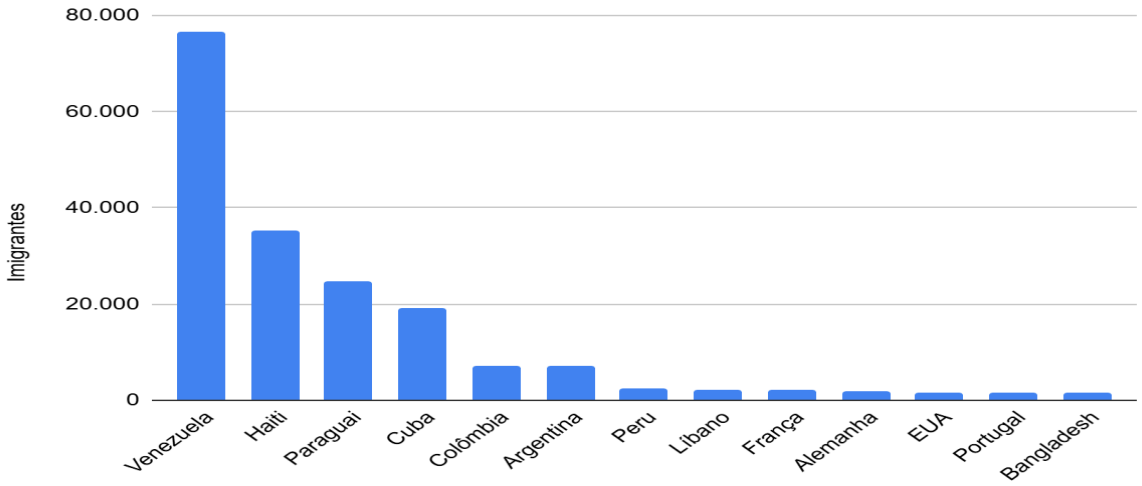
Gráfico 1 - Venezuelanos registrados anualmente no Brasil (2013-2025)



Fonte: SISMIGRA, 2026

Como mencionado anteriormente, o estado do Paraná foi uma das unidades federativas que mais receberam imigrantes venezuelanos, que, de acordo com os dados fornecidos pelo Paraná (2026), até fevereiro de 2026, totalizavam cerca de 76.548 imigrantes oriundos da Venezuela no estado, constituindo o maior grupo de imigrantes acolhidos (Gráfico 2). Seguidos pelos haitianos (35.218), paraguaios (24.814), cubanos (19.182), colombianos (7.268) e argentinos (7.187), com as demais nacionalidades apresentando menor participação demográfica (Paraná, 2026). Deve-se mencionar que, nos meses seguintes, o Paraná continuou recebendo imigrantes, portanto, possivelmente, o número de residentes seja maior atualmente.

Gráfico 2 - Registro do número de imigrantes por nacionalidade no Paraná em 2026



Fonte: Paraná, 2026

Motivados possivelmente pela percepção de alta qualidade de vida da região Sul, caracterizada pela menor taxa de desemprego entre as regiões (IBGE, 2024), baixos índices de criminalidade (Gimenes, 2026) e pelo IDH classificado como alto, os imigrantes venezuelanos foram distribuídos entre vários municípios paranaenses. Principalmente em cidades como Curitiba, Foz do Iguaçu e Cascavel (municípios que mais receberam imigrantes do estado). Nesse sentido, apesar de Ponta Grossa não estar entre as localidades que mais acolheram, ainda assim possui uma numerosa população de venezuelanos, como será demonstrado em seguida, com o fluxo migratório mantendo-se até o presente momento (Paraná, 2026).

2.4 O município de Ponta Grossa e os imigrantes venezuelanos

Apesar de não haver um censo oficial sobre o número de venezuelanos residentes em Ponta Grossa, é possível fazer algumas estimativas com base nos dados disponíveis. Segundo dados da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, entre 2022 e 2024, a cidade recebeu cerca de 2 mil estrangeiros que buscavam regularizar seus documentos ou consultavam sobre sua situação migratória. Desse montante, o maior grupo de imigrantes era oriundo da Venezuela (D´Ponta, 2024). Já em relação às informações mais recentes, de acordo com o G1 (2026), desde 2025, o município recebeu mais de 400 venezuelanos. Assim, é possível estimar que haja algumas centenas de imigrantes venezuelanos em Ponta Grossa.

Na cidade, o acolhimento é realizado por três atores principais: a Cáritas Diocesana de Ponta Grossa, a Universidade Estadual de Ponta Grossa e o Comitê Municipal para Migrantes, Refugiados e Apátridas em Ponta Grossa. Vinculada à Igreja Católica, a Cáritas Diocesana é responsável pelo suporte inicial aos imigrantes que chegam à cidade, sendo encarregada do atendimento, do registro e do auxílio inicial. Sobre isso, Rosa (2021, p.3) afirma: “A CDPG é a principal instituição de apoio e de acolhimento dos migrantes, e auxilia no atendimento de regularização no país”.

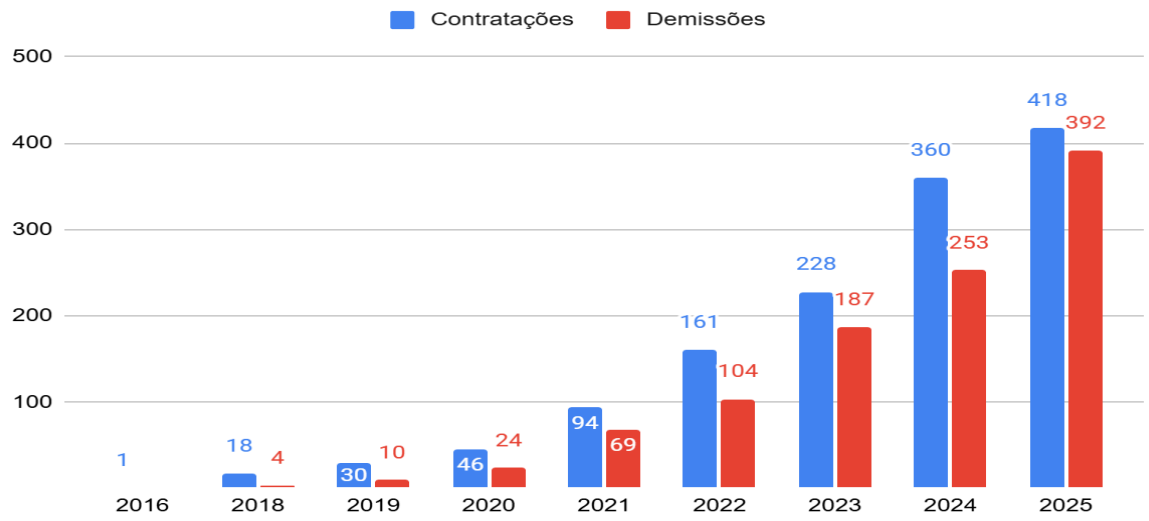
Já no que diz respeito à Universidade Estadual de Ponta Grossa, por meio de um projeto extensionista chamado *Processos Migratórios e Intercâmbio: Inclusão Social e Diversidade Cultural* (PROMIGRA), é oferecido um curso gratuito de língua portuguesa para os imigrantes, justamente para auxiliá-los em sua integração na cidade. Considerando que é um outro idioma, o aprendizado é essencial para

facilitar as adaptações à nova realidade (Mascarenhas, 2025). Por fim, há o Comitê Municipal para Migrantes, Refugiados e Apátridas em Ponta Grossa, vinculado às secretarias municipais de Saúde, Educação e Assistência Social. Criado em 2021 pelo Decreto nº 19.727, esse órgão é responsável pelo desenvolvimento de políticas públicas voltadas aos imigrantes.

Sobre a motivação para a escolha de Ponta Grossa como novo lar, de acordo com Silva (2023), a principal causa foi a existência de oportunidades de emprego no município. Considerando que boa parte dos venezuelanos saiu do país em busca de melhores condições de vida, o trabalho é um dos aspectos mais importantes ao selecionar um local para se reterritorializar. Ainda segundo o autor, na cidade de Ponta Grossa, os imigrantes, em sua maioria, se estabeleceram nos setores da construção civil e dos trabalhos domésticos, existindo também vagas na indústria e no segmento de serviços. Levando em consideração que a economia do município possui grande participação do setor de serviços (47,4%) e da indústria (40,2%), não é incomum ver os imigrantes trabalhando nessas áreas (Caravela, 2026). Não menos importante, é necessário ressaltar que, na busca por emprego, as organizações religiosas de Ponta Grossa contribuíram para o processo, superando a atuação do poder municipal (Silva, 2023).

Ainda sobre a questão da empregabilidade, no Gráfico 3, elaborado com os dados pontagrossenses de admissões e desligamentos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), é demonstrado o número de contratações e demissões de venezuelanos por ano. Deve-se mencionar que o CAGED não contabiliza o trabalho informal, assim, não foram incluídos os imigrantes que trabalham sem carteira assinada ou que são autônomos.

Gráfico 3 - Admissões e desligamentos dos imigrantes venezuelanos (2016-2025)



Fonte: DATAMIGRA, 2026

Pelo gráfico, observa-se que o número de venezuelanos registrados no mercado de trabalho formal de Ponta Grossa aumentou ao longo dos anos. Apesar de não haver registros em 2013, 2014, 2015 e 2017, houve, no geral, um aumento contínuo ao longo dos anos, com o número de contratações sendo superior ao de demissões. Através do gráfico, é notável que, entre 2023 e 2025, houve um grande incremento no número de registros, o que é condizente com os dados mencionados anteriormente sobre o recebimento de um grande número de imigrantes em Ponta Grossa entre 2022 e 2025.

Contudo, apesar de todos os esforços empreendidos pelo governo na interiorização dos imigrantes venezuelanos nos municípios e mesmo com o advento da nova Lei da Migração, para muitos a vulnerabilidade social se manteve, o que gerou grandes dificuldades em sua vivência. Em trabalhos como os de Araújo (2023) e Ribeiro e Ramirez (2024), evidencia-se que, mesmo com todo o apoio, em muitas cidades, os venezuelanos se territorializam de forma precária, com dificuldades de acesso ao emprego formal, aos serviços públicos e à moradia, estando expostos a longas jornadas e à baixa remuneração.

Outro aspecto importante a ser citado é a dificuldade decorrente da xenofobia enfrentada por serem imigrantes. Impactando todos os aspectos mencionados anteriormente, como o acesso a condições dignas de trabalho, o preconceito acaba sendo uma das principais barreiras à integração dos venezuelanos no Brasil. Motivada por diversos fatores, como as barreiras linguísticas que dificultam a comunicação e a aversão fomentada pelos meios de comunicação que promovem o

ódio contra estrangeiros, a xenofobia também influencia a qualidade do atendimento médico. Sobre isso, Vargas, Shimizu e Monteiro (2023, p.7) afirmam: “[...] a discriminação social vivenciada pelos venezuelanos no Brasil [...], constitui também um ponto de partida para a violação dos direitos humanos, pois envolve a transgressão da dignidade das pessoas.”

No entanto, essas adversidades não são exclusivas de trabalhos feitos em outras cidades do Brasil, na região Sul, e, mais especificamente, no município de Ponta Grossa, também há trabalhos que problematizam as dificuldades enfrentadas por eles. Como demonstrado na pesquisa de Meira (2025), realizada com os pais de crianças venezuelanas matriculadas em escolas ponta-grossenses, os imigrantes enfrentam uma série de transtornos, como barreiras linguísticas, falta de valorização cultural e preconceito. Já no estudo de Silva (2023), os principais empecilhos que essa população enfrenta no município consistem na falta de acesso a moradias dignas, na dificuldade de validação de diplomas, o que acaba dificultando a inserção no mercado de trabalho e, novamente, na questão do idioma. Desta forma, é possível notar que a cidade de Ponta Grossa não está isenta de entraves à reterritorialização dos imigrantes venezuelanos, embora em menor medida do que em municípios da região Norte.

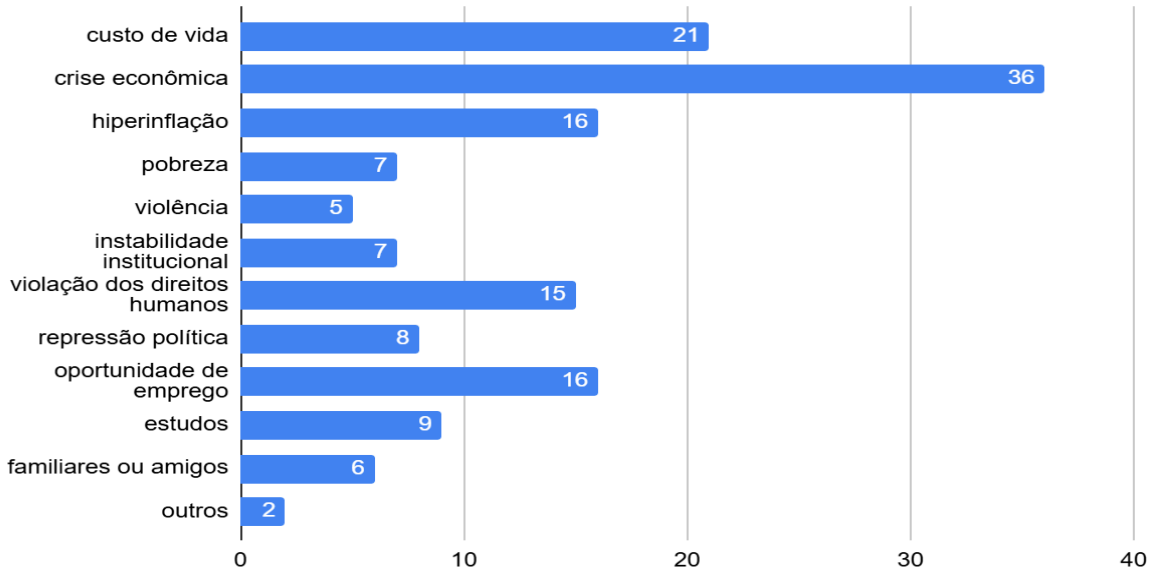
Portanto, considerando que, de acordo com pesquisas similares feitas em outras cidades do país e com trabalhos feitos em Ponta Grossa, os venezuelanos enfrentam muitas dificuldades e se territorializam de forma precária, esta pesquisa buscou contribuir para as discussões existentes. Investigando as condições de vida dos venezuelanos residentes na cidade, através da abordagem da territorialização precária, em que o território é visto como um recurso, e considerando aqueles que não possuem acesso ou são precarizados territorialmente, sendo vistos como excluídos socialmente (desterritorializados). Considerando que o acesso ao trabalho formal, à moradia e aos serviços públicos, são fatores que influenciam a territorialização, esse conceito será de suma importância no trabalho (Haesbaert, 2021). Assim, com a finalidade de testar a hipótese previamente levantada no trabalho, a próxima seção apresentará os resultados obtidos, acompanhados de sua análise.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Este capítulo baseia-se nas respostas obtidas por meio das 17 perguntas do questionário do *Google Forms* e é dividido em três tópicos principais: educação, trabalho e moradia, justamente, por serem fatores impactantes no processo de reterritorialização dos imigrantes. Bem como na entrevista semiestruturada realizada com a Professora Doutora Lenir Aparecida Mainardes da Silva (UEPG). Ao todo, participaram 45 pessoas ao longo do levantamento de dados, porém, é importante ressaltar que nem todas as perguntas tiveram 45 respostas, pois algumas não eram obrigatórias. Compartilhado no grupo de imigrantes da Cáritas Diocesana e por meio da técnica *bola de neve*, com os participantes enviando o questionário para os conhecidos, os resultados foram obtidos.

Iniciando por perguntas gerais, a primeira delas foi: “O que te motivou a sair do teu país?”, voltada a compreender as condições do processo. O entrevistado poderia escolher até três alternativas ou, se necessário, a alternativa “outro”, na qual poderia escrever sua resposta. Recebendo, ao todo, 45 respostas, como representado no Gráfico 4, é possível perceber uma variedade de explicações.

Gráfico 4 - O que te motivou a sair do teu país?



Fonte: o autor

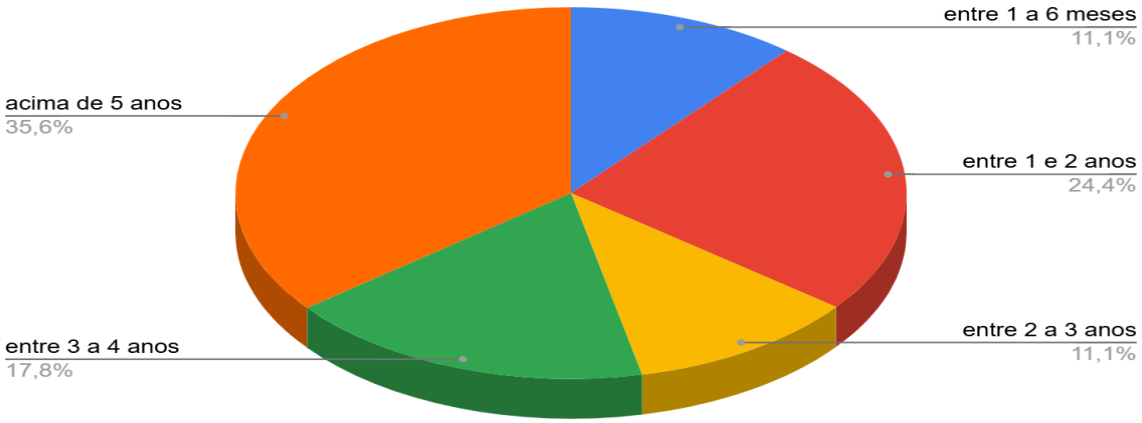
Entre as alternativas, a mais escolhida foi a crise econômica, com 36 respostas, seguida de custo de vida (21), hiperinflação e oportunidade de emprego (16), violação dos direitos humanos (15), estudos (9), repressão política (8), pobreza

e instabilidade institucional (7), familiares ou amigos (6), violência (5) e outros (2). A análise do gráfico indica que a principal causa da imigração é a crise econômica na Venezuela e que as alternativas vinculadas a aspectos econômicos são as mais selecionadas. Não menos importantes, as alternativas voltadas aos direitos humanos também foram bem optadas, com a de violação de direitos humanos recebendo 15 respostas e a de repressão política, 8. Demonstrando que, assim como abordado no capítulo 2, a crise econômica, política e humanitária impactou nos fluxos migratórios para outros países da região, como o Brasil.

Considerando que, segundo Haesbaert (2021, p.193), a desterritorialização econômica: “[...] está muito mais ligada a processos de expropriação, precarização e/ou exclusão social na lógica de acumulação capitalista”, pode-se dizer que a maioria dos venezuelanos que saíram do país passou por um processo de desterritorialização econômica, já que, com a intensificação da crise econômica, milhões foram precarizados. Assim, motivados pela busca por uma nação mais estável, eles migraram com a finalidade de encontrar um novo lugar para se reterritorializar. Fato que explica por que há respostas relacionadas a oportunidades de emprego (16) e a estudos (9) como motivações para a imigração.

A segunda questão elaborada foi: “Há quanto tempo você está morando no Brasil?” Nessa pergunta, ao contrário da anterior, o entrevistado só poderia marcar uma alternativa e não havia a opção “outro”, sendo apresentadas apenas as alternativas oferecidas. Ao todo, foram recebidas 45 respostas, com boa distribuição entre as opções. Para compreender há quanto tempo os participantes moram no Brasil, o Gráfico 5 apresenta uma síntese dos resultados.

Gráfico 5 - Há quanto tempo você está morando no Brasil?



Fonte: o autor

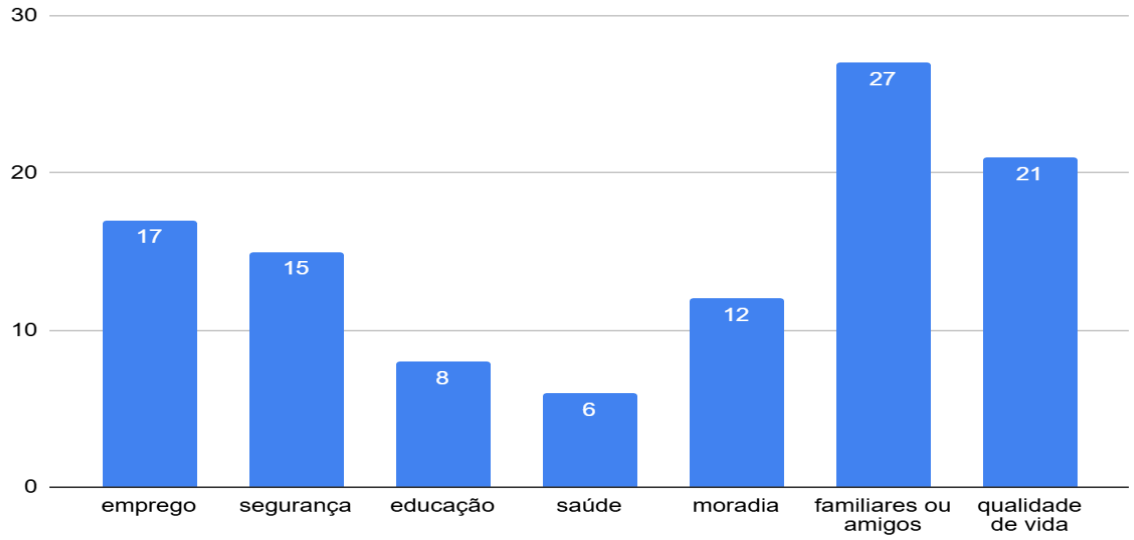
No gráfico, é notável que a maioria dos entrevistados está há mais tempo no Brasil, com a alternativa “acima de 5 anos” representando 35,6% das respostas. Seguido por “entre 1 e 2 anos” com 24,4%, “entre 3 a 4 anos” com 17,8% e “entre 2 e 3 anos” e “entre 1 a 6 meses” com 11,1% das respostas. Desta forma, percebe-se que, entre os entrevistados, a maior parte (64,5%) está no Brasil há mais de 2 anos. Porém, pelo gráfico, é possível notar que, apesar de haver poucos que moram há poucos meses (11,1%), uma boa parte deles vive no país há entre 1 e 2 anos (24,4%), o que é condizente com os dados do G1 (2026), que afirmam que, desde 2025, a cidade de Ponta Grossa acolheu mais de 400 venezuelanos.

Sobre a baixa participação dos venezuelanos recém-chegados na pesquisa, provavelmente se deve a dois fatores. O primeiro fator é a limitação temporal da coleta de dados. Iniciando o levantamento em abril e finalizando em agosto de 2026, é possível que uma boa parte dos imigrantes que chegarem nesse período não tenha tido contato com o questionário, já que o compartilhamento no grupo de whatsapp da Cáritas Diocesana ocorreu em maio.

A outra motivação: uma, possível, redução do número de venezuelanos a entrar na cidade de Ponta Grossa em 2026. De acordo com a Professora Lenir (Silva, 2026): “Agora, esse ano, por exemplo, a gente viu que no curso de português, os venezuelanos não são os primeiros. Nós estamos mais com cubanos e com mais de idade também”. Apesar disso, é inegável que os fluxos migratórios venezuelanos continuam na cidade, embora em menor número do que nos anos anteriores.

Já a terceira pergunta foi: “O que te motivou a escolher a cidade de Ponta Grossa para morar?”, com o intuito de entender quais fatores motivaram a escolha da cidade em relação às demais localidades. Como na primeira questão da pesquisa, o participante poderia escolher até três alternativas, com a opção “outro”, se necessário. Essa questão tem importância adicional para as perguntas a seguir. Ao todo, foram recebidas 45 respostas e, considerando uma variedade de fatores, os resultados podem ser analisados no Gráfico 6.

Gráfico 6 - O que te motivou a escolher a cidade de Ponta Grossa para morar?



Fonte: o autor

Apesar de haver, em geral, uma boa distribuição das respostas entre as alternativas, a principal motivação para a escolha de Ponta Grossa foi a presença de familiares ou amigos, com 27 respostas. Seguido por qualidade de vida (21), emprego (17), segurança (15), moradia (12), educação (8) e saúde (6). Pelo gráfico, percebe-se que o fator mais importante na escolha de Ponta Grossa foi a indicação de amigos ou familiares. De acordo com Silva (2023), para além das redes governamentais e das organizações não governamentais, os vínculos familiares e de amizade influenciam o processo de interiorização no Brasil. Por meio dessas redes de conhecidos, os venezuelanos se articulam e se apoiam, o que torna esse fator de grande importância na escolha de uma cidade para se reterritorializar.

Para além das redes de apoio e da sociabilidade, o gráfico mostra que fatores como a qualidade de vida, o emprego, a segurança, a educação e a saúde são determinantes na escolha da cidade. A esse respeito, Meira (2025, p.60) destaca

que: “[...] a busca por melhores condições de trabalho e qualidade de vida são fatores de grande recorrência nas migrações internacionais.” Em comparação ao trabalho de Silva (2023), no qual o autor estabelece as oportunidades de emprego como elemento central na decisão dos imigrantes, observa-se que o emprego continua sendo amplamente citado na pesquisa, sendo assinalado por 17 participantes.

Ao comparar com os demais municípios do Paraná e do país, percebe-se por que os fatores socioeconômicos são frequentemente mencionados pelos entrevistados como motivos para a escolha da cidade. Na área econômica, Ponta Grossa se destaca no Paraná. Além de possuir a 4ª maior economia do estado, a cidade foi, entre 2021 e 2023, a que mais cresceu, registrando uma taxa de crescimento de 31% no PIB (Produto Interno Bruto) nesse período. Impulsionada pelo aumento dos investimentos e pela atração de novas indústrias, a cidade se estabeleceu, em âmbito nacional, como a 60ª maior economia do país (Ponta Grossa, 2025). Deve-se mencionar também que a localidade conta com cerca de 131.000 pessoas trabalhando formalmente e com rendimento médio de 2,5 salários-mínimos, o que está acima da média do Paraná e do Brasil (IBGE, 2026; Painel das Cidades, 2026).

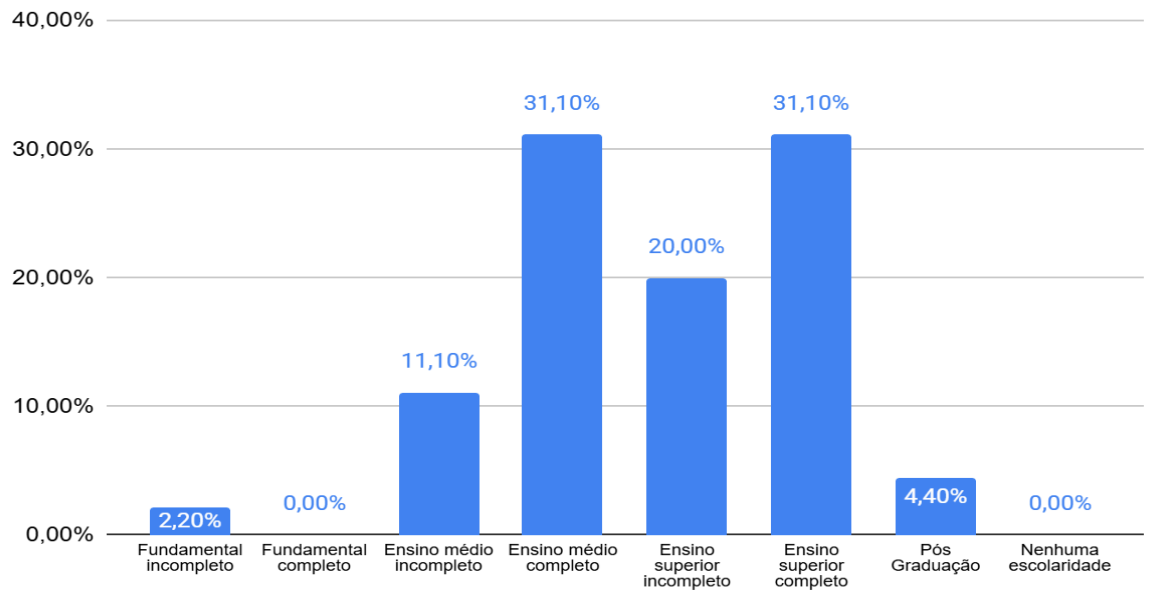
No que diz respeito aos fatores de qualidade de vida, Ponta Grossa também se destaca em vários deles. Entre os municípios do Paraná, a cidade possui o 13º maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), superando a média estadual em expectativa de vida e educação. A cidade se sobressai principalmente pelo fator da longevidade (PNUD, 2013). Já com relação à taxa de homicídios, além de apresentar um índice menor (25,08) do que a média nacional (30,17), o município está demonstrando uma redução, com queda de 62,5% na taxa em 2025 em relação a 2024 (Carvalho, 2026; Painel das Cidades, 2026). Por fim, no que tange à habitação, a região de Ponta Grossa se sobressai por apresentar o maior índice de casas próprias do Paraná, com, em média, 75% das residências classificadas como casas próprias (Kossoski, 2025).

Assim, desterritorializados economicamente devido à crise, os imigrantes vislumbraram, em Ponta Grossa, uma oportunidade de reterritorializar-se por meio do acesso ao mercado de trabalho e da busca por uma melhor qualidade de vida. A análise realizada revelou que as motivações citadas têm relação direta com a realidade concreta da cidade. Já que, na maioria dos fatores mencionados, a cidade

se destaca em relação aos demais municípios do Paraná. Demonstrando que o município apresenta uma série de indicadores sociais atrativos para imigrantes.

Em seguida, a próxima pergunta foi: “Qual seu nível de escolaridade?”, com o objetivo de analisar o grau de instrução dos imigrantes venezuelanos. Foram oferecidas, ao todo, seis alternativas, e o participante poderia escolher apenas uma. Questões relacionadas à formação acadêmica são essenciais para avaliar, posteriormente, o acesso ao mercado de trabalho, já que o ensino superior é um fator que, em teoria, facilita a busca por emprego. Ao todo, com todos os entrevistados respondendo à pergunta, houve 45 respostas, com uma diversidade de resultados.

Gráfico 7 - Qual seu nível de escolaridade?

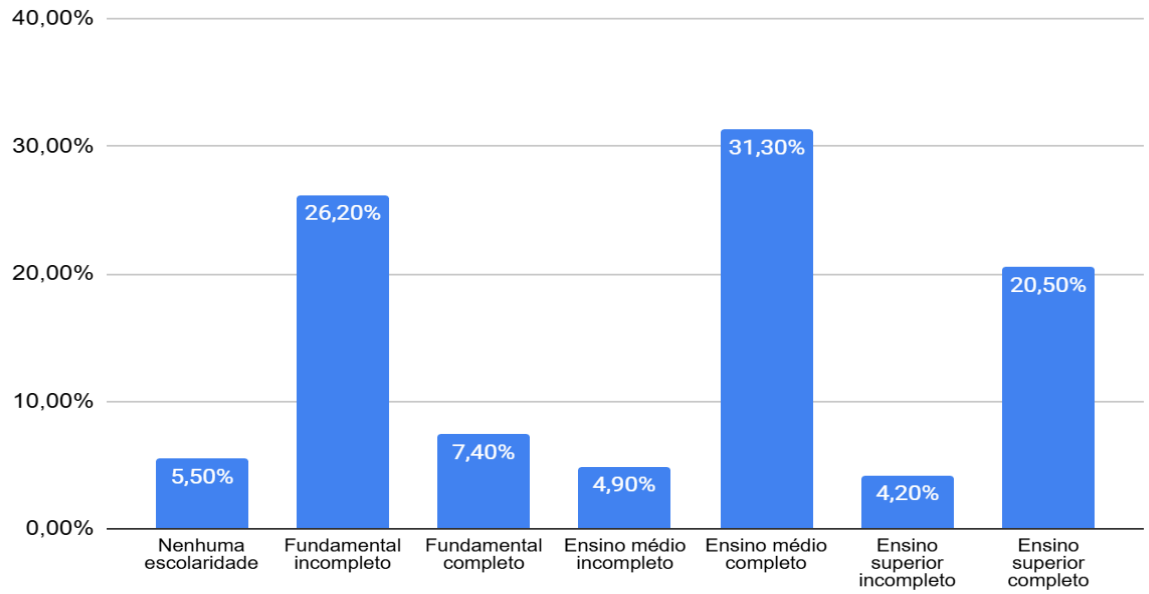


Fonte: o autor

No Gráfico 7, é notável que, entre todos os participantes, cerca de 31,1% dos imigrantes possuem o Ensino Superior completo ou Ensino Médio completo, o que corresponde a 62,2% do total de respostas. Seguido por Ensino Superior incompleto (20%), Ensino Médio incompleto (11,1%), Pós-Graduação (4,40%) e Ensino Fundamental incompleto (2,2%). Percebe-se que as alternativas “nenhuma escolaridade” e “Fundamental completo” não foram escolhidas por ninguém, o que demonstra que todos os entrevistados possuem algum nível de instrução, variando de educação fundamental a pós-graduação.

Por meio de uma análise aprofundada, nota-se que mais da metade (cerca de 55,5%) dos entrevistados vieram para o Brasil com escolaridade no Ensino Superior, seja incompleta ou com alguma pós-graduação. Demonstrando que os imigrantes venezuelanos que vieram para Ponta Grossa constituem mão de obra qualificada. Ao confrontar a escolaridade dos entrevistados com a dos brasileiros (Gráfico 8), fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nota-se que, no geral, há uma grande disparidade com relação ao nível de instrução.

Gráfico 8 - Escolaridade dos brasileiros em 2024



Fonte: Bello, 2026

Ao observar o gráfico, percebe-se que a mão de obra venezuelana é mais qualificada, já que, enquanto cerca de 55,5% dos participantes possuem escolaridade superior, variando de incompleta a completa, apenas 24,7% dos brasileiros estão no mesmo patamar (menos da metade). Já em relação aos demais níveis de escolaridade, percebe-se que a tendência se mantém: 33,6% dos brasileiros têm Ensino Fundamental completo ou incompleto, contra apenas 2,2% dos venezuelanos. Por fim, é notável que nenhum dos entrevistados é analfabeto, enquanto 5,5% dos brasileiros não possuem instrução. Logo, percebe-se que em comparação, os imigrantes venezuelanos, em sua maioria, demonstram um grau de qualificação maior do que os brasileiros em média.

Para além de serem capacitados, outro fator a considerar é a idade. Apesar de não ter sido perguntada diretamente no questionário a faixa de idade, na entrevista com a professora, ela afirma que:

> Então, a gente vai ter aí uma população muito jovem, ainda de venezuelanos que vão estar sendo inseridos no mercado de trabalho, buscando acesso às políticas públicas, acesso à universidade. São jovens, muito jovens ainda. Eu coloco como jovens (Silva, 2026).

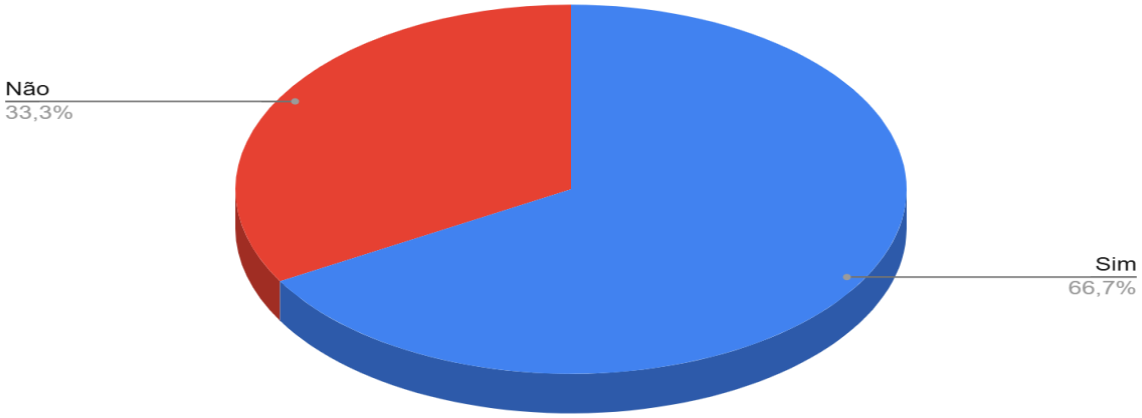
O fator idade influencia a busca por ingresso no ensino superior, já que, em geral, há predominância de jovens nas universidades. Não sendo exclusiva dos imigrantes residentes de Ponta Grossa, uma pesquisa realizada pelas Nações Unidas Brasil (2022) demonstra que, além da maioria dos entrevistados ser jovem, com até 30 anos, cerca de 92% deles almejam ingressar no Ensino Superior. Apesar disso, para eles, ainda há entraves, como o desconhecimento das formas de acesso.

Desta forma, para além de, no geral, serem mão de obra qualificada, o fato de a maioria ser composta por jovens na faixa etária economicamente ativa faz com que busquem aperfeiçoar-se ainda mais por meio da formação acadêmica. Provavelmente, com o intuito de melhorar sua qualidade de vida e facilitar o acesso ao mercado de trabalho, os venezuelanos vêm ingressando no ensino superior. Motivo pelo qual cada vez mais, as universidades locais, como a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), estão se adaptando para recebê-los.

3.1 Acesso à educação

No tópico da educação, o foco foi analisar o acesso à educação dos filhos de imigrantes, com ênfase no ensino fundamental e médio. Logo, a próxima pergunta do questionário foi: “Você tem filhos?”, com o objetivo de avaliar o percentual de entrevistados que têm filhos. Novamente, nessa questão, havia apenas duas alternativas: “sim” ou “não”. Respondido por todos os 45 participantes, o Gráfico 9 ilustra os resultados.

Gráfico 9 - Você tem filhos?



Fonte: o autor

Por meio do gráfico, é possível perceber que a maioria dos entrevistados possui filhos, com 67,7% respondendo afirmativamente. Já os imigrantes sem filhos corresponderam a 33,3% dos participantes. Desta forma, para a maioria dos venezuelanos, os filhos talvez tenham sido um fator que motivou a imigração.

Em outros trabalhos com imigrantes em outras localidades, como o de Erdal et al. (2024), demonstra-se que a busca por um país com melhores condições de vida para os filhos é um fator determinante na decisão de imigrar. Nessa pesquisa, os autores investigaram refugiados do Sudão do Sul que vivem na Uganda e os resultados indicaram que, para 67% deles, a educação dos filhos foi o fator mais importante na decisão de imigrar. Com 81% dos participantes escolhendo o novo local para se reterritorializar de acordo com as oportunidades educacionais existentes, o que prova que os filhos influenciam diretamente a imigração.

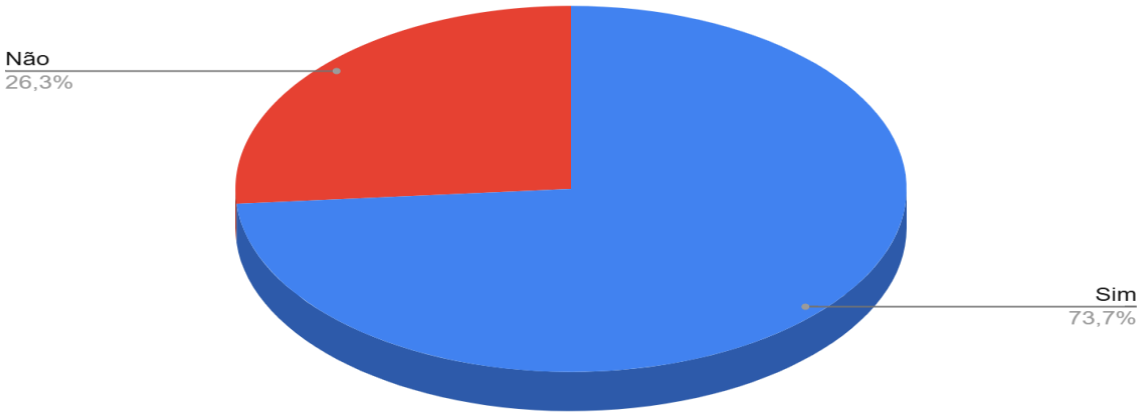
Ainda sobre a influência dos filhos no processo migratório, o trabalho de Motta (2024) demonstra que, em algumas famílias, a busca por um lugar melhor para os filhos é um dos fatores mais determinantes da imigração, o que evidencia a existência de uma ampla literatura que já discute esse tema. Em uma entrevista feita com uma família de imigrantes venezuelanos, com o intuito de compreender as motivações, a autora chega à seguinte conclusão:

> Entretanto, essa vontade de viver e a busca de uma alternativa para a situação vivida na Venezuela estavam relacionadas ao fato de almejar uma vida melhor para seus filhos. As perdas e rupturas decorrentes da migração são minimizadas pela felicidade de prover aos filhos o que o país de origem já não propiciava (Motta, 2024, p.95).

Assim, levando em conta que a maioria migrou devido à crise econômica e considerando que, como abordado anteriormente, os filhos são um fator determinante no processo migratório, a busca por um país mais estável para os próprios filhos pode ter sido muito importante na tomada de decisão. Ainda mais, considerando que o Brasil, entre os países da América do Sul, possui, em geral, menos instabilidade política e econômica e tem fronteira direta com a Venezuela.

Diretamente vinculada à pergunta anterior, a sexta pergunta foi: “Se sim, seus filhos também moram no Brasil?”, voltada a compreender se os filhos dos imigrantes venezuelanos vieram com os pais para o Brasil ou se ficaram em outro país ou em outro lugar. Considerando que talvez nem todo mundo que tem filhos tenha trazido seus filhos para Ponta Grossa, essa questão se faz necessária. Respondida por 38 entrevistados, o Gráfico 10 sintetiza os resultados. É importante ressaltar que essa questão é facultativa e pode ser ignorada se o participante não tiver filhos.

Gráfico 10 - Se sim, seus filhos também moram no Brasil?



Fonte: o autor

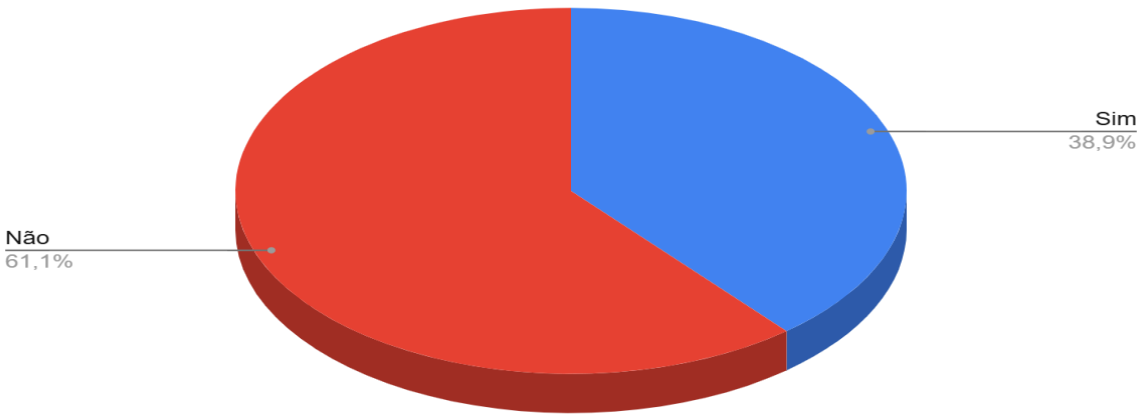
Observando o gráfico acima, percebe-se que, entre os entrevistados, a maioria tem filhos morando no Brasil, o que corresponde a cerca de 73,7% das respostas, enquanto apenas 26,3% responderam negativamente. Desta forma, é notável que a maior parte dos imigrantes já tinha filhos residentes no país ou migrou trazendo consigo o filho. Reforçando a hipótese anterior de que os filhos, direta ou indiretamente, possivelmente influenciaram o processo de imigração. Com a

migração sendo condicionante da possibilidade da manutenção das conexões familiares.

Contudo, deve-se mencionar que é provável que o percentual de imigrantes que vieram com o filho seja maior do que o apresentado no gráfico, devido a um erro no preenchimento. Na questão anterior, dos 45 entrevistados, apenas 30 (66,7%) responderam que possuíam filhos, enquanto os outros 15 (33,3%) marcaram a alternativa “não”. Assim, não há como haver 38 respostas nessa questão, já que apenas 30 deles têm filhos. Então, provavelmente, essas oito respostas adicionais vieram de pessoas que não tinham filhos, mas achavam que precisavam escolher uma alternativa. Portanto, provavelmente o percentual de pessoas com filhos que moram no Brasil é maior do que o indicado no gráfico.

Similar à questão antecessora, a sétima pergunta: “Se sim, você sente que eles tiveram alguma dificuldade em se adaptar ao colégio?” está diretamente vinculada às duas questões anteriores. Considerando que o acesso à educação e a adaptação fazem parte do processo de escolha de uma cidade, já que os entraves podem afetar a reterritorialização dos imigrantes, essa pergunta foi formulada. Por meio do Gráfico 11, foram apresentados os resultados obtidos, totalizando 36 respostas. Assim como a anterior, essa questão era facultativa, podendo os venezuelanos sem filhos ignorá-la.

Gráfico 11 - Se sim, você sente que eles tiveram alguma dificuldade em se adaptar ao colégio?

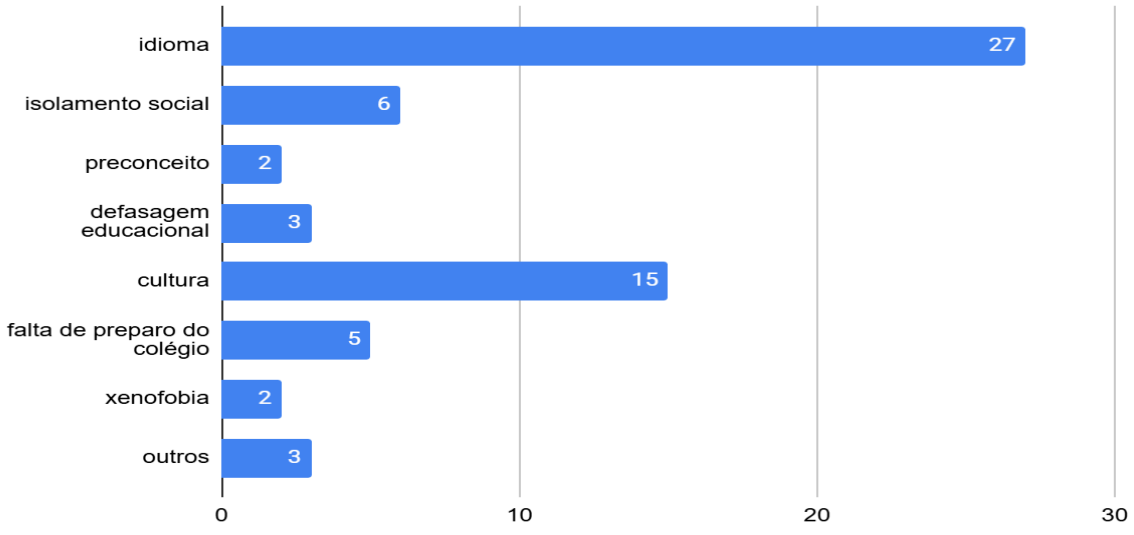


Fonte: o autor

Observando o gráfico acima, percebe-se que, para a maioria dos participantes da pesquisa, os filhos não apresentaram dificuldades para se adaptar ao colégio, o que correspondeu a 61,1% das respostas. Já para os demais entrevistados (38,9%), de acordo com eles, os filhos tiveram dificuldades no processo de inserção na educação. Demonstrando que, pelo menos nessa pergunta, não houve grandes entraves para a maioria dos pais no processo de inserção de seus filhos na cidade de Ponta Grossa. Repetindo o mesmo problema da pergunta anterior, houve 36 participantes nesse questionamento, apesar de apenas 30 terem confirmado ter filhos e somente 28 estarem com eles no Brasil. Nota-se que, talvez, durante a coleta de dados, tenha havido falta de clareza na especificação das perguntas obrigatórias e facultativas.

Porém, em contraste com os resultados da questão anterior, em que a maioria afirma que não houve dificuldades no processo de adaptação aos colégios, na oitava pergunta, “Quais seriam as dificuldades?”, os resultados foram diferentes. Também facultativa, com o intuito de investigar as dificuldades enfrentadas pelos filhos de imigrantes venezuelanos nos colégios públicos ou privados de Ponta Grossa. Nesta questão, os participantes poderiam escolher até três alternativas ou escrever sua própria resposta na opção “outro”. Respondido por 32 pessoas, o Gráfico 12 apresenta as respostas obtidas. Desta forma, nota-se uma contradição entre as respostas às perguntas 7 e 8: 22 participantes afirmam que não houve entraves à educação, enquanto 32 apontam dificuldades.

Gráfico 12 - Quais seriam as dificuldades?



Fonte: o autor

Analisando os resultados, nota-se que a principal dificuldade citada pelos participantes foi o idioma, mencionado por 27 dos 32 entrevistados, muito à frente das demais alternativas. Em seguida, vêm a cultura, com 15 menções; o isolamento social, com 6; a falta de preparo do colégio, com 5; a defasagem educacional, com 3; e a xenofobia e o preconceito, com 2 menções. Na categoria outros, são citados a alimentação, que é muito diferente, a falta de tranquilidade nos estudos e a dificuldade de ingresso de uma estudante no ensino superior, mencionada pela mãe. Para além do fato de que o número de pessoas que responderam era superior ao de participantes com filhos no Brasil, foi necessário filtrar as respostas escritas, já que várias delas não tinham relação com a questão.

Por meio do gráfico, observa-se que, na cidade de Ponta Grossa, os filhos de imigrantes venezuelanos enfrentam dificuldades, principalmente relacionadas às barreiras linguísticas, à adaptação a uma cultura diferente e às adversidades na socialização (preconceito, xenofobia e isolamento social). Ao comparar os resultados do questionário com os de trabalhos similares realizados no município, percebe-se que as mesmas dificuldades são relatadas. De acordo com Silva (2023), no que tange à educação, as principais dificuldades enfrentadas pelos filhos de imigrantes na cidade são: o idioma, a discriminação por serem de fora e os custos associados à educação, como transporte e materiais escolares.

Já no trabalho de Meira (2025), realizado com os pais de crianças venezuelanas residentes em Ponta Grossa, as adversidades mencionadas são análogas: são citadas a questão do idioma, a falta de valorização cultural, em alguns casos, o *bullying* e o isolamento, bem como as diferenças na alimentação oferecida nas escolas. Percebe-se, então, que, nos três trabalhos, os problemas encontrados são semelhantes, o que demonstra que, em Ponta Grossa, o ensino ainda apresenta algumas barreiras à adaptação dos filhos de venezuelanos. Sobre isso, segundo Meira (2025, p.74):

> Atualmente, é comum observar que a rede de ensino ainda apresenta limitações significativas no que diz respeito à acolhida de estudantes migrantes. Em diferentes contextos, a temática da migração permanece ausente de discussões e práticas escolares, refletindo uma preparação insuficiente (Meira, 2025, p.74).

Não se limitando apenas à cidade de Ponta Grossa, em trabalhos realizados em outras localidades do país, é possível notar que a situação dos filhos de venezuelanos é complicada, o que não é característico de um único local. No trabalho de Oliveira e Lacerda (2022), realizado em uma escola na cidade de Boa Vista (RR), observou-se que os resultados se repetem, sempre com menção ao idioma, à xenofobia, ao isolamento social e à dificuldade de adaptação a uma nova cultura. Como consequência, em meio ao aumento do fluxo de alunos imigrantes, a escola busca se adequar para recebê-los de forma adequada, já que, segundo os autores (Oliveira ; Lacerda, 2022, p.18): “Devido à falta de políticas de inserção para os estudantes venezuelanos, ficou nítido que os mesmos enfrentam muitas dificuldades para se inserirem no meio escolar”.

Ainda no que diz respeito ao acesso à educação em outras localidades, é necessário abordar outro problema muito recorrente: muitos filhos de venezuelanos não frequentam as escolas regulares. De acordo com Mota e Santos (2023), em 2022, cerca de 18% das crianças venezuelanas não estavam matriculadas, com o percentual mais alto em Roraima e no Amazonas (27%). Entre as causas desse fenômeno, os autores destacam três principais: a falta de vagas, a distância e o custo. Levando em consideração que o Norte do Brasil é a porta de entrada para a maioria dos venezuelanos e que é uma das regiões mais pobres do país, não é de se surpreender que a infraestrutura apresente limitações. Apesar disso, na visão dos autores, houve uma melhora nos últimos anos, contudo, o problema persiste.

Porém, felizmente, apesar de Ponta Grossa apresentar problemas no processo de adaptação dos filhos de imigrantes venezuelanos, ao contrário dos demais municípios do país, na cidade não há falta de vagas nas escolas e o município oferece acesso à educação aos venezuelanos. A esse respeito, a professora Lenir afirma:

> Acesso à educação eles têm. Por exemplo, nenhuma criança que dependa de uma creche, de um CEMEI, pode ser impedida de participar porque os pais ainda não conseguiram regularizar sua documentação. Então, São Paulo é um exemplo disso. Aqui em Ponta Grossa também, eles estão trabalhando bastante nesse sentido. A criança ou adolescente na idade de escola, eles são inseridos sim (Silva, 2026).

No Brasil, o acesso à educação é um direito fundamental de todos, assegurado aos imigrantes por meio do inciso X do Art. 4º da Lei 13.445, de 24 de

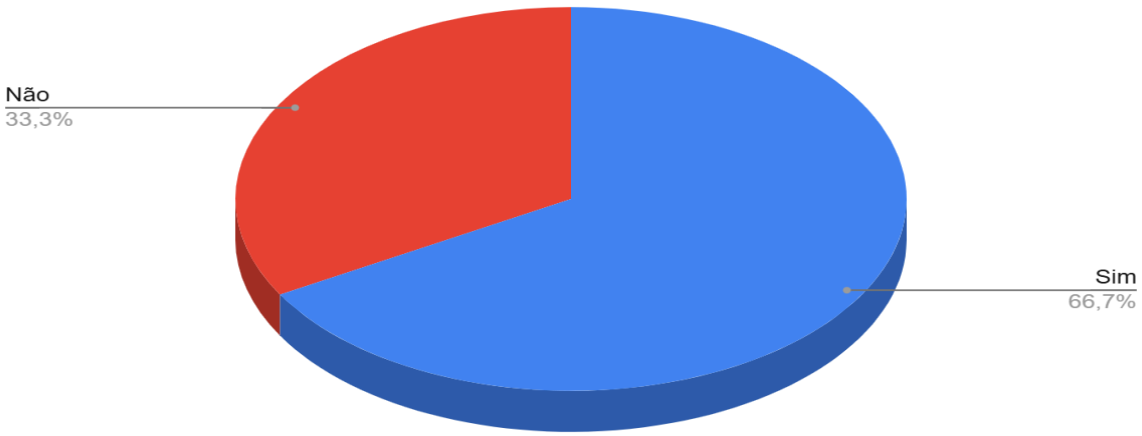
maio de 2017 (Lei de Migração), estabelecendo que: “X - direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória (Brasil, 2017).”

Desta forma, no município de Ponta Grossa, ao contrário de alguns outros, não há entraves ao acesso à educação para os filhos de imigrantes. Por outro lado, no que se refere ao processo de adaptação, como demonstrado anteriormente, as crianças venezuelanas enfrentam uma série de dificuldades que não são exclusivas da cidade.

3.2 Acesso ao mercado de trabalho

O próximo tópico é o acesso dos imigrantes venezuelanos ao mercado de trabalho, o que abrange diversas questões. Considerando que a maioria dos imigrantes venezuelanos passou por um processo de desterritorialização econômica, o emprego é o fator mais importante na análise. A primeira pergunta selecionada foi: “No momento, você está empregado?”, com o intuito de avaliar o percentual de participantes empregados. Essa pergunta foi inserida antes das demais, justamente para permitir que os entrevistados desempregados ignorassem as duas questões seguintes. Com as alternativas “sim” e “não”, todos os 45 entrevistados participaram e os resultados foram apresentados no Gráfico 13. É importante ressaltar que essa pergunta era obrigatória.

Gráfico 13 - No momento você está empregado?

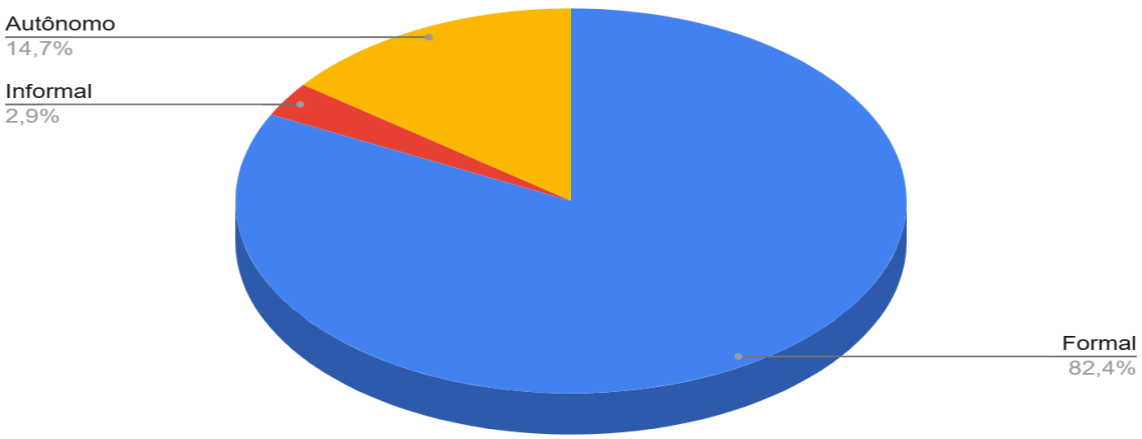


Fonte: o autor

Observando o gráfico acima, é notável que a maioria dos participantes está empregada no momento, o que corresponde a 66,7% dos entrevistados. Já os colaboradores desempregados representam apenas 33,3% do total. Por meio da análise, percebe-se que o número de imigrantes venezuelanos sem emprego, embora relativamente alto, é bem menor do que o de imigrantes venezuelanos empregados. Levando em conta que o fator emprego, bem abordado anteriormente, é um dos principais fatores que levaram à escolha da cidade, o elevado número de desempregados se destaca, o que pode ser fruto de dificuldades na busca por emprego. Ou talvez devido à falta de clareza sobre o que se entende por estar empregado, já que houve equívocos nas respostas às perguntas anteriores.

Conectada à pergunta anterior, a décima pergunta elaborada foi: “Se sim, qual seu formato de trabalho?”, voltada a entender, entre os entrevistados que se encontram empregados, qual é o regime de trabalho. Considerando que há diferentes formatos de trabalho, a indagação buscou ir além do dado de emprego ou desemprego, a fim de aprofundar a análise. Tratando-se de uma pergunta facultativa, havia, ao todo, três alternativas a serem escolhidas: formal, informal ou autônomo, com a explicitação do regime de trabalho no formulário. Com 34 entrevistados respondendo, o Gráfico 14 apresenta os principais resultados.

Gráfico 14 - Se sim, qual seu formato de trabalho?



Fonte: o autor

Analisando o gráfico, percebe-se que a maior parte dos entrevistados está no regime de trabalho formal, o que corresponde a cerca de 82,4% dos participantes. Em seguida, estão os autônomos, com 14,7%, e os trabalhadores informais, que representam 2,9% dos colaboradores. Observando os resultados, é notável que o formato de trabalho formal é o mais comum entre eles, com mais de 80% das respostas, o que demonstra que, no município de Ponta Grossa, os imigrantes trabalham, em sua maioria, com carteira assinada. Já os demais regimes representam um percentual reduzido, sendo o trabalho informal ínfimo.

Todavia, é necessário salientar que houve um equívoco na elaboração dessa questão. No Brasil, os trabalhadores autônomos podem ser formalizados, quando há registro por meio de um CNPJ, ou permanecer informais, na ausência de regularização perante o governo. Logo, a separação entre trabalho formal, autônomo e informal foi equivocada, pois há trabalhadores autônomos em ambos os regimes. Essa ambiguidade provavelmente causou divergência nas respostas, pois, na questão dez, 30 responderam que estavam empregados e nessa, houve 34 respostas. Assim, possivelmente, os autônomos selecionaram a alternativa “não empregado” na questão anterior por associarem o termo ao vínculo empregatício com carteira assinada.

Ao comparar os resultados obtidos por meio do questionário com os do trabalho de Silva (2023), percebe-se uma discrepância. No trabalho do autor, também realizado com os imigrantes venezuelanos em Ponta Grossa entre 2022 e 2023, é demonstrada uma realidade muito diferente da atual. Em seu trabalho, ele obtém os seguintes dados: entre os participantes, cerca de 48% estavam no regime formal de trabalho, 32% no regime informal e 20% no regime autônomo. Quanto ao alto percentual de imigrantes na informalidade, o autor afirma que isso se deve a três fatores: o desconhecimento do idioma, a ausência de documentação necessária e a falta de reconhecimento da formação profissional. Assim, marginalizados, boa parte dos imigrantes venezuelanos passa por um processo de territorialização precária, devido à instabilidade, à insegurança e à precariedade decorrentes da informalidade.

Em outra pesquisa realizada na cidade de Ponta Grossa, com imigrantes venezuelanos, conduzida por Rosa (2022), também são mencionados os entraves ao acesso ao mercado de trabalho formal. Para além da baixa remuneração oferecida aos venezuelanos, por estarem em situação de vulnerabilidade social, é

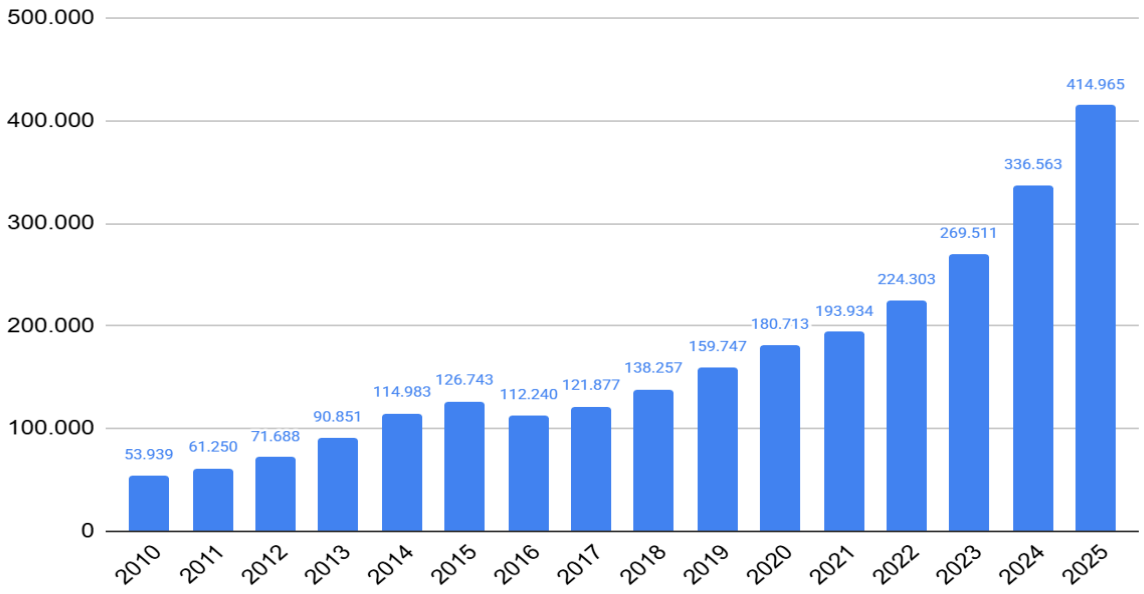
comum que lhes sejam oferecidas vagas enganosas, com os imigrantes a descobrirem as condições de trabalho apenas no dia do serviço. Demonstrando que, nesse trabalho, tal como no anterior, os resultados evidenciam um processo de territorialização precária. Ainda sobre as condições de trabalho, a autora afirma (Rosa, 2022, p.23):

> Nesse contexto sobre o trabalho é importante citar e reconhecer que o migrante é colocado em uma situação de exploração, pois muitas dessas pessoas aceitam qualquer trabalho ou qualquer valor de remuneração para ter um salário, sendo, majoritariamente trabalhos informais e precários, colocando essas pessoas em uma maior situação de vulnerabilidade (Rosa, 2022, p. 23).

Em contraste com as pesquisas mencionadas, que demonstram a precariedade do acesso ao mercado de trabalho formal, como analisado no Gráfico 14, percebe-se que os resultados obtidos por meio desse questionário diferiram dos apresentados. Possivelmente, a discrepância entre a realidade analisada de 2022 a 2023 e os dados coletados em 2026 decorre do aumento da contratação formal na cidade. Conforme evidenciado no capítulo anterior com base nas informações disponibilizadas pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), verifica-se que o número de imigrantes venezuelanos contratados na cidade aumentou de forma contínua nos últimos anos, principalmente após 2021, totalizando, em 2024, cerca de 360 contratações. É possível que, em ambas as pesquisas feitas entre 2022 e 2023, o aumento das admissões no regime de trabalho formal ainda não fosse perceptível.

Reforçando essa hipótese, o relatório anual de 2025, elaborado pelo Observatório das Migrações Internacionais (Brasil, 2025), mostra um aumento nas admissões de imigrantes com carteira assinada. No Gráfico 15, elaborado com os dados apresentados no documento, nota-se um aumento contínuo no número de imigrantes contratados entre 2010 e 2025, com um decréscimo apenas em 2016. Além disso, o gráfico mostra que, entre 2023 e 2025, houve um aumento de 54% no número de estrangeiros ocupando vagas formais. Vale mencionar que a região Sul, que possui o maior número de imigrantes trabalhando formalmente, registrou um aumento de 69% entre 2023 e 2025. Demonstrando, assim, por que os resultados obtidos por essa pesquisa são muito discrepantes em relação aos trabalhos realizados entre 2022 e 2023.

Gráfico 15 - Crescimento dos trabalhadores formais imigrantes (2010-2025)



Fonte: Brasil (2025)

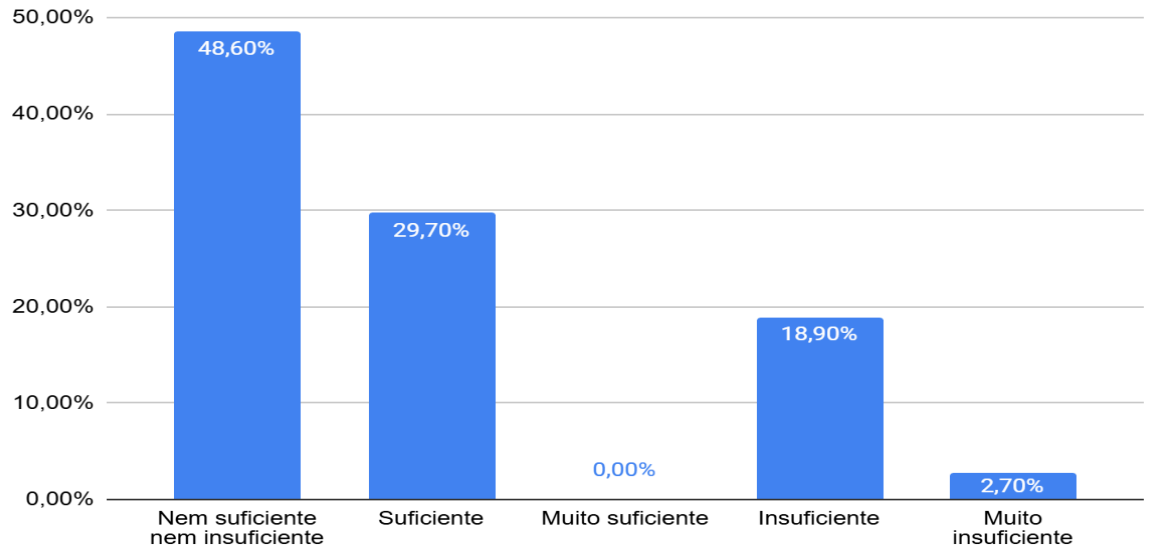
Abordando mais especificamente os imigrantes venezuelanos no mercado formal, de acordo com o documento, dos 414.965 trabalhadores estrangeiros, aproximadamente 202.000 são venezuelanos (Brasil, 2025). Levando em conta que há, ao todo, 582.000 venezuelanos residentes no Brasil (Madeiro, 2026), percebe-se que cerca de 34,71% deles trabalham formalmente no país. Comparando com os dados obtidos no questionário, é notável que, enquanto, em média nacional, apenas 34,71% dos venezuelanos trabalham com carteira assinada, no município de Ponta Grossa, dos 66,7% entrevistados empregados, cerca de 82,4% deles estão no regime formal de trabalho. Transformando a cidade em um lugar atrativo para imigrantes que buscam um lugar onde se reterritorializar.

Desta forma, é evidente que o número de imigrantes contratados com carteira assinada aumentou significativamente em Ponta Grossa nos últimos anos, acompanhando o desempenho do município, que foi o 10º que mais gerou empregos formais no Paraná no primeiro semestre de 2026 (Bobato, 2026). Constata-se um expressivo decréscimo do trabalho informal, caindo de 32% no estudo de Silva (2023) para 2,9% na presente pesquisa, fazendo com que o número de imigrantes venezuelanos territorializados precariamente seja reduzido, já que houve um aumento da formalização, garantindo o acesso aos direitos trabalhistas e a um salário superior ao obtido na informalidade. Elevando a qualidade de vida e

reduzindo a exclusão e a precarização decorrentes da vulnerabilidade econômica. Apesar disso, é necessário ressaltar que a formalização, por si só, não é suficiente para invalidar a hipótese da territorialização precária, motivo pelo qual a análise se aprofundará em outros aspectos relativos ao trabalho.

Semelhante à pergunta anterior, a décima primeira questão feita, “Você sente que seu salário é suficiente para se manter?”, também está ligada às duas perguntas anteriores e é facultativa para os entrevistados desempregados. Considerando que a empregabilidade, seja formal ou informal, não garante, por si só, um salário suficiente para a subsistência, essa questão buscou analisar a opinião dos imigrantes sobre a própria remuneração. Havendo, ao todo, cinco alternativas e podendo o participante escolher somente uma delas, foram recebidas 37 respostas. Logo, no Gráfico 16 foram sintetizadas as respostas obtidas.

Gráfico 16 - Você sente que seu salário é suficiente para se manter?



Fonte: o autor

Analisando o gráfico, percebe-se que, entre os 37 participantes, a maior parte considera o salário nem suficiente nem insuficiente, o que corresponde a 48,60% das respostas. Logo adiante, vêm aqueles que consideram suficiente (29,7%), insuficiente (18,9%) e muito insuficiente (2,7%). Não há nenhum entrevistado que afirme que seu salário seja muito suficiente. Observando mais atentamente, nota-se que a maior parte dos entrevistados não considera a sua remuneração insuficiente, com o número de respostas “suficiente” (29,7%) superior à soma das respostas

“insuficiente” e “muito insuficiente” (21,6%). Com a variação entre “vencimento suficiente” e “mais ou menos”, representando 78,3% de todas as respostas.

Similar à anterior, nesta questão também houve mais respostas do que o esperado, já que apenas 34 dos entrevistados contribuíram na pergunta anterior sobre o regime de trabalho e, nesta, houve 37 respostas. Então, provavelmente, esse excedente corresponde a participantes que ou dependem do salário de terceiros para se manterem, ou trabalham informalmente, em pequenos serviços, de vez em quando. Tendo em mente que o questionário estava aberto a todos, nada impede que, talvez, filhos de imigrantes venezuelanos tenham participado, escolhendo a alternativa referente ao salário do responsável. Também deve-se citar que faltou no questionário uma questão sobre a renda que permitisse quantificar o salário. Pois saber se o imigrante considera seu salário suficiente ou insuficiente não é o bastante para compreender a renda familiar dos entrevistados, o que afeta as comparações com trabalhos similares.

Em trabalhos como os de Ribeiro e Ramirez (2024) e de Silva (2023), nota-se que a situação de renda é muito precária para boa parte dos imigrantes. No trabalho de Silva (2023), para além de apenas 48% dos venezuelanos estarem formalmente empregados, cerca de 57% deles recebem menos de 1 salário mínimo e apenas 40% têm um rendimento entre 1 e 2 salários mínimos. Já no de Ribeiro e Ramirez (2024), feito na cidade de Manaus (AM), dos participantes, apenas 22,2% trabalham no regime formal e, no que tange aos rendimentos, apesar de não haver dados sobre os salários, cerca de 77% dos entrevistados afirmam que a remuneração está afetando sua saúde. Demonstrando que, possivelmente, a média salarial deles é baixa.

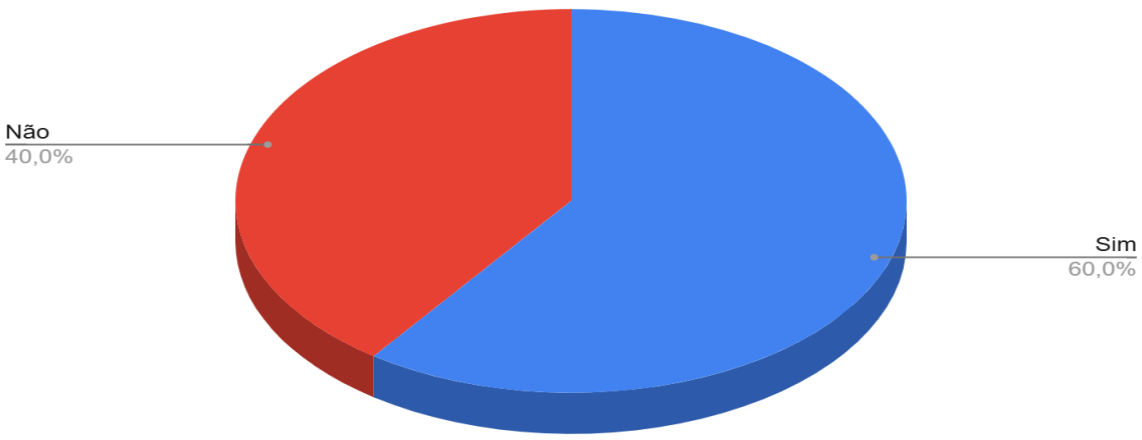
Tendo em mente que, como problematizado anteriormente, houve um aumento das admissões de venezuelanos no mercado formal nos últimos anos, é bem provável que isso tenha contribuído para o aumento da renda média. Motivo pelo qual os participantes, em sua maioria, não demonstraram insatisfação com o próprio salário. Considerando que a média salarial do trabalho formal em Ponta Grossa era de 2,5 salários-mínimos em 2023 (IBGE, 2026), o que corresponde a R$3.255, é provável que o número de venezuelanos recebendo entre 1 e 2 salários mínimos tenha aumentado entre 2023 e 2025, não se limitando a apenas 40% deles, como demonstrado no trabalho de Silva (2023).

Cabe destacar que a legislação brasileira estabelece que é crime trabalhista pagar a um funcionário um valor inferior ao salário-mínimo, assim como infração não conceder os direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Deste modo, todos os imigrantes que trabalham formalmente na cidade de Ponta Grossa, em teoria, devem ter seus direitos trabalhistas resguardados. Sobre isso, a Lei 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei da Migração), no inciso XI do Art. 4, afirma que é um direito assegurado:

> XI - garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória (Brasil, 2017).

Já a próxima pergunta feita na pesquisa foi: “Você sente ou sentiu alguma dificuldade em conseguir emprego?”, sendo a décima segunda questão. Com o objetivo de analisar a percepção dos entrevistados em relação à busca por emprego, essa pergunta foi desenvolvida, sendo uma das mais importantes da pesquisa e apresentando apenas as alternativas “sim” ou “não”. Já que não envolve somente os entrevistados, que estão procurando emprego, mas também a impressão daqueles que estão trabalhando. Ao contrário das duas anteriores, essa pergunta era obrigatória, e os entrevistados podiam entregar o questionário apenas com ela preenchida. Deste modo, com os 45 participantes respondendo, o Gráfico 17 sintetiza os resultados obtidos.

Gráfico 17 - Você sente ou sentiu alguma dificuldade em conseguir emprego?



Fonte: o autor

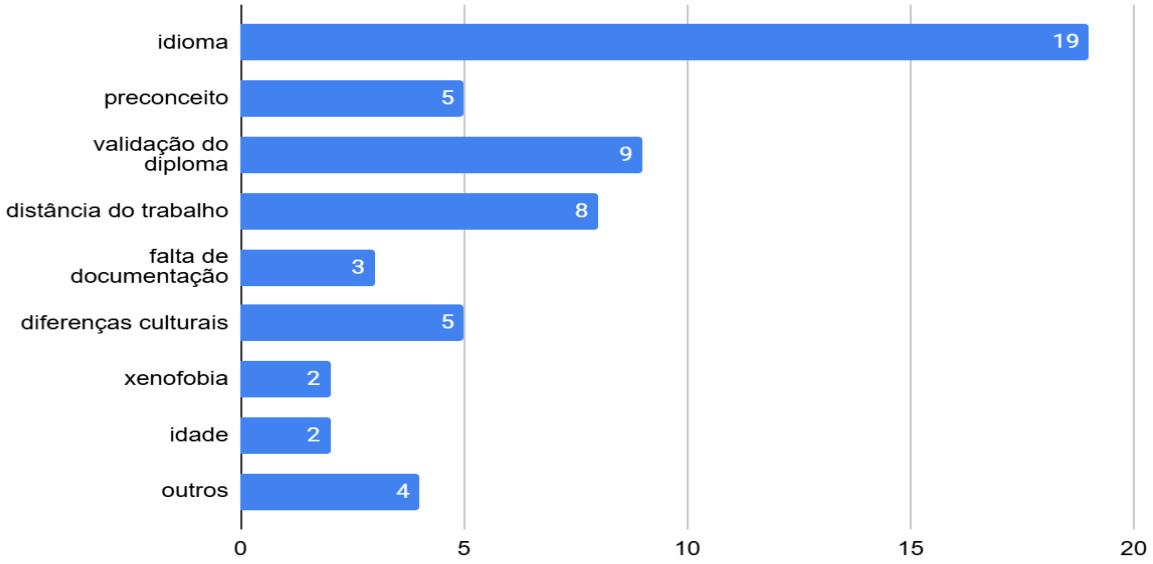
Por meio do gráfico, observa-se que a maioria dos entrevistados relata dificuldades na busca por emprego, o que corresponde a 60% do total. Já os outros 40% correspondem aos participantes que não relataram nenhuma dificuldade de empregabilidade. Deste modo, nota-se que, embora a maior parte dos colaboradores esteja empregada em Ponta Grossa, com 82,4% no regime de trabalho formal, ainda assim, são relatadas dificuldades. Evidenciando que, provavelmente, uma parte significativa dos trabalhadores no formato formal tenha enfrentado dificuldades na admissão.

Sobre isso, no trabalho de Rosa (2022), também se identificam dificuldades na busca por emprego entre os venezuelanos, que buscam um lugar melhor para morar e, em muitos casos, enfrentam barreiras à contratação. Afetando o processo de reterritorialização e conduzindo à territorialização precária. Comentando sobre as adversidades enfrentadas pelos imigrantes no município de Ponta Grossa, a autora afirma:

> Essas pessoas se deslocam buscando trabalho e uma situação melhor de vida, mas o que encontram no destino final são várias dificuldades e o desemprego, assim, em razão do desespero, eles aceitam qualquer trabalho e situação, se tornando pessoas vulneráveis à exploração (Rosa, 2022, p. 52).

Buscando compreender quais seriam as adversidades enfrentadas na busca por trabalho, diretamente interligada à questão anterior, a décima terceira pergunta foi: “Se sim, quais foram as dificuldades?”. Compreendendo que talvez uma boa parte enfrentasse algumas barreiras nessa questão, o entrevistado poderia escolher até três alternativas, sendo a questão facultativa. Recebendo, ao todo, 28 respostas, os resultados estão apresentados no Gráfico 18, com uma variedade de explicações. Tendo em mente que a maioria dos entrevistados respondeu afirmativamente à questão anterior, esta pergunta permite uma análise mais aprofundada das adversidades percebidas.

Gráfico 18 - Se sim, quais foram as dificuldades?



Fonte: o autor

Analisando os resultados ilustrados no gráfico, nota-se que a maior dificuldade citada é o idioma, apontado por 19 dos 28 entrevistados. Logo adiante, vêm a validação do diploma, com 9 respostas; a distância do trabalho, com 8; o preconceito e as diferenças culturais, com 5; a falta de documentação, com 3; e a xenofobia e a idade, mencionadas 2 vezes. Para além disso, houve 4 respostas na categoria “outro”, sendo elas: falta de experiência, preconceito por ser mulher e imigrante, não ter com quem deixar o filho e um número elevado de entrevistas na contratação.

Quanto ao número de respostas, ao contrário das perguntas opcionais anteriores, essa questão recebeu apenas 28 respostas, o que é condizente com os 27 entrevistados que afirmam ter enfrentado dificuldades para conseguir emprego. Evidenciando que, possivelmente, não houve relatos de problemas por parte dos entrevistados que responderam negativamente à questão anterior.

Percebe-se, por meio do gráfico, que, apesar da variedade de respostas, a língua, assim como na questão sobre as dificuldades enfrentadas pelos filhos de venezuelanos na adaptação às escolas, é a adversidade mais citada. Ainda comparando com o Gráfico 12, é perceptível que houve mais citações de preconceito/xenofobia no mercado de trabalho (8) do que nas escolas (4). Por outro lado, as diferenças culturais afetam mais os filhos de imigrantes (15) do que os próprios pais (5). Assim, segundo o gráfico, as dificuldades mais recorrentes são: o

idioma, a validação do diploma, a distância do trabalho e o preconceito e a xenofobia.

Ainda no que tange aos empecilhos enfrentados por eles no acesso ao mercado de trabalho em Ponta Grossa, na entrevista realizada, a professora Lenir enfatiza principalmente a validação do diploma e, em menor medida, a barreira linguística e o preconceito. Em sua opinião, os entraves relacionados à autenticação das graduações levam os imigrantes a aceitar posições subalternas às suas qualificações. Já em relação ao preconceito, embora ocorra com menor frequência no ambiente de trabalho do que entre os adolescentes, há casos relatados. Por fim, reafirmando o entrave da legitimação do diploma, ela afirma:

> Então, para você, essa revalidação da documentação na área da educação é muito importante, porque, senão, eles ficam sempre com serviços aquém da capacidade, ganhando menos. Não é verdade? Porque aqui no Brasil é isso. Para você ter acesso a melhores trabalhos, o que é que nos possibilita? São os diplomas. Então, por mais conhecimento... Às vezes você tem pessoas que falam três línguas. Mas está lá, em trabalhos medianos, a sua capacidade (Silva, 2026).

Não sendo exclusividade da cidade, em outros trabalhos feitos, é nítido que os resultados foram similares. Na pesquisa de Silva e Bispo (2021), com recorte temporal de 2010 a 2019, os resultados foram desfavoráveis, indicando que, nesse período, os imigrantes venezuelanos enfrentavam dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e recebiam remuneração baixa quando contratados. Motivados principalmente pela falta de validação do diploma, os imigrantes foram, em muitos casos, forçados a aceitar o trabalho informal precarizado. Com os autores afirmando (Silva ; Bispo, 2021, p.72): “Em apertada síntese, os refugiados venezuelanos encontram-se precariamente inseridos no mercado laboral brasileiro.”

Mais recentemente, no trabalho de Silva e Bento (2021), realizado com imigrantes venezuelanos interiorizados no Sul do Brasil, observou-se novamente equivalência. De acordo com os autores, as adversidades fundamentais são: a falta de documentação, a dificuldade na validação do diploma, a barreira linguística e a xenofobia. Existe uma grande disparidade entre os empregos em que os imigrantes trabalhavam em seu país e os atuais, como se observa no Quadro 1. Causada pelos entraves vinculados à revalidação de diploma, mencionados pela professora, pelos entrevistados e em todos os trabalhos citados.

Quadro 1 - Comparação dos trabalhos realizados na Venezuela e no Brasil

Trabalho na Venezuela	Trabalho no Sul do Brasil
Perito de investigação criminal	Auxiliar de produção
Musicista	Professora particular (autônoma)
Professor	Atendente de loja
Advogado	Comércio e varejo
Soldador	Serralheiro

Fonte: Silva e Bento (2021)

Logo, percebe-se que as dificuldades citadas pelos participantes não são exclusivas do município de Ponta Grossa, pois também foram mencionadas por pesquisadores de outras localidades. Mostrando que os imigrantes venezuelanos ainda enfrentam dificuldades para acessar o mercado de trabalho. Entretanto, é necessário ressaltar que, como observado nos gráficos anteriores, em Ponta Grossa, embora sejam aludidas algumas adversidades, a maior parte dos entrevistados está trabalhando com carteira assinada. Houve uma melhora nas condições de trabalho quando se comparam os resultados obtidos aos dos trabalhos realizados por Rosa (2022) e Silva (2023) na cidade.

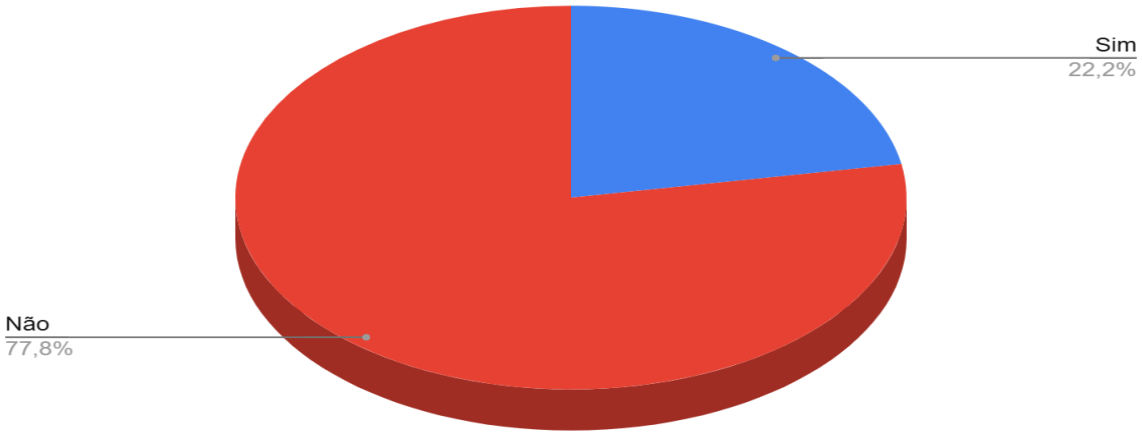
Portanto, por mais que ainda existam alguns obstáculos, na atualidade, para a maior parte deles na busca por emprego, no geral, houve uma melhora em relação aos anos anteriores. Enfatizando essa hipótese, na entrevista feita com a professora, ao ser perguntada sobre uma possível melhora do acolhimento aos imigrantes venezuelanos em Ponta Grossa, ela afirmou:

> Eu acho que o pontagrossense está mais aberto, porque você, veja, se você olha as empresas, as lanchonetes acolhendo como trabalhadores, seja como caixas, atendentes, você os encontra em todos os espaços. Significa que Ponta Grossa está acolhendo, porque senão eles não teriam vez no mercado de trabalho. Se a rejeição é muito grande, o empresário não vai por essa pessoa lá dentro. Então, está havendo já esse processo de acolhimento maior. Eu penso que é um indicador importante para você pensar, em termos de integração, é o número de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, apesar de serem trabalhos subalternos (Silva, 2026).

Por fim, a última pergunta do tópico sobre acesso ao mercado de trabalho foi: “Vivendo no Brasil, você já mudou para outra cidade em busca de trabalho?”. Não menos importante que as demais, essa questão teve como objetivo avaliar o percentual de imigrantes que mudaram de cidade enquanto estavam no Brasil por

não conseguirem emprego. Considerando que, para Haesbaert (2021, p.331), a instabilidade, a fragilidade dos laços territoriais do grupo com seu espaço e a mobilidade sem direção definida são características da territorialização precária, essa pergunta se faz necessária. Já que há muitos casos de pessoas precarizadas territorialmente que mudam de cidade constantemente em busca de trabalho, como os trabalhadores temporários nos períodos de colheita, conforme mencionado pelo autor. Respondida por todos os participantes (45), no Gráfico 19 é possível ver os resultados.

Gráfico 19 - Vivendo no Brasil, você já mudou para outra cidade em busca de trabalho?



Fonte: o autor

No gráfico, é notável que a maioria dos entrevistados respondeu negativamente, o que corresponde a 77,8% das respostas. Enquanto isso, apenas 22,2% deles afirmaram ter se mudado em busca de trabalho. Percebe-se, então, que, para os participantes, a mobilidade voltada à busca por postos de trabalho foi ínfima, o que indica que possivelmente conseguiram emprego na cidade em que chegaram, havendo poucos casos de mudança para outra localidade. Sendo descartada a hipótese de territorialização precária nesse aspecto, já que a mobilidade sem direção definida em busca de emprego foi minoritária entre as respostas.

Porém, é necessário ressaltar que houve uma lacuna em relação ao assunto, já que a pergunta indagou sobre a mudança de uma cidade para outra em busca de emprego, mas, no questionário, não foi feita nenhuma questão sobre se Ponta

Grossa foi a primeira cidade em que decidiram se reterritorializar. Assim, não dá para afirmar categoricamente que todos os participantes que responderam negativamente à questão, após se estabelecerem no município, não mudaram de cidade em busca de emprego. Pois nada impede os participantes de se reterritorializarem em outra cidade e, por possuírem familiares em Ponta Grossa, decidiram se mudar, sem que o emprego fosse a motivação. Levando em consideração que o fator mais importante na escolha da cidade foi a presença de familiares e amigos, essa hipótese não pode ser ignorada.

Mas, tendo em vista que, na cidade de Ponta Grossa, a maior parte dos entrevistados está empregada com carteira assinada e apresenta poucas reclamações sobre o salário, é provável que os imigrantes venezuelanos que se estabeleceram inicialmente na cidade não tenham se mudado para outra localidade por causa do emprego. Essa interpretação é reforçada pelo fato de que a qualidade de vida da cidade foi muito mencionada entre as motivações para a escolha da cidade e houve um aumento da admissão no mercado de trabalho formal nos últimos anos, como demonstrado nos gráficos anteriores. Assim, por mais que não seja possível afirmar que todos os participantes que se reterritorializaram na cidade não tenham se mudado de cidade em busca de emprego, talvez isso tenha ocorrido com boa parte deles.

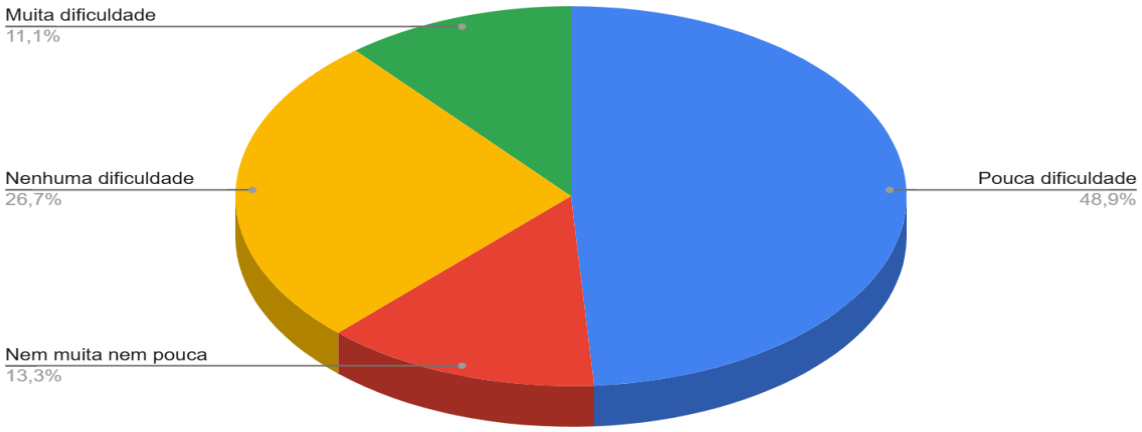
3.3 Acesso à moradia

Por fim, o último tópico investigado pela pesquisa foi o acesso à moradia, que constitui um aspecto importante do processo de reterritorialização dos imigrantes. Considerando que a maioria dos entrevistados migrou devido à crise econômica venezuelana, é necessário analisar os possíveis entraves ao acesso à habitação. Já que, como mencionado anteriormente, o ser humano vive a multiterritorialidade no dia a dia, o lar pode ser reconhecido como um território. Desta forma, a dificuldade de acesso à moradia pode levar a um processo de territorialização precária. Pois, de acordo com Molina (2022), nem sempre o processo de territorialização e reterritorialização é inclusivo, podendo o indivíduo ser obrigado a se territorializar em um local impróprio.

Assim, a primeira pergunta do tema foi: “Você sentiu dificuldade em conseguir moradia?”, com o objetivo de avaliar a percepção dos participantes no que diz respeito à acessibilidade ao domicílio. Nessa questão, havia, ao todo, quatro

alternativas, e o colaborador poderia escolher apenas uma delas. Com caráter obrigatório, a questão recebeu, ao todo, 45 respostas, com uma variedade de respostas, como ilustrado no Gráfico 20.

Gráfico 20 - Você sentiu dificuldade em conseguir moradia?



Fonte: o autor

No gráfico acima, nota-se que a maior parte dos participantes escolheu a alternativa “pouca dificuldade”, o que corresponde a 48,95% do total de respostas. Em seguida, vêm as alternativas “nenhuma dificuldade”, com 26,7%; “nem muita e nem pouca”, com 13,3%; e “muita dificuldade”, com 11,1% das respostas. Ao contrário do esperado, percebe-se que o número de entrevistados que afirmaram não ter nenhuma dificuldade de acesso à moradia (26,7%) é mais do que o dobro do número de participantes com muita dificuldade (11,1%). Para além disso, é perceptível que a maioria das respostas varia entre pouca e nenhuma dificuldade, o que representa cerca de 88,9% do total. Desta forma, o gráfico ilustra que, para os entrevistados, o acesso à moradia não apresenta, em geral, grandes obstáculos.

No que diz respeito ao acesso à moradia, a *United Nations* (2026) estabelece, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que o direito a uma habitação adequada é um direito humano universal, que deve ser garantido a todos os seres humanos, sem distinção de gênero, raça, nacionalidade ou condição física. Considerando a casa como a base para a segurança e a estabilidade do indivíduo ou da família, a entidade argumenta que a moradia deve ser um direito, e não uma

commodity, cujo objetivo primário é a moradia. De forma similar, a Constituição Federal de 1988, estabelece que:

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988).

Apesar disso, em muitos casos, os imigrantes acabam enfrentando dificuldades para exercer esse direito no Brasil. No trabalho de Collete e Faria (2016), discutem-se os entraves jurídicos enfrentados pelos estrangeiros no acesso à moradia. Para os autores, apesar de existirem programas sociais voltados à ampliação do acesso à habitação, como o programa *Minha Casa, Minha Vida*, há uma limitação: esses programas são restritos aos imigrantes com visto permanente. Fazendo com que os imigrantes que ainda estão regularizando sua situação sejam excluídos do programa. No caso dos imigrantes ainda não regularizados, a situação é mais delicada, pois não conseguem alugar um imóvel de forma independente, já que os contratos de aluguel exigem a regularização. Como consequência, muitos acabam vivendo em locais impróprios ou até mesmo nas ruas (Collete ; Faria, 2016).

É necessário ressaltar que, com a aprovação da Lei da Migração em 2017, houve uma flexibilização no processo de obtenção do visto permanente, que agora é denominado *autorização de residência*. Para além da facilitação da regularização, houve também a expansão dos direitos sociais para os imigrantes, que agora possuem os mesmos direitos que os brasileiros. Apesar disso, não houve nenhuma mudança no que tange ao programa *Minha Casa, Minha Vida*, que permaneceu exclusivo para imigrantes com *autorização de residência*.

Em outro trabalho, feito por Pucci e Véras (2019) com imigrantes bolivianos que vivem em São Paulo, a situação do acesso à moradia também se mostrou precária. Na visão dos autores, a maior parte dos imigrantes vive de forma precária, morando, em muitos casos, em moradias coletivas, em locais que também servem como ambientes de trabalho, principalmente para a manufatura de produtos. Além disso, dos 21.680 bolivianos que viviam na cidade em 2010, apenas 41,5% moravam em ambientes com condições adequadas, o que reforça as péssimas condições de habitação enfrentadas por eles. Entre as razões dessas adversidades, eles identificam três fatores: a falta de formalização do trabalho exigida nos contratos de aluguel, os altos custos e a resistência do proprietário (Pucci ; Véras,

2019). Consequentemente, muitos acabam se deslocando para cortiços, favelas e ocupações, onde se territorializam de forma precária.

Já no trabalho de Silva (2023), realizado com imigrantes venezuelanos na cidade de Ponta Grossa, são novamente abordadas as dificuldades de acesso à moradia, o que demonstra que se trata de algo corriqueiro para os imigrantes que vivem no Brasil. De acordo com ele, a questão da habitação é um tema sensível para os venezuelanos que residem na cidade, e há uma série de dificuldades na busca por moradias acessíveis e adequadas. Sobre isso, o autor afirma (Silva, 2023, p.82): “Em Ponta Grossa, os imigrantes venezuelanos encontram desafios significativos durante a busca por moradias adequadas, em virtude de dificuldades econômicas, burocráticas e sociais.”

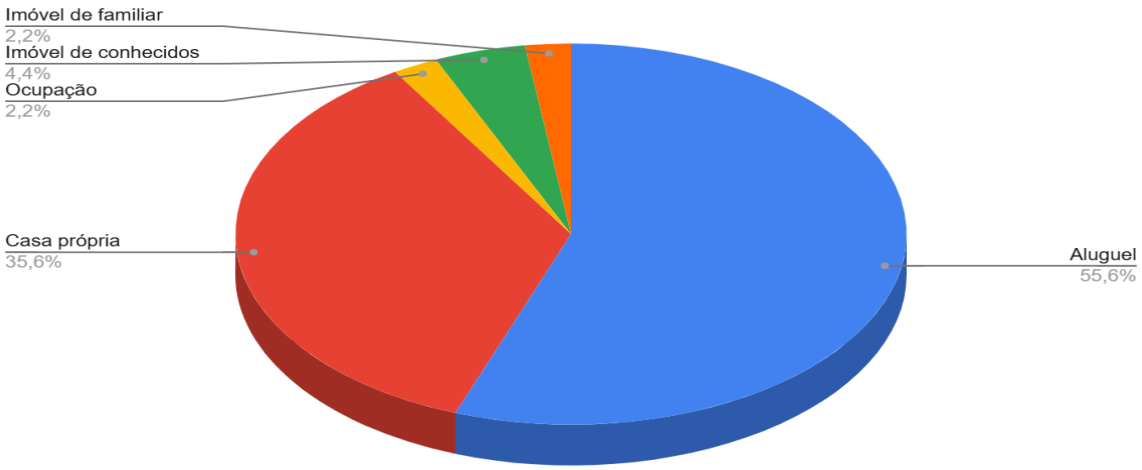
Uma dessas adversidades mencionadas é o fato de que muitos deles não têm acesso às políticas municipais de auxílio em domicílio por não cumprirem os requisitos estabelecidos pelo poder municipal. E mesmo quando conseguem ingressar, como no *Programa Lar Acolhedor* (*aluguel social*), há uma limitação a apenas 30 famílias por mês. Por conseguinte, os imigrantes venezuelanos acabam enfrentando dificuldades de acesso à moradia, deslocando-se para os bairros mais periféricos, onde vivem em locais com infraestrutura inferior à das áreas centrais da cidade (Silva, 2023).

Porém, em contradição com os resultados obtidos nos trabalhos citados anteriormente, como demonstrado no Gráfico 16, nota-se que a maioria dos entrevistados não enfrentou grandes dificuldades. Com 88,9% deles respondendo que houve pouca ou nenhuma dificuldade no acesso à moradia. Assim, ao comparar os resultados obtidos com os trabalhos mencionados, em especial o de Silva (2023), também realizado na cidade de Ponta Grossa, percebe-se que, aparentemente, houve uma melhora nas condições de acesso à moradia dos imigrantes venezuelanos. Para além do aumento da formalização dos imigrantes, que possivelmente contribuiu para a melhora do acesso, já que o trabalho formal paga salários superiores ao informal, na próxima pergunta serão discutidos outros fatores que talvez tenham contribuído para o processo.

Em seguida, há a última pergunta do questionário, que é: “Qual a sua situação de moradia atual?”, voltada a entender o tipo de moradia dos entrevistados. Tendo em vista que a maior parte deles trabalha com carteira assinada e está há mais de três anos no país (53,4%), a questão é importante para investigar a hipótese

de que, em teoria, viver há mais tempo e estar empregado formalmente garantem melhores condições de acesso à moradia. Atenuando o processo de territorialização precária, muito citado nos trabalhos com outros imigrantes na questão anterior. Por se tratar de uma pergunta obrigatória, todos os 45 participantes responderam, conforme o Gráfico 21.

Gráfico 21 - Qual sua situação de moradia atual?



Fonte: o autor

Pelo gráfico, percebe-se que a maior parte dos entrevistados vive em imóveis alugados, o que corresponde a 55,6% das respostas. Em seguida, há aqueles com casa própria, o que representa cerca de 35,6% dos entrevistados. Por fim, com percentuais baixos, vêm aqueles que moram em imóveis de conhecidos com 4,4%; em imóvel de familiar, 2,2% e em ocupação, também com 2,2% das respostas. Analisando as respostas, percebe-se que a maior parte dos entrevistados vive em imóveis alugados ou em casa própria, o que representa 91,2% do total de respostas. Enquanto as demais alternativas são ínfimas, com um percentual inferior a 10% mesmo somadas. Assim, nota-se que a maior parte dos entrevistados vive principalmente em imóveis alugados e, em menor medida, em casas próprias, havendo poucos casos de compartilhamento com famílias, conhecidos ou ocupações.

Ao comparar os resultados obtidos pela pesquisa com os de outros trabalhos sobre o mesmo tema, observa-se que são contrastantes. No levantamento realizado

pela Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2024) em Roraima, nota-se uma grande disparidade nos resultados. Realizada com imigrantes venezuelanos em todos os 15 municípios do estado, a pesquisa mostrou que, no que diz respeito à moradia, cerca de 76% dos entrevistados moravam de aluguel, enquanto apenas 11% tinham casa própria. Porém, os problemas não se restringem ao acesso, já que entre esses participantes, 36% responderam que não sabiam se teriam um lugar para morar no mês seguinte.

Em outra pesquisa mais recente, feita na região oeste de Santa Catarina por Martinello, Lutinski e Matsue (2026), os resultados são similares. De acordo com eles, cerca de 98% dos entrevistados moravam em imóveis alugados, com aluguéis entre R$1.200 e R$1.800, e os 2% restantes residiam em outros tipos de moradia. Além disso, os autores descobriram que, em média, havia 4,8 venezuelanos por casa, o que demonstra que é comum o compartilhamento de casas alugadas. Ou seja, até mesmo nos municípios do Oeste de Santa Catarina que, em geral, possuem um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) superior ao de Ponta Grossa, o número de venezuelanos com casa própria é menor. Abordando de forma aprofundada, os parágrafos a seguir analisarão os possíveis fatores que facilitaram o acesso à moradia na cidade.

Primeiramente, ao contrário do que se observa no trabalho de Pucci e Véras (2019), discutido no gráfico anterior, percebe-se que os imigrantes venezuelanos aparentemente não tiveram dificuldade em alugar imóveis. Além disso, poucos foram morar em imóveis de conhecidos ou em ocupações na cidade de Ponta Grossa. Possivelmente, a causa disso seja a formalização da mão de obra. Citado pelos autores, um dos principais entraves ao alugar um imóvel foi a exigência de formalidade na assinatura dos contratos. Levando em conta que, como apresentado anteriormente, a maior parte dos entrevistados trabalha com carteira assinada, essa adversidade deve ter sido atenuada. Diminuindo, assim, a busca por residências em locais impróprios, como cortiços, favelas e ocupações.

Ainda em relação à formalização dos imigrantes no ambiente de trabalho, ela não se limitou a facilitar a formalização dos contratos de aluguel. Com as mudanças efetivadas pela Lei nº 13.445, de 2017 (Lei da Migração), como citado no gráfico anterior, o visto permanente foi substituído pela *autorização de residência* e houve uma flexibilização. Anteriormente, no Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980), o visto permanente era limitado a algumas situações, sendo as principais: vínculo

familiar com brasileiros, investimentos mínimos em empresas brasileiras ou contratação de profissionais qualificados (Brasil, 1980).

Já na nova norma, o imigrante pode pedir a *autorização de residência* em várias circunstâncias ou para uma finalidade definida, como o trabalho ou por motivos familiares, sendo vedada aos imigrantes que tenham cometido crime no Brasil ou em outro país (Brasil, 2017). Considerando que o trabalho foi um dos fatores mais importantes na escolha da cidade de Ponta Grossa e que a maior parte deles trabalha com carteira assinada, é provável que tenham obtido a *autorização de residência* por estarem empregados. Assim, eles se tornam aptos a participar de programas sociais voltados à habitação, como o *Minha Casa, Minha Vida*, o que possivelmente facilita o acesso à casa própria.

O programa *Minha Casa, Minha Vida*, no período entre 2023 e 2026, registrou um aumento no número de casas financiadas. Desde a retomada do programa pelo governo federal em 2023, foram entregues cerca de 1,4 milhões de residências às famílias, com mais de 2,2 milhões de contrações, e a meta é entregar, até o final do ano, 3 milhões de moradias. Fruto do aumento dos investimentos do governo, o programa ajudou a reduzir o déficit habitacional no Brasil, que caiu de 8,3% em 2022 para 7,4% em 2024. Ainda não há dados de 2025 e 2026. É necessário ressaltar que cerca de 44% dos imóveis foram destinados a famílias com renda mensal de até R$2.850 (Bancada do PT no Senado, 2026; Tomazelli, 2025).

Em Ponta Grossa, a realidade não foi diferente: o programa *Minha Casa, Minha Vida* entregou centenas de imóveis. De acordo com o D´Ponta (2025), o Paraná é o terceiro estado que mais participou do programa desde a retomada em 2023, com a cidade de Ponta Grossa sendo a 3ª que mais contratou, atrás apenas de Curitiba e Londrina. Com mais de 10.000 imóveis financiados desde 2023, o programa continuou a entregar residências em 2026, com 304 novas entregues no mês de abril, demonstrando que, até o presente momento, o apoio fornecido se mantém (Folha do Estado, 2026). Fazendo com que na cidade, os problemas habitacionais sejam atenuados.

No trabalho de Silva (2023), o autor realizou uma entrevista com Tatyana Belo, secretária municipal da Família e Desenvolvimento Social de Ponta Grossa. Quando indagada sobre a situação do município no que tange ao acesso à moradia, ela ressalta que a situação é complicada, com grande procura por parte das famílias em situação de fragilidade socioeconômica e que, com a diminuição da verba do

governo federal para os programas de habitação social, houve agravamento do déficit habitacional na cidade.

Haja vista que, como demonstrado anteriormente, desde 2023 houve um aumento do investimento federal nos programas habitacionais, como o *Minha Casa, Minha Vida*, é possível que isso tenha causado a disparidade de resultados. Tendo em mente que Ponta Grossa foi uma das cidades que mais receberam moradias financiadas pelo programa no Paraná, isso talvez se reflita no número maior de imigrantes venezuelanos com casa própria do que no dos demais trabalhos citados. Já que os imigrantes, naturalmente, enfrentam mais dificuldades no acesso a bens e serviços em países estrangeiros, há uma barreira maior a ser superada no acesso à casa própria. Fazendo com que o programa seja um possível facilitador.

Desta forma, percebe-se que, quando comparados às demais pesquisas, os imigrantes residentes em Ponta Grossa demonstram menor dificuldade de acesso à moradia, o que explica por que o número de venezuelanos com casa própria é superior ao dos demais trabalhos. Vivendo, em geral, há mais tempo no Brasil e com a maioria trabalhando formalmente, isso provavelmente lhes permitiu obter a *autorização de residência* e, consequentemente, financiar casas pelo programa *Minha Casa, Minha Vida*. Porém, é necessário ressaltar que é uma hipótese, sendo necessário ser investigada por pesquisas futuras, que tenham como objetivo investigar o papel desse programa na redução do déficit habitacional de imigrantes.

E, considerando que desde 2023 houve a retomada do programa, com a cidade recebendo mais de 10.000 casas nesse período, isso explica, possivelmente, por que os problemas relacionados ao acesso à moradia são menores do que os apresentados por Silva (2023). Já que, após seu trabalho, houve um aumento exponencial dos investimentos em habitação social. Fazendo com que as circunstâncias de falta de verba federal para o suporte aos programas habitacionais municipais, mencionadas pela secretária, se alterassem vertiginosamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo contribuir para a análise do processo de reterritorialização dos imigrantes venezuelanos na cidade de Ponta Grossa (PR). Tendo como hipótese que a maior parte deles se territorializa de forma precária, como demonstrado nos trabalhos de Rosa (2022) e Silva (2023), a pesquisa almejou contribuir para o enfrentamento das problemáticas vigentes. Já que, como abordado anteriormente em outros trabalhos citados ao longo da pesquisa, os imigrantes venezuelanos, em geral, enfrentam dificuldades no processo de reterritorialização no Brasil. Enfrentando adversidades, principalmente no que diz respeito ao acesso ao mercado de trabalho, à moradia e à educação, o que consequentemente, leva a um processo de territorialização precária.

Por meio das respostas obtidas no questionário, foi possível esclarecer muitas dúvidas. Como esperado, a principal motivação para a imigração foi a crise econômica vigente na Venezuela, sendo o fator mais citado pelos participantes, seguida pelas violações de direitos humanos. Abordada no capítulo 2, a Venezuela tem uma história conturbada, marcada por vários períodos de instabilidade socioeconômica e por diversas crises. A crise atual remonta a 2013, quando, além de uma grande queda no preço internacional do barril de petróleo, os EUA impuseram um embargo econômico. Porém, a crise não se limitou à economia, houve também uma crise política, com contestações às eleições e o recrudescimento do autoritarismo do governo. Gerando um êxodo em massa a partir de 2021, com milhões de imigrantes deixando o país em busca de um lugar para se reterritorializar.

Além disso, observa-se que a maioria dos participantes vive em Ponta Grossa há mais de 3 anos e que as principais motivações para a escolha são a presença de amigos e familiares bem como a qualidade de vida. Demonstrando que, como mencionado por Silva (2023), as redes de sociabilidade influenciam a escolha da cidade. Outra questão é a escolaridade dos venezuelanos, superior à dos brasileiros, como apresentado anteriormente. Existe uma grande discrepância: para além de todos serem alfabetizados, o número de venezuelanos com formação superior é maior do que o de brasileiros.

No que diz respeito à **educação**, os resultados são esperados. Por meio da análise, é perceptível que, assim como demonstrado nas pesquisas de Meira (2025),

Mota e Santos (2023), Oliveira e Lacerda (2022), e Silva (2023), os imigrantes venezuelanos enfrentam algumas adversidades nas escolas, o que não se limita apenas aos dados desta pesquisa. De acordo com os resultados obtidos, as principais dificuldades mencionadas foram: idioma, cultura e a socialização (preconceito, isolamento social e xenofobia). Demonstrando que ainda há alguns problemas a serem resolvidos. Apesar dessas adversidades, não houve falta de acesso à escola, pois o município ofertou vagas suficientes para os filhos de imigrantes, como citado em entrevista com a professora doutora Lenir Aparecida Mainardes da Silva (UEPG). Desta forma, não há falta de acesso, contudo, há algumas dificuldades a serem enfrentadas.

Já em relação ao **acesso ao mercado de trabalho**, os resultados foram exatamente o contrário do esperado. Para além da maioria dos entrevistados estar empregada, percebe-se que a maior parte deles está no regime de carteira assinada, o que corresponde a 82,4% do total. Comparando com os trabalhos de Rosa (2022) e Silva (2023), também realizados na cidade de Ponta Grossa, nota-se que os resultados são totalmente diferentes. E, no que tange à satisfação com o próprio salário, os resultados demonstram que também não houve muitas reclamações. Essa discrepância entre os três trabalhos, como abordada anteriormente, é possivelmente fruto das melhorias nas condições de trabalho ocorridas entre 2023 e 2025.

Nesse período, houve um aumento de mais de 54% nas contratações de imigrantes no mercado formal, com a região Sul registrando um acréscimo de 69%. Assim, levando em conta que esses trabalhos antecedem esse incremento, é provável que isso seja a causa da disparidade de resultados, já que, com o aumento da formalização, houve a diminuição do trabalho informal e o aumento dos salários, o que atenuou as dificuldades mencionadas pelos autores.

Ainda em relação ao mercado de trabalho, a maioria dos entrevistados afirmou sentir ou ter sentido dificuldades para conseguir emprego, com as principais adversidades citadas: o idioma, a validação do diploma, a distância do trabalho e o preconceito e a xenofobia. Ao comparar com trabalhos similares, como os de Silva e Bento (2021) e Silva e Bispo (2021), feitos em outras localidades, percebe-se que as mesmas dificuldades se repetem. Desta forma, apesar de a maior parte dos entrevistados estar trabalhando registrada e de haver poucas reclamações em relação à renda, ainda, há alguns entraves a serem superados, tanto na obtenção do

emprego quanto nas adversidades que eles enfrentam no dia a dia do mercado de trabalho.

Por fim, no tópico do **acesso à moradia**, os resultados foram novamente totalmente inesperados. Ao contrário do que demonstram os trabalhos de Collete e Faria (2016), Pucci e Véras (2019) e Silva (2023), a maior parte dos entrevistados sentiu pouca ou nenhuma dificuldade em conseguir moradia, havendo poucos que relataram grandes barreiras. Já em relação ao tipo de moradia, a maior parte vive em imóveis alugados (55,6%), seguida por quem mora em casa própria (35,6%). Comparando com os trabalhos de Martinello, Lutinski e Matsue (2026) e da OIM (2024), percebe-se que o número de venezuelanos com casa própria é maior em Ponta Grossa.

Assim, a partir dos resultados obtidos, nota-se que as condições de vida dos imigrantes venezuelanos são superiores ao esperado. Para além da maior parte dos participantes estarem empregados formalmente, com poucas queixas em relação à renda, a maioria mora em imóveis alugados ou em casas próprias, contrariando as expectativas. Contudo, ainda há algumas dificuldades a serem superadas, como as adversidades enfrentadas pelos filhos nos colégios, as barreiras iniciais para a obtenção de emprego e, posteriormente, os problemas no mercado de trabalho.

Em comparação com outros trabalhos realizados na cidade, percebe-se que as condições de vida dos imigrantes vêm melhorando gradualmente. Logo, a pesquisa indica que a maioria dos venezuelanos não estão se territorializando de forma precária, o que refuta a hipótese inicialmente levantada. Porém, é necessário salientar que a amostra utilizada na pesquisa corresponde a uma parte dos imigrantes venezuelanos, podendo haver algumas variações nos resultados em trabalhos com amostragem mais ampla. Além disso, a maioria não representa a totalidade e, como demonstrado, ainda há um percentual relevante de entrevistados que se territorializam de forma precária.

Enfim, considerando que analisar as causas da melhora das condições de vida dos imigrantes venezuelanos não foi o foco da pesquisa, há algumas lacunas a serem analisadas. Cabendo às pesquisas futuras averiguar, de forma aprofundada, as causas desse processo. Assim, pesquisas futuras podem indicar qual é a relação entre a melhora das condições de vida em âmbito nacional e a diminuição da territorialização precária em Ponta Grossa. Examinando qual foi o papel dos poderes estadual e federal nesse processo. E, em que medida o programa *Minha Casa,*

Minha Vida contribuiu para o aumento de imigrantes venezuelanos com casa própria na cidade?

Referências:

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ARAÚJO, L. E. de; SPARTA, D. M. B. Força-tarefa logística humanitária “Operação Acolhida”: a atuação do Exército Brasileiro. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 9, 2020. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/17599/14286. Acesso em: 10 ago. 2026

ARAÚJO, O. J. T. de. Crise migratória venezuelana no Brasil (2014-2018). **Revista IURIS NOVARUM**, Cacoal, v. 3, n. 1, 2023. Disponível em: https://periodicos.unir.br/index.php/iurisnovarum/article/view/7801/1194. Acesso em: 10 ago. 2026

BANCADA DO PT NO SENADO. **Minha Casa, Minha Vida contribui para o menor déficit habitacional da história do Brasil, afirma ministro**. Brasília, DF: PT no Senado, 29 abr. 2026. Disponível em: https://ptnosenado.org.br/minha-casa-minha-vida-contribui-para-o-menor-deficit-habitacional-da-historia-do-brasil-afirma-ministro/. Acesso em: 29 set. 2026.

BARROS, P. S. Chávez e Petróleo: Uma Análise da Nova Política Econômica Venezuelana. **Cadernos - PROLAM/USP**, v.5, n. 9, 2006. Disponível em: https://revistas.usp.br/prolam/pt_BR/article/view/81813/85117. Acesso em: 21 jul. 2026.

BASTOS, J. P. B; OBREGÓN, M. F. Q. Venezuela em crise: o que mudou com o Maduro?. **Revista Derecho y Cambio Social,** v.15, n. 52, 2018. Disponível em: https://ojs.revistadcs.com/index.php/revista/article/view/2463/1850. Acesso em: 21 jul. 2026.

BELLO, L. Indicadores educacionais avançam em 2024, mas atraso escolar aumenta. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 13 jun. 2025. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43699-indicadores-educacionais-avancam-em-2024-mas-atraso-escolar-aumenta. Acesso em: 28 set. 2026.

BOBATO, J. PONTA GROSSA puxa saldo de empregos no Paraná no 1º semestre. **Jornal da Manhã**, Ponta Grossa, 30 jul. 2026. Disponível em: https://arede.info/jornaldamanha/dinheiro/663739/ponta-grossa-puxa-saldo-de-empregos-no-parana-no-1-semestre?d=1. Acesso em: 27 out. 2026.

BOTELHO, J. C. A. De onde veio e o que está em torno do fenômeno Chávez. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 1, 2009. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1544/1359. Acesso em: 1 jun. 2026.

BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). **Limites da América do Sul e Países**: base cartográfica vetorial. Brasília: ANA, 2010. Conjunto

de dados vetoriais em formato Shapefile. Disponível em: https://metadados.snirh.gov.br/. Acesso em: 3 ago. 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 set. 2026.

BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. **VGEO**: visualizador de informações geográficas do DNIT. Brasília, DF: DNIT, [2026]. Disponível em: https://servicos.dnit.gov.br/vgeo/. Acesso em: 12 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1980]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm. Acesso em: 29 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm. Acesso em: 12 mar. 2026**.**

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **OBMigra**: relatórios anuais 2025. Brasília, DF: MJSP, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/migracoes/portal-de-imigracao-laboral/obmigra-1/relatorios-obmigra/relatorios-anuais/2025/obmigra-relatorios-anuais-2025. Acesso em: 29 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Polícia Federal. **Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA)**. Dados tabulados pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). Brasília: MJSP, 2026. Disponível em: mj.gov.br. Acesso em: 28 jul. 2026.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos***:* conflitos multiculturais da globalização. Tradução de Maurício Santana Dias e Javier Rapp. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

CARVALHO, V. Homicídios em Ponta Grossa têm queda histórica, diz SESP. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 29 mai. 2026. Disponível em: https://dcmais.com.br/ponta-grossa/homicidios-em-ponta-grossa-tem-queda-historica-diz-sesp/. Acesso em: 28 set. 2026

CARAVELA. **Ponta Grossa - PR**: perfil regional. Caravela Dados e Estatísticas, 2026. Disponível em: https://www.caravela.info/regional/ponta-grossa---pr. Acesso em: 12 ago. 2026.

CATHCART, G. **O petróleo e a crise venezuelana a partir de 2013**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/192944. Acesso em: 21 jul. 2026.

COLLETE, L; FARIA, M. A. S. de. A (in)efetividade das políticas públicas voltadas à realização do Direito à Moradia dos estrangeiros residentes no Brasil. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 18, n. 2, 2016. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23762. Acesso em: 29 set. 2026

CURY, A. Governo Chávez melhorou PIB, mas aumentou dependência do petróleo. **G1 Economia**, São Paulo, 5 mar. 2013. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2013/03/governo-chavez-melhorou-pib-mas-aumentou-dependencia-do-petroleo.html. Acesso em: 21 jul. 2026.

CUSTÓDIO, L. N. **Imigrantes no mercado de trabalho brasileiro:** uma análise para o período de 2002-2014**.** 2016. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: **https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/167660.** Acesso em: 12 mar. 2026.

DAMASIO FILHO, M. A. **O Programa Minha Casa Minha Vida e as Perspectivas de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (T-D-R):** Uma Análise do Condomínio Residencial Irajá, no Distrito de Iguatemi, em Maringá-PR. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6372908#. Acesso em: 11 mai. 2026

DELEUZE, G; GUATTARI, F. ***Mil platôs****:* capitalismo e esquizofrenia. 1. ed. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DIAS, S; GONÇALVES, A. Migração e saúde. **Revista Migrações**, Lisboa, n. 1, 2007. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/gigs/GeoHealthS/doc_apoio/migracoes_e_saude.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

D'PONTA NEWS. PG registra entrada de 2 mil estrangeiros nos últimos três anos; veja lista de países de origem. **DPonta News**, Ponta Grossa, 20 set. 2023. Disponível em: https://dpontanews.com.br/ponta-grossa/pg-registra-entrada-de-2-mil-estrangeiros-nos-ultimos-tres-anos-veja-lista-de-paises-de-origem/. Acesso em: 12 ago. 2026

D'PONTA NEWS. **Ponta Grossa está entre as cidades do PR com mais contratações de unidades do Minha Casa, Minha Vida**. Ponta Grossa: D'Ponta News, 30 jan. 2025. Disponível em: https://dpontanews.com.br/parana/ponta-grossa-esta-entre-as-cidades-do-pr-com-mais-contratacoes-de-unidades-do-minha-casa-minha-vida/. Acesso em: 29 set. 2026

ENES, E. N. S; BICALHO, M. G. P. Desterritorialização/reterritorialização: processos vivenciados por professoras de uma escola de educação especial no contexto da educação inclusiva. **Educação em Revista,** Belo Horizonte, v. 30, n. 1, 2014.

Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/s9hTrTjxknZLc9mKvFgH74x/?lang=pt. Acesso em: 12 mar. 2026.

ERDAL, M. B et al. *Education desires and conflict impacts in refugees' decisions to leave.* ***Migration Studies***, v. 12, 2024. Disponível em: https://academic.oup.com/migration/article/12/4/mnae045/7887860?utm_source=chatgpt.com&login=false. Acesso em: 28 set. 2026

FERREIRA, A. V. S; LODETTI, M. B; BORGES, L. M. Recomeço: o sofrimento psíquico na imigração involuntária e a política de inclusão nas universidades brasileiras. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 29, n. 63, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/remhu/a/s99gvfcvkybftRWXCpBqSRN/?format=pdf&lang=pt

FIGUEIRA, M. S. **Desenvolvimento Econômico na cadeia global do petróleo: Venezuela e Arábia Saudita em perspectiva sistêmica**. 2017. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/179666/349181.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 jul. 2026.

FOLHA DO ESTADO. **Minha Casa, Minha Vida entrega 304 moradias em Ponta Grossa, no Paraná**. [S. l.]: Folha do Estado, 28 abr. 2026. Disponível em: https://folhaestado.com.br/minha-casa-minha-vida-entrega-304-moradias-em-ponta-grossa-no-parana/. Acesso em: 29 set. 2026

FURNO, J. O que não te contaram sobre o governo de Maduro e a economia venezuelana. **Brasil de Fato**, São Paulo, 7 jan. 2026. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2026/01/07/o-que-nao-te-contaram-sobre-o-governo-de-maduro-e-a-economia-venezuelana/. Acesso em: 21 jul. 2026.

GARCIA, A. G. S. C. G. das; FRATTARI, M. B; REZENDE, O. O movimento imigratório para o Brasil e as garantias fundamentais dos refugiados. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca**, Franca, v. 15, n. 1, 2020. Disponível em: https://revista.direitofranca.br/index.php/refdf/article/download/867/pdf_1/0

GARZON, L. F. Uma câmera no caminho da máquina de limpeza étnico-territorial: "No Other Land" (2024). **Cinema & Território**, v. 2, n. 11, 2026. Disponível em: https://ct-journal.uma.pt/article/view/44503. Acesso em: 27 out. 2026.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIMENES, L. Leia o ranking dos Estados mais violentos do Brasil. **Poder360**, Brasília, DF, 23 jul. 2026. Disponível em: https://www.poder360.com.br/poder-seguranca-publica/veja-o-ranking-dos-estados-mais-violentos-do-brasil/. Acesso em: 12 ago. 2026

G1 PR. Ponta Grossa é um dos destinos de migrantes venezuelanos no Paraná. **Meio Dia Paraná** - Ponta Grossa, G1, Ponta Grossa, 25 jun. 2026. 1 vídeo.

Disponível em: https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/videos-meio-dia-parana-ponta-grossa/video/ponta-grossa-e-um-dos-destinos-de-migrantes-venezuelanos-no-parana-14730357.ghtml. Acesso em: 12 ago. 2026.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do fim dos territórios à Multiterritorialidade. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desemprego**: IBGE Explica. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php. Acesso em: 12 ago. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Ponta Grossa**: panorama. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ponta-grossa/panorama. Acesso em: 28 set. 2026.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). **Fundamentals of migration**. Genebra: IOM, [s.d.]. Disponível em: https://www.iom.int/fundamentals-migration. Acesso em: 17 mar. 2026.

KOSSOSKI, D. Região de PG lidera índice de casa própria no Paraná. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 26 nov. 2025. Disponível em: https://dcmais.com.br/ponta-grossa/regiao-de-pg-lidera-indice-de-casa-propria-no-parana/. Acesso em: 28 set. 2026.

LEONELLO, G; MOREIRA, F. K. Fluxos migratórios Venezuela-Brasil: medidas político-jurídicas brasileiras (2014-2021). **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 21, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdgv/a/Y7KLRwghCsw6G5xr4xDryKB/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 ago. 2026

LEON, L. E. P; CICERO, P. H. M. de. Embargo Econômico Enquanto Instrumento de Política Externa Estadunidense: O Caso da Venezuela Contemporânea. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, 2022. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/conjuntura/article/view/28783/21943. Acesso em: 21 jul. 2026

MADEIRO, C. Brasil tem 582 mil moradores venezuelanos; metade deles em RR, SC e PR. **UOL**, 7 jan. 2026. Coluna Carlos Madeiro. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2026/01/07/brasil-tem-582-mil-moradores-venezuelanos-metade-deles-em-rr-sc-e-pr.htm. Acesso em: 10 ago. 2026.

MARTINELLO, E. C. C; LUTTINSKI, J. A; MATSUE, R. Y. Perfil dos imigrantes venezuelanos trabalhadores da agroindústria no Oeste de Santa Catarina. **REMHU**, Brasília, v. 34, 2026. Disponível em: https://scielo.br/j/remhu/a/9vb4BZpcWFKGKJChgSJxrrF/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 29 set. 2026.

MASCARENHAS, M. C. Os desafios dos imigrantes que chegam a Ponta Grossa. **Periódico UEPG**, Ponta Grossa, 30 abr. 2025. Disponível em:

https://www2.uepg.br/periodico/os-desafios-dos-imigrantes-que-chegam-a-ponta-grossa/. Acesso em: 12 ago. 2026.

MAYA, M. L. **Luta Hegemônica na Venezuela: a crise do puntofijismo e a ascensão de Hugo Chávez**. 2. ed. Caracas: Alfadil, 2005.

MEIRA, A. R. **A percepção de familiares e/ou responsáveis sobre o acolhimento educacional de crianças em situação de migração e/ou refúgio no município de Ponta Grossa (PR)**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2025.

MELLO, M. de. 11 de abril: golpe de Estado contra Hugo Chávez completa 18 anos. **Brasil de Fato,** Blumenau, 11 abr. 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/04/11/11-de-abril-golpe-de-estado-contra-hugo-chavez-completa-18-anos/. Acesso em: 21 jul. 2026.

MENDES, F. L.; SILVA, C. A. B. da; SENHORAS, E. M. História recente da Venezuela: crise e diáspora. **Boletim de Conjuntura**, Boa Vista, v. 10, n. 29, 2022. Disponível em: https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/633. Acesso em: 1 jun. 2026.

MOLINA, G. L. **Práticas cotidianas e processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R): um estudo a partir das memórias de mulheres da comunidade remanescente quilombola Adelaide Maria Trindade Batista – Palmas/PR.** 2022. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022. Disponível em: http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/7782/1/Gabriela%20Leite%20Molina_2022.pdf. Acesso em: 21 abr. 2026.

MOTA, A. K. B; SANTOS, M. C. dos. Desafios e necessidades de crianças e adolescentes refugiados e migrantes no Brasil: garantindo proteção, acesso à educação e integração social. ***Scielo Preprints***, 2023. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6984/13121. Acesso em: 28 set. 2026

MOTTA, C. C. **As famílias de venezuelanos que migram com filhos: transpondo fronteiras e barreiras.** 2024. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2024. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/81d9771d-c292-425c-a2dc-ec393125668b/content. Acesso em: 28 set. 2026

MUSEU DA IMIGRAÇÃO. **Migrante, imigrante, emigrante, refugiado, estrangeiro**: Qual palavra devo usar? Disponível em: https://museudaimigracao.org.br/blog/migracoes-em-debate/migrante-imigrante-emigrante-refugiado-estrangeiro-qual-palavra-devo-usar. Acesso em: 17 mar. 2026.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Ensino superior**: 3 em cada 4 migrantes venezuelanos não conhecem o Enem. Brasília, DF: ONU Brasil, 14 nov. 2022. Disponível em:

https://brasil.un.org/pt-br/207329-ensino-superior-3-em-cada-4-migrantes-venezuelanos-n%C3%A3o-conhecem-o-enem. Acesso em: 28 set. 2026

NASCIMENTO, J. Militarização e desdemocratização ao longo dos governos chavistas na Venezuela. **Estudos Avançados**, v. 39, n. 113, 2025. Disponível em: https://revistas.usp.br/eav/pt_BR/article/view/240933/217329. Acesso em: 21 jul. 2026.

NEVES, R. F. **Cultura Política e Elementos de Análise da Política Venezuelana**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/682-Cultura_polItica_e_elementos_de_analise_da_polItica_venezuelana.pdf. Acesso em: 1 jun. 2026.

NOGARA, T. S; WOBETO, V. L. Implicações da Crise Migratória Venezuelana para as Políticas Brasileiras de Segurança e Defesa: Perspectivas para o Equacionamento de Conflitos. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2019. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/19021/13798. Acesso em: 21 jul. 2026.

OLIVEIRA, C. S. da; LACERDA, E. G. O processo de inserção de estudantes venezuelanos nas escolas em Roraima. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 26, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/66410/62001. Acesso em: 28 set. 2026

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **CIDH conclui visita de trabalho à Guatemala**. Washington, D.C., 7 abr. 2017. Comunicado de Imprensa nº 048/17. Disponível em: https://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2017/078.asp. Acesso em: 10 ago. 2026.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM) Roraima**: 8ª rodada. Brasília, DF: OIM Brasil, 2024. Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/2024-04/dtm-roraima-8-rodada_2023.pdf. Acesso em: 29 set. 2026.

PAINEL DAS CIDADES. **Ponta Grossa, PR**: economia. [S. l.]: Painel das Cidades, 2026. Disponível em: https://paineldascidades.com.br/pr/ponta-grossa/economia. Acesso em: 28 set. 2026.

PAINEL DAS CIDADES. **Ponta Grossa, PR**: segurança. [S. l.]: Painel das Cidades, 2026. Disponível em: https://paineldascidades.com.br/pr/ponta-grossa/seguranca. Acesso em: 28 set. 2026.

PAIVA, L. M. Venezuela: rupturas e continuidades. **Revista Jurídica da FA7,** v. 8, n. 1, 2011. Disponível em: https://periodicos.uni7.edu.br/index.php/revistajuridica/article/view/128/150. Acesso em: 21 jul. 2026.

PARANÁ (Estado). Superintendência-Geral de Governança Migratória. **Boletim Migratório**: panorama geral no Paraná. Curitiba: SGGM, 2026. Disponível em: https://www.migra.pr.gov.br/Pagina/Dados-e-Indicadores. Acesso em: 12 ago. 2026.

PARDO, D. “Como era a 'Venezuela saudita', um dos países mais ricos dos anos 50 e 80”. **BBC News Mundo**, 2 mar. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47423737. Acesso em: 1 jun. 2026.

PEREIRA, W. P. A Revolução Bolivariana e a Venezuela de Hugo Chávez: história e interpretações (1999-2013). **Boletim do Tempo Presente**, n. 7, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/tempopresente/article/view/4168/3453. Acesso em: 21 jul. 2026.

PONTA GROSSA (Município). Prefeitura Municipal. **Ponta Grossa registra maior crescimento do PIB entre as grandes cidades do interior**. Ponta Grossa, 19 dez. 2025. Disponível em: https://www.pontagrossa.pr.gov.br/2025/12/19/ponta-grossa-registra-maior-crescimento-do-pib-entre-as-grandes-cidades-do-interior/. Acesso em: 28 set. 2026.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **IDHM Municípios 2010**. Brasília, DF: PNUD Brasil, [2013?]. Disponível em: https://www.undp.org/pt/brazil/idhm-municipios-2010. Acesso em: 28 set. 2026.

PROVITA. **Geoportal Provita**: dados geoespaciais da Venezuela. Caracas: Provita, 2021. Conjunto de dados vetoriais em formato Shapefile. Disponível em: https://geoportal.provita.org.ve/. Acesso em: 3 ago. 2026.

PUCCI, F. M. S; VÉRAS, M. P. B. Moradia provisória entre bolivianos em São Paulo: ambiguidade e contingência. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 87, 2019. Disponível em: https://www.periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/25345/20536. Acesso em: 29 set. 2026.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder(3).pdf. Acesso em: 29 set. 2026.

RIBEIRO, D. C; RAMIREZ, Y. S. Condições de trabalho e saúde dos migrantes venezuelanos em Manaus. **Cadernos do CEAS,** Salvador/Recife, v. 49, n. 262, 2024. Disponível em: https://portaldeperiodicos.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/1195/941.Acesso em: 10 ago. 2026

ROSA, G. da. **O perfil do migrante venezuelano e haitiano em Ponta Grossa (PR)**. In: Encontro Interinstitucional de Iniciação Científica, (EIICS), 2021, Ponta Grossa. **Anais [...]**. Ponta Grossa: UniSecal, 2021. Disponível em: https://unisecal.edu.br/wp-content/uploads/2024/05/O-PERFIL-DO-MIGRANTE-VENEZUELANO-E-HAITIANO-EM-PONTA-GROSSA-PR.pdf. Acesso em: 12 ago. 2026.

ROSA, G. da. **O perfil do migrante venezuelano e haitiano em Ponta Grossa(PR)**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Centro Universitário Santa Amélia, Ponta Grossa, 2022. Disponível em: https://unisecal.edu.br/wp-content/uploads/2023/10/GISLAINE-DA-ROSA.pdf. Acesso em: 29 set. 2026

ROSSI, A. Crise na Venezuela: o que é o Grupo de Lima, que reúne representantes de 14 países. **BBC News Brasil**, São Paulo, 25 fev. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47339120. Acesso em: 12 ago. 2026.

SANTIAGO, H. V; ALVES, F. D. Questões Teórico-Metodológicas sobre migração: das teorias clássicas as perspectivas geográficas contemporâneas. **Revista Territorium Terram**, v. 8, n. 16, 2025. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/territorium_terram/article/view/5781/3704. Acesso em: 12 mar. 2026.

SCHEIDT, E. A Revolução Bolivariana e a questão democrática na Venezuela. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão, v. 10, n. 2, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/13102/10241. Acesso em: 21 jul. 2026.

SCHURSTER, K. ; ARAUJO, R. **A Venezuela entre 1989 e 2013: crises, rupturas e continuidades**. In: A Era Chávez e a Venezuela no Tempo Presente. Rio de Janeiro: Autografia; Edupe, 2015.

SILVA, K. A. da. **O direito à cidade dos imigrantes: a realidade dos venezuelanos em Ponta Grossa - PR**. 2023. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2023. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEPG_dc681d976434c5d0c5e814e4d6658aaa. Acesso em: 12 ago. 2026.

SILVA, J. B. da; BISPO, L. V. S. de. Perfil laboral de refugiados venezuelanos no Brasil. **Revista RENOVE**, Camaçari, v. 2, n. 2, 2021. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/campusxix/article/view/12386. Acesso em: 29 set. 2026.

SILVA, J. C. J ; BAENINGER, R. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. **REMHU**: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, v. 29, n. 63, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/remhu/a/5CJ6rWdFCgGWKzdYqLdQLhx/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 21 jul. 2026.

SILVA, J. M. R. de; GOMES, T. R. P. da. Resposta Governamental Brasileira À Crise Migratória Venezuelana: A Contribuição Do Exército Brasileiro Na “Operação Acolhida”. **Revista Monções**, Dourados, v. 10, n. 20, 2021. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/14349/8259. Acesso em: 10 ago. 2026

SILVA, R. F. da; BENTO, J. S. Política migratória e direito ao trabalho: estudo de caso sobre a acolhida de imigrantes venezuelanos no Sul do Brasil. **Colombia Internacional**, Bogotá, n. 106, 2021. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81266361007. Acesso em: 29 set. 2026.

SIMÕES, G. F. da; VAZ, L. G. O preparo e emprego militar na crise migratória venezuelana no Brasil. **Boletim da Conjuntura**, Boa Vista, v. 15, n. 45, 2023. Disponível em: https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/2257/855. Acesso em: 10 ago. 2026

SQUEFF, T. A. F. R. C, de; WEIMER, S. F. M. Crise venezuelana, emigração e fechamento de fronteira: análise da Ação Cível Originária n.º 3121/RR. **Revista de Ciências Jurídicas Pensar**, Fortaleza, v. 25, n. 2, 2020. Disponível em: https://ojs.unifor.br/rpen/article/view/10728/pdf. Acesso em: 21 jul. 2026.

.

TOMAZELLI, I. Minha Casa, Minha Vida supera meta do governo e deve entregar 3 milhões de casas até 2026. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 jul. 2025. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/07/minha-casa-minha-vida-supera-meta-do-governo-e-deve-entregar-3-milhoes-de-casas-ate-2026.shtml. Acesso em: 29 set. 2026

UDUWANAGE, C. P. **Os impactos da crise da Venezuela na região norte do Brasil**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://repositorio.esg.br/handle/123456789/1150. Acesso em: 21 jul. 2026.

UNITED NATIONS. **Recommendations on Statistics of International Migration:** Revision 1, New York, Statistical Papers, Series M, n. 58, Rev. 1, 1998 Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesm/seriesm_58rev1e.pdf.

UNITED NATIONS*. Office of the High Commissioner for Human Rights.* ***The human right to adequate housing***. Geneva: OHCHR, 2026. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/special-procedures/sr-housing/human-right-adequate-housing. Acesso em: 29 set. 2026.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Observatório das Migrações Internacionais. **DataMigra**: CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Brasília: OBMigra, 2026. Disponível em: https://datamigraweb.unb.br/#/public/bases/caged. Acesso em: 7 ago. 2026.

VARGAS, J. E. V; SHIMIZU, H. E; MONTEIRO, P. S. As vulnerabilidades dos imigrantes venezuelanos no Brasil e na Colômbia na perspectiva da Bioética de Intervenção. **Revista da Escola de Enfermagem da USP,** 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reeusp/a/vdYv9pJvMWGTJFcBT4Qm6gj/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 7 ago. 2026.

VASCO, Paulo Sérgio. **Migração: nova lei assegura direitos e combate a discriminação**. *Senado Notícias*, Brasília, DF, 27 jun. 2017. Especial Cidadania. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/migracao-nova-lei-assegura-direitos-e-combate-a-discriminacao/migracao-nova-lei-assegura-direitos-e-combate-a-discriminacao. Acesso em: 10 ago. 2026.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, 2014. Disponível em: https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977. Acesso em: 27 out. 2026

VIRILIO, P. Era pós-industrial cria nômades à procura de trabalho. **Folha de São Paulo,** São Paulo, 21 ago. 1994. Caderno Mais! Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/8/21/mais!/4.html. Acesso em: 31 mar. 2026.

APÊNDICE A - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A PROFESSORA Drª LENIR APARECIDA MAINARDES DA SILVA

APÊNDICE A — TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A PROFESSORA Drª LENIR APARECIDA MAINARDES DA SILVA

Data: 22/07/2026
Entrevistador: Gabriel Eiki Rocha Camargo
Entrevistada: Prof.ª Dra. Lenir Aparecida Mainardes da Silva (UEPG)

Pesquisador: Eu trouxe algumas perguntas mais abertas, justamente para você, para escutar tua resposta. A primeira pergunta, que acho que você já acabou respondendo um pouco, é como é funciona o seu trabalho de atendimento aos venezuelanos? É pela UEPG ou também tem alguma outra coisa que seja independente que seja desvinculado da UEPG?

Entrevistada: A minha inserção com o trabalho, com migrantes, onde entram também os venezuelanos, ele vem a partir do projeto do Promigra. E, para além disso, essa atuação que a gente tinha com o Promigra também me possibilitou representar a SETE na vaga do Conselho Estadual para a Política de Migrantes e Refugiados. Nesse momento, nós estamos trabalhando na elaboração do terceiro plano estadual, das políticas para os migrantes e refugiados. Então, a gente tem um trabalho que é mais de articulação, mobilização, governança de políticas. E aqui na UEPG a nossa ação é uma ação extensionista na medida que a gente está trabalhando ali no Promigra com alunos de graduação, atendendo. Nós temos aqui, então se eu falar um pouquinho do Promigra você vai entender esse trabalho. Entre as atividades do Promigra, que vai trabalhar com a questão do acolhimento, da integração conforme a própria legislação coloca, nós formulamos, juntamente com o curso de letras, os cursos de língua portuguesa como acolhimento para migrantes. A supervisora é a professora Pasqualina, porque o serviço social faz a coordenação, mas a oferta do curso tem que ser por alunos ou professores formados. Então, essa é uma coisa que a gente prima muito no projeto, é que quem vai atuar tem que ter essa especificidade, para que a gente não fique numa questão amadora. O projeto de extensão também é para a formação do aluno, então, é aqui que ele vai estar aprendendo a lidar com essa pauta migratória que é bastante importante. Então, a professora Pasqualina, agora já está também a professora Márcia, nós já estamos com dois professores lá de letras trabalhando conosco, mais os alunos, a oferta do

curso de língua portuguesa. Essa é uma primeira demanda que eles trazem para nós. Outra questão que eles trazem, então, é a questão da regulamentação da documentação na área, a questão da revalidação dos diplomas. A gente tem muitos que vêm capacitados, mas os trâmites burocráticos, a revalidação dos diplomas de graduação, eles são... é moroso. A gente depende dos tempos institucionais, a documentação que é requerida é uma documentação cara para eles, e muitos deles, quando partem dos seus países, não saem com essa documentação, tudo isso ao entrar. Então, eles buscam muito. Outra demanda que a gente tem ainda, inclusive foi um trabalho que a gente fez articulado com o comitê lá atrás, era que a universidade abrisse vagas para os migrantes que aqui estão. Então, hoje a gente tem, por exemplo, no edital de vagas remanescentes, tem um item lá que se o migrante ou refugiado ele tiver com o ensino médio regularizado no Brasil, ele assegura uma vaga das remanescentes. Então, isso foi um trabalho que foi feito via projeto, via Cáritas, via comitê articulado com a universidade. Então, o nosso trabalho, eu sempre estou trabalhando a partir da minha condição, da minha inserção aqui enquanto professora de graduação, pesquisadora. Então, esse é o espaço que a gente tem. Por exemplo, acho que a universidade tem um espaço de representação muito importante na construção das políticas públicas. Por isso eu aceitei estar também no Conselho Estadual. Então, esse espaço, acho que assim, a gente tem que aproveitar muito esse espaço enquanto professor, o que é a nossa instituição. A UEPG é forte da região, então acho que, é a partir desse espaço, então, que eu posso transitar. Ensino, pesquisa e extensão.

Pesquisador: Minha segunda pergunta seria, mais ou menos, quanto tempo você trabalha com os venezuelanos?

Entrevistada: Os venezuelanos? Desde que a gente começou o projeto, né? Então, o projeto, ele, como eu te falei, como Promigra, ele se... Desde 2020. que a gente trabalhou a construção do projeto e agora ele já é um projeto reconhecido. Então, nós estamos trabalhando desde esse tempo. São seis anos agora.

Pesquisador: Eu queria saber sobre a faixa de idade dos venezuelanos, mais ou menos. Qual seria a faixa de idade deles? São, no geral, mais jovens, mais idosos?

Entrevistada: Olha, a gente tá tendo, assim, vários, né? Ah, que pena que eu não trouxe pra você meu notebook, mas a gente tinha, assim. Tem, inclusive, boas pesquisas que já estão trazendo isso. Mas a gente tem, assim, eles são jovens. A faixa etária é mais uma faixa etária jovem que ainda, vamos dizer assim, pensando economicamente, na faixa de idade produtiva. Ao contrário, por exemplo, dos cubanos, que estão vindo mais pessoas de idade. Os cubanos estão chegando já com os avós, com os pais. Os venezuelanos estão numa faixa ainda com uma boa capacidade produtiva e muitas crianças, crianças e adolescentes que estão vindo. A gente tem muita criança venezuelana aí inserida na escola, são demandas que a gente tem. Agora, esse ano, por exemplo, a gente viu que no curso de português, os venezuelanos não são os primeiros. Nós estamos mais com cubanos e com mais de idade também. Então, a gente vai ter aí uma população muito jovem ainda de venezuelanos que vão estar sendo inseridos no mercado de trabalho, buscando acesso às políticas públicas, acesso à universidade. São jovens, muito jovens ainda. Eu coloco como jovens.

Pesquisador: Na faixa economicamente ativa?

Entrevistada: Na faixa economicamente ativa, sim. Poucos são os que estão vindo já com mais de 60 anos.

Pesquisador: E sobre a questão das dificuldades, qual seria, na sua visão, as principais dificuldades enfrentadas por eles?

Entrevistada: Bom, dentro do que a gente conversa com eles, no quão tão logo eles chegam, é a barreira linguística. Aí tem as barreiras... Agora, só para a gente abrir um parênteses, o que a gente vê? Que essas dificuldades vão mudando de situação. Então, por exemplo, quando a gente teve lá a questão da interiorização, dos venezuelanos no Paraná, que essa é uma questão bem interessante, tem alguns estudos mostrando isso. Quando eles chegam para o Paraná, eles não conhecem o Paraná. E eles também não tinham casa. Então, tipo Curitiba, tem relatos assim, da Roque Milles, por exemplo, não sei se você conhece a Roque Milles. Hoje ela está na condição de presidente do Conselho Estadual dos Migrantes. Então, a primeira migrante é assumir a presidência do Conselho. A

Roque Milles organizou, juntamente com vários venezuelanos em Curitiba, a instituição Irmandades Sem Fronteiras. Então, ela conta que, por exemplo, lá em Curitiba eles acabaram, os venezuelanos, no processo de interiorização, eles foram para os bairros mais distantes, para além disso, chegava a ter de 20, 30 pessoas numa mesma casa. Então, a organização da moradia foi uma questão bem difícil de ser organizada. Agora que já tem vários venezuelanos aqui, basicamente, esse pessoal já vai abrindo caminho para quem está chegando. Mas, no início, a questão da moradia foi muito difícil. Tem uma, a Doris, por exemplo, ela conta na questão, a Doris é uma, ela é uma senhora já formada em direito, ela mora aqui em Ponta Grossa. Ela conta pra gente que quando ela vê a questão da moradia, a cobrança do aluguel era exorbitante. Ela teve muita dificuldade pra poder fazer a negociação, né? Até, assim, pra ela poder se instalar foi muito difícil. Então, a moradia, para você ter a moradia, a organização, o pagamento do aluguel, isso para eles foi uma coisa bem difícil. Eu vi vários relatos dessa dificuldade. E eles acabam indo... Uvaranas é uma região que tem muitos que moram. Normalmente, nas fichas de cadastro para poder dos cursos, a gente vai vendo onde é que moram. Uvaranas, em Uvaranas. Então, lá, para aquela região, ainda a região que ainda tem mais facilidade. Então, a moradia, a língua, a moradia. Depois é a regularização da documentação para poder organizar a vida no campo da educação. Regularização do ensino médio, revalidação de diplomas de graduação, Essa é outra limitação, porque passa por duas coisas isso. Uma é entender o trâmite burocrático. Outra é ter acesso à informação. Porque as coisas acontecem. Então está lá a lei. A lei diz, ah, ele pode. Mas quando que pode? Um exemplo, quer ver? A revalidação dos diplomas de graduação, hoje a universidade aqui não faz. A plataforma Carolina Bori está precisando, eu não sei qual é o problema, mas estamos conseguindo fazer. E é só pela plataforma Carolina Bori que é feita a revalidação do diploma. Mas Curitiba, na Federal, a Federal aqui para nós é a única que tem um edital especial. E ele está aberto agora, só que o pessoal não sabe que abre. Então, o Promigra tem que ficar. O pessoal... o acesso à informação. Ele até teria condições porque ele tem a documentação, mas ele não sabe que o negócio está acontecendo e não sabe. Ontem mesmo uma menina, uma cubana essa, mandou para mim. Professora, eu preciso que me ajude para eu poder inserir na plataforma, inserir os documentos. Eu tenho muita preocupação de não conseguir ler o certo, o que eu tenho que pôr. Então, tem um horário para eu sentar e ajudar a fazer isso? Então, para você, essa

revalidação da documentação na área da educação é muito importante, porque senão eles ficam sempre com serviços aquém da capacidade, ganhando menos. Não é verdade? Porque aqui no Brasil é isso. Para você ter acesso a melhores trabalhos, o que é que nos possibilita? São os diplomas. Então, por mais conhecimento... Às vezes você tem pessoas que falam três línguas. Mas está lá em trabalhos medianos a sua capacidade. Então, aí, veja, aqui nós já damos um terceiro, né? Que seria a regularização da sua documentação, principalmente para acesso à área da educação, que é isso que vai dar depois a possibilidade dele ir galgando. Tinha um menino que trabalhava, fazia curso de língua portuguesa conosco, formado em veterinário. Esse era cubano. Ele conseguiu revalidar o diploma dele nessas levas digitais da federal, agora ele já está clinicando numa clínica veterinária. Um dia eu fui levar meu cachorro, quem atendeu o meu *pet*? Ele. Já com a documentação ligada. Então, isso é fundamental para eles. E é um empecilho. O trâmite burocrático, o acesso à informação. Aí, no campo do trabalho, eles conseguem o trabalho, mas decorrendo do processo da não valorização dos níveis de educação, ele acaba pegando trabalhos menores. Mas a gente tem visto que no campo do trabalho tem tido vários esforços. Inclusive, nessa dissertação da Ana, eu queria que você pegasse. Depois eu mando para você. Eu acho que é mais fácil mandar. Talvez eu tenha até aqui no celular. Ela acaba mostrando. Ela entrevista venezuelanos, na sua maioria, sobre a questão do trabalho. E ela vai perguntando pra eles como que eles sabem do trabalho, por que que eles vêm pra Ponta Grossa. E o trabalho é um elemento fundamental que vai determinar a vinda deles. Depois tem as questões xenofóbicas, que agora estão aparecendo bastante. A questão xenofóbica é uma pauta que deve ser pensada. A gente tem tido muitos casos que estão aparecendo muito para os jovens nas escolas. A questão xenofóbica é muito grande lá. Nos trabalhos, a gente não tem tanto relato, mas na... Adolescentes, assim, tem muitos dados aí. Se você for procurar Ministério Público, você vai achar a questão xenofóbica para adolescentes muito grande. Então, essa é uma outra coisa que, culturalmente, vai ter que ser vencida. Não vou dizer que não existem no mercado de trabalho. Existem, principalmente assim. Outra coisa, sim, é que a gente acaba vendo, tem, por exemplo, muitos que estão, hoje você vê eles no mercado como caixas, atendentes, né? Então, a gente tem relato de vendedores venezuelanos que, quando eles não entendem bem o que está sendo pedido pelo cliente lá, aí tem gente que diz, vai estudar português. Mas o quê? Por que não

aprende a falar primeiro? Então a gente vê, eles têm esses tipos de relatos. Uma venezuelana comentou certa vez conosco que, por exemplo, no trabalho dela, eles reclamavam de ficar ouvindo o espanhol. Às vezes saíam da mesa do restaurante para não ficar ouvindo. Então, a questão xenofóbica, o preconceito, é uma questão que você também pode estar dando uma olhada. Eu acho que assim, em síntese.

Pesquisador: E outra questão. Há muitos casos de venezuelanos saindo de outras cidades brasileiras e vindo para Ponta Grossa em busca de melhores condições de vida?

Entrevistada: De vida? Tem. Eu não tenho uma estimativa. Mas, às vezes, quando você pergunta trajetórias de vida, eles vão contando por onde eles já passaram. Mas a gente tem, eles já passaram... Ninguém escolheu diretamente Ponta Grossa para vir. Mas, aí, na medida que eles têm essa rede que vão contando, aqui tem trabalho, vem para cá. Então, tem gente que passou por São Paulo, tem gente que... Tem uma que conta que ela já foi para Londrina, Aí depois ela veio pra cá, ela saiu, ela entrou lá por cima, por Pacaraima, daí ela passou por São Paulo, ela veio por Londrina. Então aí você teria que fazer uma pesquisa específica com algumas histórias de vida, porque eles vão contando, né?

Pesquisador: Acontece muito relato de pessoas vindo a Ponta Grossa porque em outras cidades as condições de vida eram piores. Ah, aqui em Ponta Grossa é mais seguro, uma melhor saúde...

Entrevistada: Olha, eu acho que a dissertação da Ana vai te ajudar. Porque aí ela tem falas dizendo que eles vieram para Ponta Grossa…, pelo trabalho, Ponta Grossa tem uma localização muito boa, então a questão do trabalho vai ser preponderante na definição de eles virem para cá. Porque se você pensar, cidades do porte de Ponta Grossa, elas têm rede de serviços de saúde, de educação. Hoje o Brasil tem, são sistemas. Então, em toda cidade você vai encontrar um CRAS, você vai encontrar acesso à saúde. Mas eu acho que a questão que define mais a questão da vinda deles é a questão do trabalho pra cá.

Pesquisador: Aí com relação ao tratamento deles, você sente que nos últimos anos o tratamento com eles melhorou ou piorou?

Entrevistada: Tratamento? Não sei como você disse, o tratamento...

Pesquisador: No sentido, em Ponta Grossa, eles sentem que estão sendo melhor tratados agora do que antes? Até com relação à xenofobia que você falou, tão crescente. Na tua visão, assim, o tratamento com eles nos últimos anos desde que você começou o projeto até agora, eles foram mais acolhidos?

Entrevistada: Olha, há um esforço, sim, de acolhimento porque, inclusive, esses organismos, por exemplo, pegar aqui a pauta da educação, hoje já começa a ter uma preocupação maior dentro das políticas de fazer esse acolhimento. Então, na medida que a gente começa a ter uma preocupação de uma governança local, aonde tenha capacitações, aonde os serviços também começam a ter essa preocupação. Por exemplo, a gente já teve aqui em Ponta Grossa uma conferência para a questão dos migrantes, Comigrar. O comitê já organizou uma conferência. Essas conferências começam a pautar a questão migratória. Na medida que você vai tendo a pauta migratória, sendo debatida por várias instâncias, algumas barreiras você vai rompendo. Então, o fato de hoje, já, você estar procurando estudar aqui dentro da universidade, a gente já teve, por exemplo, três salas à noite para colocar curso de língua portuguesa, esse reconhecimento, já são coisas assim, na medida que a política vai entendendo da necessidade, ela vai abrindo espaços para melhoria. Lá no início, em 2014, 2015, não tinha isso. Agora não. Agora os serviços já sabem que existe a questão migratória, que tem que ser olhado, que tem que ser tratado. E os venezuelanos não são os únicos, né? Então, isso que a gente tem que ver. Eles já vieram, hoje, e no fluxo migratório pra Ponta Grossa, os venezuelanos já estão em segundo. Agora são os cubanos que estão chegando. Aí a gente tem os venezuelanos. Aí a gente vai ter os colombianos. Então, isso faz com que as políticas tenham que ir melhorando. Inclusive, você vê, por exemplo, já foi criado no... em Paraná, uma superintendência para trabalhar com a questão migratória. A gente não tinha isso dentro das políticas públicas. Foi inaugurado no começo do ano dentro do governo do Estado. O que significa? Que a pauta migratória está sendo debatida, então, precisa haver respostas em termos de serviços. Então, eu acho

que, nesse sentido, sim, ele, como os demais, já estão sendo impactados por essa nova maneira de a gente estar pensando como o acolhimento e a integração. O acolher, a Cáritas faz o trabalho muito de acolhimento na questão da organização da documentação, isso é uma questão já bem articulada, e as cargas políticas tentam fazer esse processo de integração. Então, esse debate hoje está instalado. Então, com certeza, já está sendo trabalhado de forma diferente.

Pesquisador: Só que só no âmbito político e institucional ou você sente que Ponta Grossa assim está mais aberta a aceitar os imigrantes no trabalho? Assim, tipo, acolher um pouco mais?

Entrevistada: Eu acho que o pontagrossense está mais aberto, porque você veja, se você olha as empresas, as lanchonetes acolhendo como trabalhadores, seja como caixas, atendentes, você os encontra em todos os espaços. Significa que Ponta Grossa está acolhendo, porque senão eles não teriam vez no mercado de trabalho. Se a rejeição é muito grande, o empresário não vai por essa pessoa lá dentro. Então, está havendo já esse processo de acolhimento maior. Eu penso que é um indicador importante para você pensar, em termos de integração, é o número de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, apesar de serem trabalhos subalternos. Mas aí também a gente tem que fazer outras leituras, como é que está organizado o mercado de trabalho de Ponta Grossa, em vários espaços, eles dizem. Ninguém quer trabalhar. Então, aí a gente vê. Será que... O que está acontecendo? Essa aí é outra pauta, vocês sabem.

Pesquisador: A gente acabou já falando sobre isso, mas... Na sua opinião, você sente que os venezuelanos são excluídos socialmente de Ponta Grossa?

Entrevistada: Depende do... Eu não posso dizer de Ponta Grossa, porque... A exclusão não é no todo. É excluído de quê? Aí é uma categoria muito importante, sociológica, que não dá para responder assim de qualquer jeito. Depende do que você está pensando de inclusão e exclusão. Então, ele é incluído no mercado de trabalho? É. Ele é incluído nos processos da escola? Sim. Então, é sempre pensar... exclusão e a inclusão a partir de algum lugar. Então, eu penso que aí não dá pra gente ter uma resposta geral. Convém a gente olhar a partir de onde você está

pensando, se ele está incluído. Então, por exemplo, na área de saúde ele é incluído? É. Agora, a gente tem uma coisa que é um fator, só voltando no nível de dificuldade lá, que às vezes acaba comprometendo o processo, é, por exemplo, nós não temos aqui em Ponta Grossa ainda uma preocupação com a mediação cultural. A gente tem discutido bastante isso, que é a questão da mediação cultural, o mediador cultural. Então, por exemplo, mas isso até para o venezuelano não pega tanto, mas para outros, você vai ao médico, por exemplo, atendi um, um casal tunisiano, uma coisa de 3, 4 anos. E eles falavam francês, falavam tunisiano. A moça ganhou o bebezinho dela aqui em Ponta Grossa. Foi feito todo o processo, mas eles não conseguiam conversar com ela. Ligaram para o projeto. Aí, o que eu fiz? Eu tinha uma senhora que fala a língua árabe, pedi para ela fazer a mediação lá dentro do hospital. Mas isso é porque eu estava dentro do projeto, isso é porque eu conheci alguém que falava. Mas outros locais já estão trabalhando com mediadores culturais, mediador cultural no campo de diferentes políticas. Porque, por exemplo, se você leva uma mulher muçulmana, que ela vai fazer uma consulta, ela não vai querer ser atendida por homens. Ela não vai querer, por exemplo, despir-se. Precisa de alguém que está fazendo a mediação cultural. Ou mediação cultural no campo jurídico, por exemplo, tem problemas com o conselho tutelar. Como é que ele vai entender toda essa lógica do que é a proteção da criança no Brasil, como que ela é organizada. Então, o mediador cultural é uma figura que a gente ainda precisa construir para que haja uma melhor inclusão de todos, a partir da língua. Então, acho que seria um pouco por aí.

Pesquisador: E a minha última pergunta, você sente que há uma dificuldade de acesso aos serviços públicos?

Entrevistada: Depende do serviço.

Pesquisador: Por exemplo, saúde, educação, etc.

Entrevistada: Olha, o que eles colocam? Aí a dissertação, a tese da Cristina, Gisele Cristina, do direito, ela vai trazer isso pra gente. E as mulheres dizem que têm acesso. E aí tem uma coisa que é muito engraçada, porque na condição que ela vem, que as pessoas vêm e são acolhidas e são inseridas no sistema, e elas estão

vindo do país onde isso tá assim, estraçalhado. Quando elas chegam aqui e conseguem ter uma consulta, conseguem pegar o medicamento, para ela está maravilhoso. Ela não vai dizer que está ruim, porque ela conseguiu ter acesso à saúde e no país dela não estava. Então, quando a gente faz esse tipo de abordagem, para fazer a avaliação, é bem complicado, porque ela está vindo de algo que está tão... o seu país está tão destruído, que o fato de ela ter conseguido uma consulta aqui, para ela está ótimo. E eles têm tido, sim, acesso à saúde, a política de saúde está muito aberta a isso, o SUS, ele... Ele atende a qualquer necessidade, ele tendo um CPF independente, ele consegue ter acesso aos serviços de saúde, vacinação, parto para as mulheres, atenção básica, internamento, tudo isso o SUS dá conta. Está lá na nossa política de integração. Acesso à educação. Acesso à educação eles têm. Por exemplo, nenhuma criança que dependa de uma creche, de um CEMEI, pode ser impedida de participar porque os pais ainda não conseguiram regularizar sua documentação. Então, São Paulo é um exemplo disso. Aqui em Ponta Grossa também, eles estão bem trabalhados bastante nesse sentido. As crianças têm acesso à... A criança ou adolescente na idade de escola, eles são inseridos sim. Trabalho, aí vai depender do tipo de trabalho, eles cobram mais a questão de custos, tem muita gente que se for examinar no campo do trabalho, eles pedem mais, que pelo menos tem o curso de língua portuguesa. Mas serviços gerais de saúde, de educação. Moradia, então muitos que já estão com a documentação organizada estão conseguindo fazer financiamento para suas casas. Então eles conseguem, porque hoje a política de 2017 já cintura essa possibilidade. Aí o que eu digo para vocês sempre é entender os trâmites burocráticos, entender o tempo institucional. como aqui para nós, brasileiros.

APÊNDICE B — QUESTIONÁRIO SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM PONTA GROSSA - PR

APÊNDICE B — QUESTIONÁRIO SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM PONTA GROSSA - PR

Apresentação: Esse questionário faz do trabalho de conclusão de curso(TCC) intitulado "Perspectivas sobre a crise migratória venezuelana: uma análise do processo de reterritorialização dos imigrantes venezuelanos em Ponta Grossa - PR". O objetivo é investigar a condição de vida dos imigrantes venezuelanos na cidade. No questionário há 16 perguntas, com todas sendo questões de marcar a alternativa. Nas perguntas de múltipla escolha, recomenda-se que sejam selecionadas no máximo três alternativas, para evitar o excesso de respostas. Caso nenhuma alternativa represente sua situação, é possível marcar a opção “Outro” e escrever sua resposta. As perguntas 6, 7, e 8, só são necessárias serem respondidas caso o participante tenha filhos, podendo ser ignoradas caso não possua. Assim como, as questões 10 e 11, só precisam ser preenchidas caso o entrevistado esteja empregado no momento. Na pergunta 10, "Qual seu formato de trabalho?", o trabalho informal : sem carteira assinada, formal: carteira assinada, e o autônomo: possuem o próprio negócio, Microemprendedor individual(MEI), empresários, etc. Vale mencionar que a identidade e as respostas dos participantes ficarão em sigilo, não sendo compartilhadas com terceiros. Desde já, agradeço a contribuição!

Questionário:

1. O que te motivou a sair do seu país? / ¿Qué te motivó a dejar tu país?

Selecione no máximo três alternativas.

( ) Custo de vida / Costo de vida

( ) Crise econômica / Crisis económica

( ) Hiperinflação / Hiperinflación

( ) Pobreza

( ) Violência / Violencia

( ) Instabilidade institucional / Inestabilidad institucional

( ) Repressão política / Represión política

( ) Violação dos direitos humanos / Violación de los derechos humanos

( ) Oportunidade de emprego / Oportunidad de empleo

( ) Estudos / Estudios

( ) Familiares ou amigos / Familiares o amigos

( ) Turismo

( ) Outro / Otro: _____

2. Há quanto tempo você está morando no Brasil? / ¿Hace cuánto tiempo vive en Brasil?

( ) Entre 1 e 6 meses / Entre 1 y 6 meses

( ) Entre 1 e 2 anos / Entre 1 y 2 años

( ) Entre 2 e 3 anos / Entre 2 y 3 años

( ) Entre 3 e 4 anos / Entre 3 y 4 años

( ) Acima de 5 anos / Más de 5 años

3. O que te motivou a escolher a cidade de Ponta Grossa para morar? / ¿Qué te motivó a elegir la ciudad de Ponta Grossa para vivir?

Selecione no máximo três alternativas.

( ) Emprego / Empleo

( ) Segurança / Seguridad

( ) Educação / Educación

( ) Saúde / Salud

( ) Moradia / Vivienda

( ) Familiares ou amigos / Familiares o amigos

( ) Qualidade de vida / Calidad de vida

( ) Outro / Otro: _____

4. Qual seu nível de escolaridade? / ¿Cuál es su nivel de escolaridad?

( ) Ensino fundamental incompleto / Educación primaria incompleta

( ) Ensino fundamental completo / Educación primaria completa

( ) Ensino médio incompleto / Educación secundaria incompleta

( ) Ensino médio completo / Educación secundaria completa

( ) Ensino superior incompleto / Educación superior incompleta

( ) Ensino superior completo / Educación superior completa

( ) Pós-graduação, mestrado ou doutorado / Posgrado, maestría o doctorado

( ) Nenhuma escolaridade / Sin escolaridad

5. Você tem filhos? / ¿Tiene hijos?

( ) Sim / Sí

( ) Não / No

6. Seus filhos também moram no Brasil? / ¿Sus hijos también viven en Brasil?

( ) Sim / Sí

( ) Não / No

7. Se sim, você sente que eles tiveram alguma dificuldade em se adaptar ao colégio? / En caso afirmativo, ¿siente que tuvieron alguna dificultad para adaptarse a la escuela?

( ) Sim / Sí

( ) Não / No

8. Quais seriam as dificuldades? / ¿Cuáles fueron las dificultades?

Selecione no máximo três alternativas.

( ) Idioma

( ) Isolamento social / Aislamiento social

( ) Preconceito / Prejuicio

( ) Defasagem educacional / Retraso educativo

( ) Cultura /

( ) Falta de preparo do colégio / Falta de preparación de la escuela

( ) Xenofobia

( ) Outro / Otro: _____

9. No momento você está empregado? / Actualmente, ¿está empleado/a?

( ) Sim / Sí

( ) Não / No

10. Se sim, qual seu formato de trabalho? / En caso afirmativo, ¿cuál es su tipo de trabajo?

( ) Formal / Formal

( ) Informal / Informal

( ) Autônomo / Autónomo

11. Você sente que seu salário é suficiente para se manter? / ¿Siente que su salario es suficiente para mantenerse?

( ) Muito insuficiente / Muy insuficiente

( ) Insuficiente

( ) Nem suficiente nem insuficiente / Ni suficiente ni insuficiente

( ) Suficiente

( ) Muito suficiente / Muy suficiente

12. Você sente ou sentiu alguma dificuldade em conseguir emprego? / ¿Ha tenido alguna dificultad para conseguir empleo?

( ) Sim / Sí

( ) Não / No

13. Se sim, quais foram as dificuldades? / En caso afirmativo, ¿cuáles fueron las dificultades?

Selecione no máximo três alternativas.

( ) Idioma /

( ) Preconceito / Prejuicio

( ) Validação do diploma / Validación del título

( ) Distância do trabalho / Distancia al trabajo

( ) Falta de documentação / Falta de documentación

( ) Diferenças culturais / Diferencias culturales

( ) Xenofobia /

( ) Outro / Otro: _____

14. Vivendo no Brasil, você já mudou para outra cidade em busca de trabalho? / Viviendo en Brasil, ¿ya se mudó a otra ciudad en busca de trabajo?

( ) Sim / Sí

( ) Não / No

15. Você sentiu dificuldade em conseguir moradia? / ¿Tuvo dificultades para conseguir vivienda?

( ) Nenhuma dificuldade / Ninguna dificultad

( ) Pouca dificuldade / Poca dificultad

( ) Nem muita nem pouca dificuldade / Ni mucha ni poca dificultad

( ) Muita dificuldade / Mucha dificultad

16. Qual é a sua situação de moradia atual? / ¿Cuál es su situación actual de vivienda?

( ) Casa própria / Vivienda propia

( ) Aluguel / Alquiler

( ) Imóvel de familiar / Vivienda de un familiar

( ) Imóvel de conhecidos / Vivienda de conocidos

( ) Outro / Otro: _____